

RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA DE PARAZINHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2015 – 2025)**

Parazinho/RN  
2015



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

Prefeito: Marcos Antônio de Oliveira:  
Vice Prefeita: Edna Maria de Almeida Câmara

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretária: Kamilla Karoline de Araújo Oliveira

“Todo conhecimento começa com o sonho. O sonho nada mais é que a aventura pelo mar desconhecido, em busca da terra sonhada. Mas sonhar é coisa que não se ensina, brota das profundezas do corpo, como a alegria brota das profundezas da terra. Como mestre só posso então lhe dizer uma coisa. Contem-me os seus sonhos para que sonhemos juntos.”

Rubem Alves

Parazinho/RN  
2015

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO DE PARAZINHO/RN(PME 2015-2025)**

**COORDENAÇÃO GERAL :**

Geane Florenço da Costa

**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Romeika Priscilla de Andrade

**VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO :**

Luiza Victor de Araújo Souza

**EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO :**

Ana Cláudia da Silva Rafael

Edcelmo da silva Bezerra

Igor Henrique Ramos

Jodelson Saraiva

José Waschimgtom Torres da Silva

Irismarqueks Alves Pereira

**COORDENAÇÃO ESTADUAL DO POLO REGIONAL DE EDUCAÇÃO:**

Amilka Dias

Pedro Fernandes

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 SITUANDO O MUNICÍPIO DE PARAZINHO .....	14
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	14
1.1.1. Origem do nome Parazinho .....	14
1.1.2. Emancipação política.....	15
1.1.3. A história da bandeira de Parazinho .....	15
1.1.4. Prefeitos de Parazinho (em ordem cronológica) .....	16
1.2. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS .....	16
1.2.1 Localização, Limites e Acesso .....	16
1.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS .....	18
1.3.1 Estrutura Etária .....	21
1.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano .....	24
1.3.3 Longevidade, Mortalidade e Fecundidade.....	26
1.4 ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	27
1.4.1 Clima e Precipitação Pluviométrica.....	27
1.4.2 Coordenadas Geográficas .....	27
1.4.3 Formação Vegetal .....	27
1.4.4 Solos Predominantes e Características Principais.....	27
1.4.5 Relevo.....	28
1.4.6 Geologia .....	28
1.4.7 Recursos Hídricos, Águas Superficiais .....	28
1.4.8 Diagnóstico Dos Poços Cadastrados .....	29
1.4.8.1 Distritos, Fazendas e Povoados.....	29
1.5 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS .....	30
1.5.1 Perfil social .....	30
1.5.2 Saúde.....	31
1.5.3 Saneamento .....	33
1.5.4 Religião .....	33
1.5.5 Infraestrutura .....	33
1.5.6 Economia.....	34
1.5.6.1 Produção Econômica.....	34
1.5.6.2 Produção e Concessão de Energia .....	36

1.5.6.3 Produção Agropecuária.....	37
1.5.6.4 Agricultura Familiar.....	39
1.5.6.5 Mercado de trabalho.....	40
1.5.7 Aspectos Sociais.....	45
1.5.7.1 Pobreza e Transferência de Renda.....	45
1.5.7.2 Assistência Social.....	47
1.5.7.3 Inclusão Produtiva.....	48
1.5.7.4. Renda.....	50
1.5.7.5. Trabalho.....	50
1.5.7.6 Vulnerabilidade social – Parazinho - RN.....	52
1.6 ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL.....	53
1.6.1 Finanças públicas.....	53
1.6.2 Recursos Humanos.....	54
1.6.3. Aspectos demográficos da extrema pobreza.....	54
1.6.3.1 Gênero.....	56
1.6.3.2 Cor ou Raça.....	56
1.6.3.3 Pessoas com deficiência.....	56
1.6.3.4 Condições de moradia.....	56
1.6.4 Transferência de Renda/Programa Cobertura Repasse total.....	56
1.6.5. Programas Assistencialistas.....	58
1.6.5.1 O Brasil sem miséria.....	58
1.6.5.2 Acompanhamento de condicionalidades.....	59
1.6.5.3 Benefícios variáveis, gestantes e nutrízes.....	60
1.6.5.4 Educação.....	60
1.6.5.4 Escola em Tempo Integral.....	61
1.6.5.5 Inclusão Produtiva.....	61
1.6.5.5 Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER).....	62
1.6.5.6 Fomento às Atividades Produtivas Rurais.....	62
1.6.5.7 Água para Todos.....	63
2 ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	64
2.1 Diagnosticando a Educação do município de Parazinho.....	64
2.1.1 – Aspectos gerais da educação do município.....	64
2.1.2 Crianças e Jovens.....	65
2.1.2.1 Expectativa de Anos de Estudo.....	66

2.1.3 População Adulta .....	66
2.1.4 Educação da população em extrema pobreza .....	67
2.1.5 População sem escolaridade.....	68
2.1.6 Organização e Funcionamento da Educação Municipal .....	71
2.2 Educação Infantil.....	79
2.3 Ensino Fundamental.....	81
2.4 Alfabetização de crianças na idade certa .....	86
2.5 Educação Integral.....	88
2.6 Educação em tempo integral .....	91
2.7 Ensino Médio.....	93
2.8 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva .....	95
2.9 Educação de Jovens e Adultos – EJA .....	97
2.10 – EJA Integrada.....	98
2.11 Modalidades e Diversidade da Educação Básica.....	101
2.12 Educação Profissional Técnica de Nível Médio .....	103
2.13 Melhorias na qualidade da Educação Básica .....	105
2.14 Educação Superior.....	110
2.15 Qualidade da Educação superior .....	112
2.16 – Melhoria da qualidade na Educação Superior .....	113
2.16.1 Pós-graduação stricto sensu .....	113
2.17 Valorização dos Profissionais da Educação .....	113
2.18 Valorização dos Profissionais do Magistério.....	115
2. 19 Valorização dos profissionais da Educação Básica e Superior .....	116
2.20 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO .....	116
2.20 RECURSOS E GESTÃO FINANCEIRA.....	118
2.20.1 Finanças públicas.....	118
3 METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARAZINHO – PME.....	122
3.1 META 01 – Educação Infantil.....	122
3.2 META 02 – Ensino Fundamental .....	123
3.3 META 03 - Ensino Médio .....	124
3.4 META 04 – Inclusão .....	125
3.5 META 05 – Alfabetização Infantil .....	127
3.6 META 06 – Educação Integral.....	128
3.7 META 07. Qualidade da Educação Básica/IDEB .....	129

3.8 META 08 – Elevação da Escolaridade/Diversidade .....	131
3.9 META 09 – Alfabetização de Jovens e Adultos.....	132
3.10 META 10 – EJA Integrada .....	133
3.11 META 11 – Educação Profissional .....	134
3.12 META 12- Educação Superior .....	135
3.13 META 13 – Qualidade da Educação Superior.....	135
3.14 META 14 – Pós-Graduação.....	136
3.15 META 15 – Profissionais de Educação .....	137
3.16 META 16 – Formação .....	138
3.17 META 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério .....	139
3.19 META 19 – Gestão Democrática.....	141
3.20 META 20 – Financiamento da Educação .....	142
REFERÊNCIAS.....	144
ANEXOS .....	146
ANEXO 1 .....	147
ANEXO 2 .....	151
ANEXO 3 .....	152
GLOSSÁRIO .....	157

## **LISTA DE SIGLAS**

**AEE** - Atendimento Educacional Especializado

**ANA** - AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

**BPC** - BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA

**CAE** - Conselho de Alimentação Escolar

**CAPES** - COORDENAÇÃO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL

**CGEC** - Comitê Gestor de Educação do Campo

**CMAS** - Conselho Municipal de Assistência Social

**CMDCA** - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**CMDPD** - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

**CME** - Conselho Estadual de Educação

**CME** - Conselho Municipal De Educação

**CME** - Conselho municipal de educação

**CNE** - Conselho Nacional de Educação

**CONAE** - Conferência Nacional de Educação

**CONEC** - Comissão Nacional de Educação do Campo

**CONSELHO DO FUNDEB** - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**EAD** - Educação a Distancia

**EE** - Educação Especial

**EF** - Ensino Fundamental

**EI** - Educação Infantil

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos



**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**EM** - Ensino Médio

**ENEM** - Exame Nacional de Ensino Médio

**FANEC** - Faculdade Natalense de Ensino e Cultura

**FIC** - Formação Inicial e Continuada

**FME** - Fórum Municipal de Educação

**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**IDEMA** - Instituto do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

**IDH** - Índice Desenvolvimento Humano

**IES** - Instituição de Ensino Superior

**IESP** - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR

**IFESP** - Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy

**IFRN** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Inep - instituto nacional de estudos e pesquisas

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases

**LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LDO** - LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIA

**LIBRAS** - Língua Brasileira de Sinais

**LOA** -LEI ORCAMENTARIA ANUAL

**MDS**-MINISTERIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**MEI** - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**NEE** - Necessidades Educacionais Especiais

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**ONGs** - Organizações Não Governamentais

**PAIC** - PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

**PAIF** - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA

**PAR** - Plano de Ações Articuladas

**PARFOR** - PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**PAR** - Plano de Ações Articuladas

**PCCS** - Plano de Cargos, Carreiras e Salários

**PDDE** - Programa Dinheiro Direto na Escola

**PEE** - Plano Estadual de Educação

**PETI** - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PME** - Plano Municipal de Educação

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNAIC** - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**PPA**- PLANO PLURI ANUAL

**PPP** - Projeto Político Pedagógico

**PROEJA** - Programa de Educação de Jovens e Adultos

**PROEPI/EJA** - Programa de Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos

**PROINFÂNCIA** - Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

**PROINFO** - Programa Nacional de tecnologia Educacional

**PRONATEC** - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PROUNI** -Programa Universidade Para Todos

**RCNEI** - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

**RN** - Rio Grande do Norte

**SAEB** - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

**SEDES** - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Assistência Social

**SEEC** - Secretaria de Estado da Educação e da Cultura

**SEMED** - Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento

**SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SENAR** - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

**SEPLAMA** - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

**SESI** - Serviço Social da Indústria

**SEST** - Serviço Social dos Transportes

**SIGEDUC** - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Social

**SUAS** - SISTEMA ÚNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL

**UERN** - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**UF** - Unidade Federativa

**UFERSA** – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

**UFRN** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**ULBRA** - Universidade Luterana do Brasil

**UNDIME** - União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação

**UnP** - Universidade Potiguar

**UVA** - Universidade Estadual Vale do Acaraú

## APRESENTAÇÃO

Construir e consolidar um projeto moderno e próprio, comprometido com a transformação social e educacional do nosso Município, buscou-se, com a elaboração do Plano Municipal de Educação, mobilizar a Rede Municipal, Rede Estadual e demais Instituições de Ensino e Associações, propiciando desencadeamento de uma significativa série de debates sobre seus mais importantes problemas educacionais, bem como as alternativas e estratégias para enfrentá-los. Com uma investigação reflexiva e crítica a construção deste trabalho foi significativo, assegurando oportunidades de experiências de aprendizagens que desafiem o potencial criativo, incorporem avanços científicos e tecnológicos e desencadeiem a paixão pela descoberta, estabelecendo a mediação necessária, com o mundo cultural daqueles que procuram a escola pública de qualidade. A participação da sociedade na apresentação das propostas, na expressão dos desejos, no debate e na aprovação das proposições foi de fundamental importância na elaboração e na construção deste Plano Municipal de Educação.

As ideias formuladas retratam, de forma atualizada, criativa, provocativa, corajosa e esperançosa, questões que no dia a dia, na sala de aula e na escola, continuam a instigar o conflito e o debate entre os educadores e a sociedade organizada. Com a conclusão deste trabalho podemos relacionar os desafios da rede de ensino, na expectativa e no desejo de uma nova escola que assegure a inclusão social, a permanência do educando, oferecendo um ensino de qualidade, na vivência plena de uma gestão democrática e na valorização do educador. Sabemos que o Plano Decenal de Educação do Município de Parazinho expressa os compromissos que os educadores e o governo municipal devem promover e garantir no Município, pois representa a preocupação e a necessidade de se fazer projetos modernos e desenvolvimento auto-sustentável, comprometido com a transformação social, além de assegurar a cidadania para todos e progresso para o Município, como também de atingir os objetivos e metas previstas no Compromisso Todos pela Educação, constituindo-se como uma das prioridades do Governo Municipal.

O presente documento, assim idealizado e executado encaminhará as políticas públicas educacionais através da Secretaria de Educação para o próximo decênio 2015 a 2025. O Município, com mais esta iniciativa, vislumbra em tempo de progresso e cidadania na Educação. Relembrando a célebre frase do saudoso educador Paulo Freire: “Ensinar exige a

convicção de que a mudança é possível”, traçamos este Plano Municipal de Educação na certeza de que ousar já é um passo decisivo rumo ao desafio e às propostas.

## **1 SITUANDO O MUNICÍPIO DE PARAZINHO**

O presente tópico objetiva apresentar os aspectos históricos, geográficos, sociais e econômicos que perpassaram a história e o desenvolvimento do município de Parazinho. Para tanto, foi organizado em subitens que se reportam, respectivamente, à caracterização física, à infraestrutura, aos aspectos populacionais e sociais, à produção e aspectos culturais do município.

### **1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS**

#### **1.1.1. Origem do nome Parazinho**

Antes de sua municipalização, essa região era tipicamente agropecuária, vinculada ao município de João Câmara, até então chamada de Baixa Verde. Despertou o interesse de muitos trabalhadores do campo e também comerciantes atraídos pela produção algodoeira. No início do seu desbravamento oferecia muitas oportunidades de serviço braçal e para o comércio.

No começo de suas atividades agropecuárias, por volta de 1924, o território começava a receber seus primeiros migrantes, naturalmente trabalhadores braçais e alguns poucos comerciantes.

Nesse mesmo período, muitos trabalhadores da região viajavam para o estado do Pará em busca de melhores condições de vida. Então foi quando se chamou de "Parazinho" este pedaço de chão por ser mais próximo de casa ao mesmo tempo em que oferecia também oportunidades de trabalho.

Com a elevada produção algodoeira, cresceu o fluxo de pessoas que lá chegavam e que, gradativamente, transformaram o povoado em acampamento mercantilíssimo, centro de negócios e escritório comercial, lugar que recebia e expedia algodão para a sede do município, à época, Baixa Verde, hoje denominada de João Câmara.

Por volta de 1930, o povoado de Parazinho já contava com infraestrutura de poço tubular, capela, escola e, aproximadamente, 500 habitantes. O comércio intensificava-se fazendo crescer o número de armazéns e lojas e propiciando a realização de feiras.

### **1.1.2. Emancipação política**

Parazinho desmembrou-se da então Baixa Verde (hoje João Câmara) em 08 de maio de 1962 através da Lei nº 2.573, sancionada pelo prefeito naquela época Francisco Bittencourt, ganhando a partir dessa data status de autonomia municipal.

Após sua emancipação política, deu-se a nomeação do primeiro prefeito da cidade de Parazinho em 12 de julho de 1962, assumindo na ocasião o cargo o senhor Francisco Domingos de Miranda. Somente em outubro de 1963, realizou-se a primeira eleição do município.

### **1.1.3. A história da bandeira de Parazinho**

Criada em 18 de março de 2006 pelo artista *design* Wellington Raimundo da Silva, no segundo ano da primeira gestão do mandato do prefeito Genival de Melo Martins.

Figura 1 Bandeira oficial do município de Parazinho 18/06/2003



Marco Central de Parazinho: Pé de Figo

Algodão, milho e feijão são culturas agrícolas atuantes até hoje que fazem parte da bandeira do nosso município. E a carnaúba que vem da cultura passada.

Coqueiro: vem da cultura recente, quando chegou a água no município, e é um importante integrante da nossa bandeira.

Sol: como uma fonte de energia.



As cores da bandeira (verde, azul e branco) que o artista se inspirou através da bandeira do nosso país.

Verde: Mata    Azul: Céu    Branco: Paz

As estrelas na bandeira representam cada assentamento ou distrito, sendo uma de cor diferente que representa o maior distrito (Pereiros). E a estrela maior da bandeira representa a sede do nosso município. E através da bandeira foi feito o brasão.

#### **1.1.4. Prefeitos de Parazinho (em ordem cronológica)**

Francisco Domingos de Miranda: (Nomeado) – **1º Prefeito** (12/07/1962 a 31/12/1963)

Domingos Paulino Pereira: **2º Prefeito** – 1º prefeito eleito pelo voto direto (de 1964 a 1968)

Floriano Soares da Cruz: **3º Prefeito** – (de 1969 a 1972)

Jaime Boa da Câmara: **4º Prefeito** – (de 1973 a 1976)

Manuel Domingos de Miranda: **5º Prefeito** – (de 1977 a 1982)

Domingos Paulino Pereira: **6º Prefeito** (segundo mandato) – (de 1983 a 1988)

Antônio Anchieta Varela: **7º Prefeito** (primeiro mandato) - (1989 a 1992)

José Jovino de Souza: **8º Prefeito** (de 1993 a 1996)

Antônio Anchieta Varela: **9º Prefeito** (segundo mandato) - (1997 a 2000)

Antônio Anchieta Varela: **10º Prefeito** (terceiro mandato) - (2001 a 2003)

Genival de Melo Martins: **11º Prefeito** (primeiro mandato) – (de 2004 a 2008)

Genival de Melo Martins: **12º Prefeito** – (segundo mandato) (de 2008 a 2012)

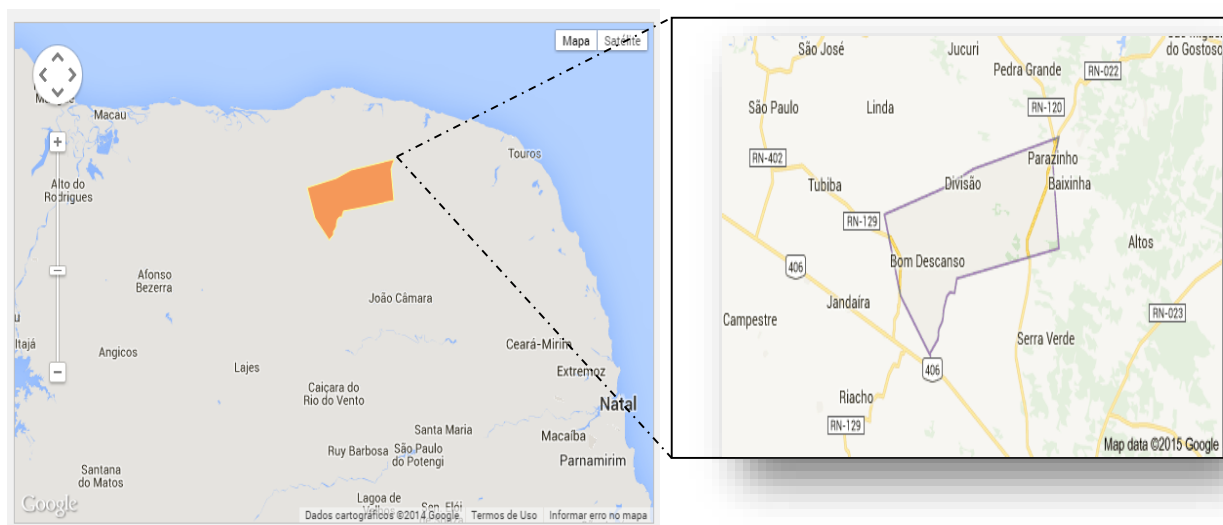
Marcos Antônio de Oliveira: **13º Prefeito** – (de 2013 a 2016)

## **1.2. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS**

### **1.2.1 Localização, Limites e Acesso**

O município de Parazinho situa-se na mesorregião Agreste Potiguar e na microrregião Baixa Verde do litoral norte do Rio Grande do Norte, limitando-se ao norte com os municípios de Caiçara do Norte, São Bento do Norte e Pedra Grande, a leste com São Miguel do Gostoso e Touros, ao sul com João Câmara e a oeste com Jandaíra, abrangendo uma área de 277,2 km<sup>2</sup> (Figura 02).

Figura 2 - Mapa de localização do município de Parazinho



A sede do município apresenta as seguintes coordenadas: 05°13'22,8" de latitude sul e 35°50'16,8" de longitude oeste. A área urbana está situada em grande parte em locais planos, distando da capital cerca de 110 km, sendo seu acesso, a partir de Natal, efetuado através das rodovias pavimentadas BR-406 e RN-120. Conforme o Quadro 01, o município de Parazinho tem uma população de 4.845 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE (Censo 2010), densidade demográfica de 17,48 habitantes por quilômetros quadrados e um Índice de Desenvolvimento Humano Médio de 0,549 (PNUD 2010), o que mostra que o município de Parazinho tem uma taxa de crescimento populacional na ordem de 1,14% ao ano (Censo 2000 – 2010).

Quadro 1 – Perfil do município de Parazinho

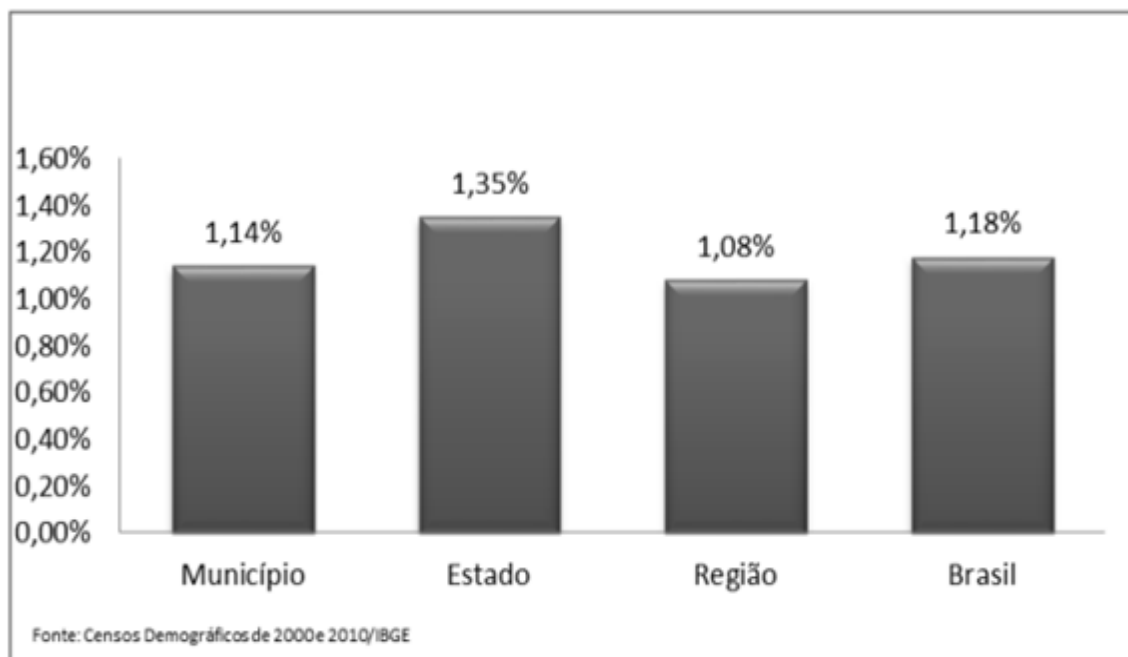
<b>Área</b>	277,2 km <sup>2</sup>
<b>IDHM 2010</b>	0,549 (PNUD 2010)
<b>Faixa do IDHM</b>	Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599)
<b>População (Censo 2010)</b>	4.845 hab.
<b>Densidade demográfica</b>	17,48 hab./km <sup>2</sup>
<b>Ano de Emancipação Política</b>	1962
<b>Microrregião</b>	Baixa Verde
<b>Mesorregião</b>	Agreste Potiguar

Fonte: IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

### 1.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Em 1991, a população do município era de 3.980 habitantes, este número evoluiu para 4.087, em 1996, e 4.325, em 2000, de acordo com os dados do CENSO de 2000, dos quais 2.189 são do sexo masculino, representando o total de 50,61%, e 2.136 do sexo feminino (49,39%), sendo que 3.060 vivem na área urbana (70,75%) e 1.265 na área rural (29,25%). Em 2007, a população alcançou 4.772 habitantes e, de acordo com o Censo 2010, o município passou a ter 4.845 habitantes, com uma densidade demográfica de 17,48 habitantes/km<sup>2</sup>, representando uma taxa de aumento na ordem de 1,14% ao ano (entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010), essa taxa foi inferior àquela registrada no estado (1,35%) e superior à taxa anual da região Nordeste (1,08%), conforme mostra o Gráfico 01.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento anual por área entre 2000 e 2010



A população de pessoas do sexo masculino, em 2010, era de 2.434 habitantes, o que representava uma taxa de 50,24%, e 2.411 do sexo feminino, com a taxa de 49,76%. Também, em 2010, 3.137 habitantes viviam na área urbana (64,75%) e 1.708 na área rural (35,25%). Conforme o Quadro 02, percebe-se que a população de Parazinho se manteve quase que inalterada. Dentre alguns fatores que justificam essa situação, podemos citar a alta taxa de emigração de jovens para outros centros em busca de trabalho, educação e profissionalização. Assim, como resultado desse e de outros fatores, o município de Parazinho é composto em sua maioria por jovens e adultos, o que requer políticas públicas que alterem essa realidade.

Quadro 2 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana – Parazinho/RN

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
<b>População total</b>	3.980	100,00	4.325	100,00	4.845	100,00
<b>Homens</b>	2.039	51,23	2.189	50,61	2.434	50,24
<b>Mulheres</b>	1.941	48,77	2.136	49,39	2.411	49,76
<b>Urbana</b>	2.558	64,27	3.060	70,75	3.137	64,75

<b>Rural</b>	1.422	35,73	1.265	29,25	1.708	35,25
--------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período, do total, 52% possuem idade de até 24 anos, 20% se encontram entre 25 e 39 anos e pouco mais de 11% está acima de 60 anos de idade. Apenas 104 residentes são não naturais do município e 3.872 habitantes têm mais de 10 anos de idade. Conforme já foi destacado, o número de pessoas jovens é elevado e, assim, é importante considerar a necessidade de políticas públicas voltadas à juventude.

Segundo o censo demográfico de 2010, Quadro 03, a população do município de Parazinho é composta predominantemente por pardos, representando uma taxa de 68,71% do total; em seguida, por brancos, com uma taxa de 25,92%; e em menor número os negros (4,11%) e a raça amarela (1,26%). Não foram identificadas população de indígenas, ciganos, quilombolas e de pescadores no município.

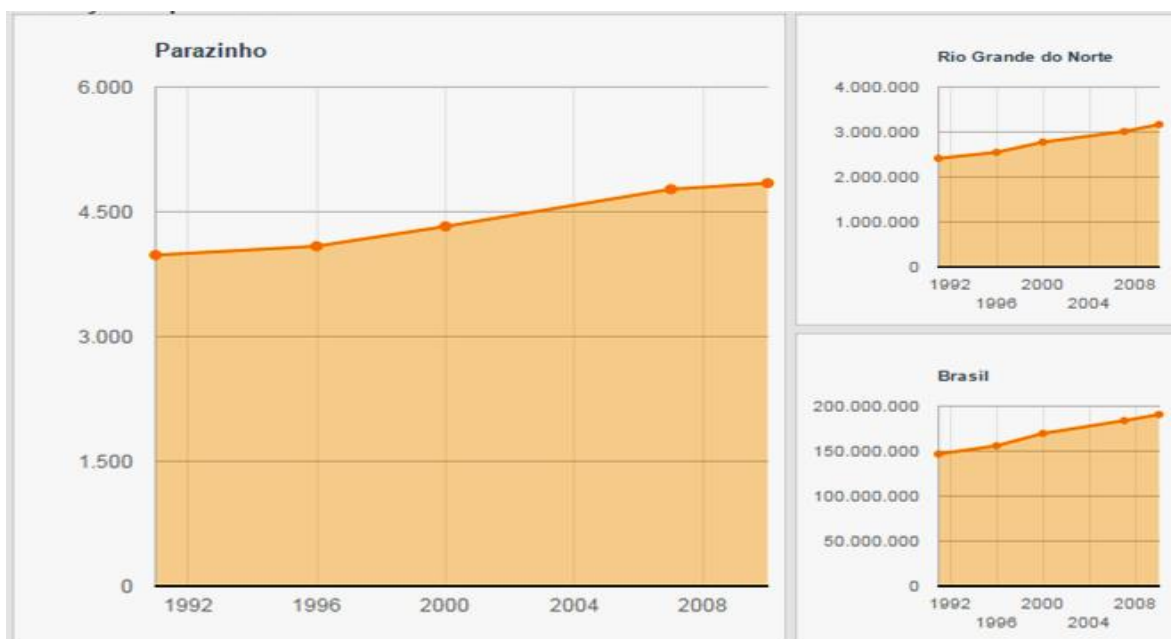
Quadro 3 - Dados populacionais por cor ou raça do município de Parazinho

<b>Cor ou Raça</b>	<b>População residente</b>	<b>%</b>
<b>Branca</b>	1.256	25,92
<b>Preta</b>	199	4,11
<b>Amarela</b>	61	1,26
<b>Parda</b>	3.329	68,71
<b>Indígena</b>	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

O Gráfico 02 representa o comparativo do crescimento populacional entre o município de Parazinho, o estado do Rio Grande do Norte e o Brasil. Observa-se que o grau de urbanização do estado, entre 1970/2011, ocorreu de forma crescente e acelerada, tal como observado na maioria dos estados brasileiros. Parazinho tem vivenciado essa realidade, principalmente, a partir de 2010, com a chegada dos parques eólicos no município.

Gráfico 2 - Evolução Populacional



Fonte: IBGE (Censo demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010).

A estimativa da população para 2014 é de 5.127 habitantes.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada a ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 3,5% em média. Em 2000, este grupo representava 9,1% da população; já em 2010, detinha 11,5% do total da população municipal.

### 1.3.1 Estrutura Etária

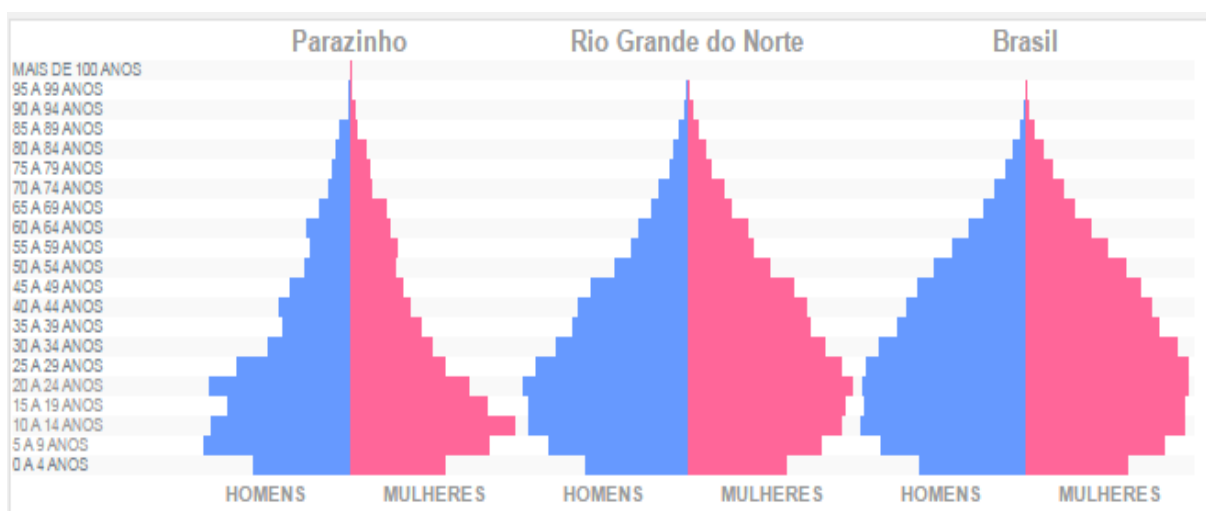
Quanto à estrutura etária do município de Parazinho, entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 84,20% para 65,66% e a taxa de envelhecimento de 6,84% para 8,19%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 108,70% e 5,83%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43%, em 1991, para 54,94%, em 2000, e 45,92%, em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83% para 5,83% e para 7,36%, respectivamente (Quadro 04).

Quadro 4 - Estrutura Etária da População - Parazinho – RN

<b>Estrutura Etária</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% do Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% do Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% do Total (2010)</b>
<b>Menos de 15 anos</b>	1.841	46,26	1.681	38,87	1.549	31,97
<b>15 a 64 anos</b>	1.907	47,91	2.348	54,29	2.899	59,83
<b>65 anos ou mais</b>	232	5,83	296	6,84	397	8,19
<b>Razão de dependência</b>	108,70	-	84,20	-	65,66	-
<b>Índice de envelhecimento</b>	5,83	-	6,84	-	8,19	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

**Gráfico 3 - Pirâmide Etária**

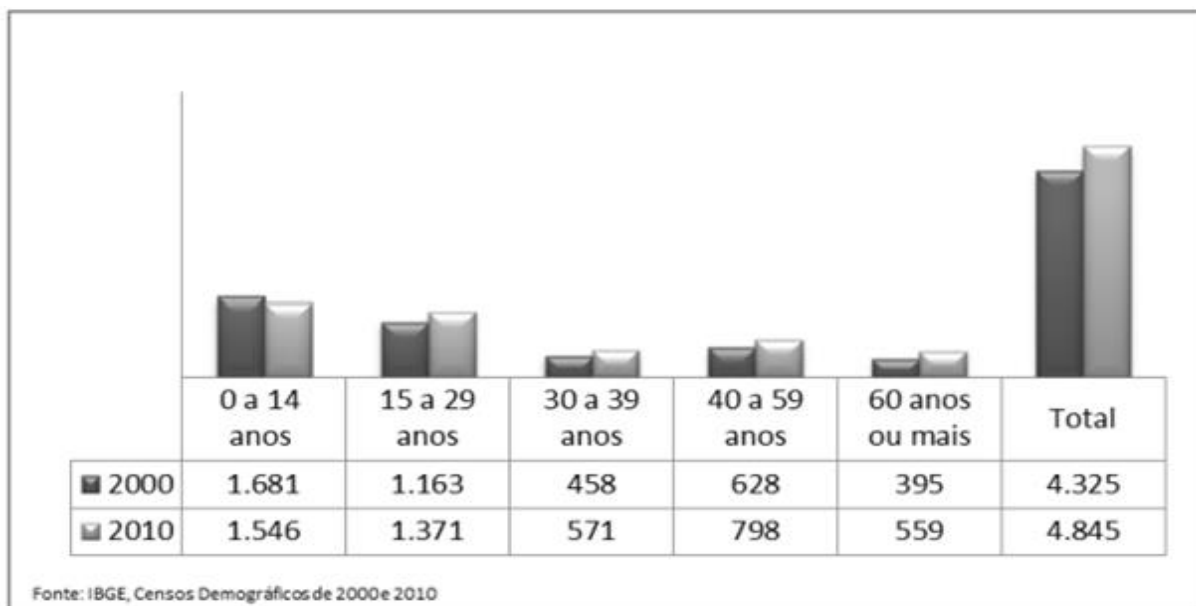


Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

De acordo com a pirâmide etária, é possível identificar que a população de Parazinho é predominantemente jovem, concentrando-se na faixa etária de 10 a 24 anos. Observa-se também uma queda da fecundidade e um aumento da longevidade da população acima de 60 anos. Essa transição demográfica demonstra uma tendência visualizada também no estado do RN e em todo o país do processo de envelhecimento populacional.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-0,8% ao ano). Crianças e jovens detinham 38,9% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 1.681 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 32,0% da população, totalizando 1.549 habitantes (Gráfico 04).

Gráfico 4 – População residente no município segundo faixa etária – 2000 e 2010





A população residente no município, na faixa etária de 15 a 59 anos, exibiu crescimento populacional (em média 1,99% ao ano), passando de 2.249 habitantes, em 2000, para 2.740, em 2010. Neste ano, este grupo representava 56,6% da população do município.

### 1.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano

A evolução do IDH-M do município de Parazinho entre 1991 e 2000 passou de 0,238, em 1991, para 0,385, em 2000, resultando em uma taxa de crescimento de 61,76%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 80,71%, entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,132), seguida por Longevidade e por Renda (Quadro 05).

Entre 2000 e 2010, o IDH-M passou de 0,385, em 2000, para 0,549 em 2010, uma taxa de crescimento de 42,60%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDH-M do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,33%, entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,219), seguida por Longevidade e por Renda.

Quadro 5 – Evolução dos componentes que compõem o IDH-M

<b>Data</b>	<b>Renda</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Educação</b>	<b>IDHM</b>
<b>1991</b>	0,377	0,491	0,073	<b>0,238</b>
<b>2000</b>	0,470	0,594	0,205	<b>0,385</b>
<b>2010</b>	0,543	0,719	0,424	<b>0,549</b>

Fonte: PNUD.

Entre o período de 1991 a 2010, o IDH-M do município passou de 0,238, em 1991, para 0,549, em 2010, enquanto o IDH-M da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 130,67% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 59,19% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,351), seguida por Longevidade e por

Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda (Quadro 06).

Quadro 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes  
Parazinho / RN

<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,073	0,205	0,424
% de 18 anos ou mais com Ensino fundamental completo	7,99	12,96	26,74
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	9,23	63,68	100,00
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino fundamental	8,72	24,88	77,09
% de 15 a 17 anos com Ensino fundamental completo	6,38	4,07	25,08
% de 18 a 20 anos com Ensino médio completo	3,66	10,74	11,41

**IDHM e Componente - Continuação**

<b>IDHM Longevidade</b>	0,491	0,594	0,719
Esperança de vida ao nascer (em anos)	54,43	60,66	68,15
<b>IDHM Renda</b>	0,377	0,470	0,543
Renda per capita (em R\$)	83,78	149,33	234,75

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

No *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Parazinho está em 164º lugar no estado (164/167 municípios) e em 5.186º lugar no Brasil (5.186/5.561 municípios), o IDH-M é 0,564.

Parazinho ocupa a 5209<sup>a</sup> posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse *ranking*, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

### 1.3.3 Longevidade, Mortalidade e Fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 68,7 por mil nascidos vivos, em 2000, para 32,6 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 97,6. Já na UF, a taxa era de 19,7, em 2010, de 43,3, em 2000, e 67,9, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos (Quadro 07).

Quadro 7 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Parazinho – RN

	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Esperança de vida ao nascer (em anos)	54,4	60,7	68,2
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	97,6	68,7	32,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	125,7	87,6	35,0
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	7,0	4,5	3,6

Fonte: IBGE.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

Esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 7,5 anos na última década, passando de 60,7 anos, em 2000, para 68,2 anos, em 2010. Em 1991, era de 54,4 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos, em 1991.

## **1.4 ASPECTOS GEOGRÁFICOS**

### **1.4.1 Clima e Precipitação Pluviométrica**

O clima é semiárido, quente e com variações de chuva entre os meses de março a agosto. Precipitação Pluviométrica Anual (281,8 mm): normal. A temperatura anual em média chega a 26° C (graus centígrados), máxima: 32,0°C e mínima: 21,0°C. Umidade Relativa Média Anual: 74%. Horas de Insolação: 2.700 horas.

Tem vantagem por localizar-se próximo ao litoral. A praia do MARCO fica a aproximadamente 18 km e São Miguel do Gostoso a 30 km. A vegetação típica é a caatinga modificada pela exuberante presença dos cata-ventos eólicos.

### **1.4.2 Coordenadas Geográficas**

Latitude: -5.21917, Longitude: -35.8389 5° 13' 9" Sul, 35° 50' 20" Oeste

Superfície Parazinho: 27.467 hectares, 274,67 km<sup>2</sup> (106,05 sq mi)

### **1.4.3 Formação Vegetal**

Caatinga Hipoxerófila - vegetação de clima semiárido que apresenta arbustos e árvores com espinhos e de aspecto menos agressivo do que a Caatinga Hiperxerófila. Entre outras espécies, destacam-se a catingueira, angico, braúna, juazeiro, marmeleiro, mandacaru e aroeira. Caatinga Hiperxerófila - vegetação de caráter mais seco, com abundância de cactácea e plantas de porte mais baixo e espalhadas. Entre outras espécies, destacam-se a jurema-preta, mufumbo, faveleiro, marmeleiro, xique-xique e facheiro.

### **1.4.4 Solos Predominantes e Características Principais**

Cambissolo Eutrófico - fertilidade natural alta, textura média, relevo plano, fortemente drenado e raso. Areias Quartzosas Distróficas - fertilidade natural baixa, textura arenosa, relevo plano, excessivamente drenado. Uso: os Cambissolos são utilizados com algodão, milho, feijão em pequenas áreas. Em maior extensão são cultivados com pastagem natural para criação

extensiva de bovinos e caprinos. A principal limitação ao uso agrícola relaciona-se com falta d'água, decorrente do longo período de estiagem e da irregularidade das chuvas na região.

Nas áreas de ocorrência das Areias Quartzosas Distróficas, a agricultura é praticamente inexistente, cultivando-se apenas as culturas de subsistência em pequenas áreas. As limitações ao uso agrícola decorrem da falta d'água, da pouca capacidade de retenção e da baixa fertilidade natural, sendo, portanto, mais indicadas para culturas de ciclo longo, tais como coco, caju e sisal. Apresentam condições favoráveis ao uso de implementos agrícolas, e seu aproveitamento racional requer adubações parceladas e irrigação, no período seco. Aptidão Agrícola: aptidão regular e restrita para pastagem natural, aptas para culturas especiais de ciclo longo, por exemplo, algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Aptidão restrita para lavouras e uma pequena área isolada, ao norte, indicada para preservação da flora e da fauna ou para recreação. Sistema de Manejo: baixo e médio nível tecnológico. As práticas agrícolas estão condicionadas ao trabalho braçal e tração animal, com implementos agrícolas simples.

#### **1.4.5 Relevo**

O município de Parazinho possui uma altitude abaixo de 100 metros.

Chapada da Serra Verde - formada por terrenos planos, ligeiramente elevados, localiza-se entre os Tabuleiros Costeiros de geologia sedimentar e o Relevo Residual chamado "sertão de pedras" de geologia cristalina.

#### **1.4.6 Geologia**

O município de Parazinho encontra-se inserido, geologicamente, na Província Borborema, sendo constituído pelos sedimentos da Formação Jandaíra e do Grupo Barreiras.

#### **1.4.7 Recursos Hídricos, Águas Superficiais**

O município de Parazinho encontra-se totalmente inserido nos domínios da Faixa Litorânea Norte de Escoamento Difuso, sendo banhado apenas por cursos d'água secundários e intermitentes, dos quais os principais são os riachos Baixa Branca e do Cabelo. O padrão da drenagem é do tipo dendrítico. Não há açudes com capacidade de acumulação igual ou superior a 100.000 m<sup>3</sup>.

O município de Parazinho está inserido no Domínio Hidrogeológico Intersticial e no Domínio Hidrogeológico Karstico-fissural. O Domínio Intersticial é composto de rochas sedimentares do Grupo Barreiras. O Domínio Karstico-fissural é constituído pelos calcários da Formação Jandaíra.

#### **1.4.8 Diagnóstico Dos Poços Cadastrados**

O levantamento realizado no município registrou a existência de 77 pontos d'água, sendo todos poços tubulares. Dentre esses, 68 encontram-se em terrenos particulares, quando são de uso privado, representando 88%, e 09 estão em terrenos públicos, quando são de serventia pública, o que representa 12% do total.

Quanto ao tipo de abastecimento a que se destina o uso da água, os pontos cadastrados foram classificados em: comunitários, quando atendem a várias famílias, e particulares, quando atendem apenas ao seu proprietário.

##### **1.4.8.1 Distritos, Fazendas e Povoados**

Assentamento Boa Vista	Fazenda Cedro
Assentamento Bom Trabalho	Fazenda Demonstração
Assentamento Nova Jerusalém	Fazenda Dois Irmãos
Assentamento Primeiro De Junho	Fazenda Doutor Nuto
Assentamento São Francisco	Fazenda Escondido
Associação Dos Produtores Rurais De Alívio	Fazenda Estrela Do Mar
Associação Santa Luzia	Fazenda Nova Descoberta
Demonstração	Fazenda Pereiros
Escadilha	Fazenda Progresso
Espinho	Fazenda Rancho Azul
Fazenda Ameixa	Fazenda Santa Fé

Fazenda Apemara	Fazenda Santa Helena
Fazenda Aroeira	Fazenda Santa Tereza
Fazenda Belo Horizonte	Fazenda Santa Terezinha
Fazenda Boa União	Fazenda Santo Antônio
Fazenda Bom Descanso	Fazenda São Luiz
Fazenda Bom Jesus	Fazenda São Sebastião
Fazenda Sempre Verde	Pereiros
Fazenda Tapuio	Quixabeira
Lagoa De Vera Cruz	São José Do Pereiros
Limão	Três Irmãos
Fazenda Bonfim	

## **1.5 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS**

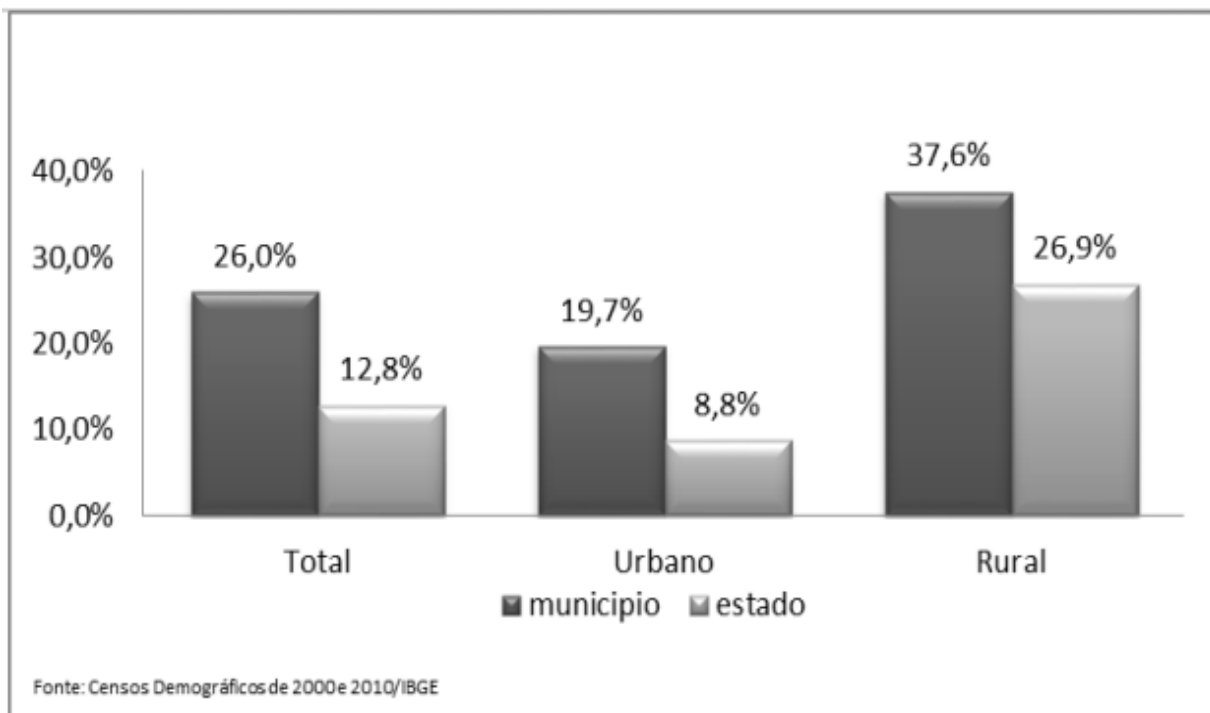
### **1.5.1 Perfil social**

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. Recentemente, toda a atenção é dada à produção de energia eólica através de 16 parques em construção, o que coloca o município de Parazinho como o maior produtor de energia eólica do Brasil. Espera-se que com a implantação dos parques eólicos o perfil social da população de Parazinho melhore substancialmente.

A coleta de lixo atendia 97,14% dos domicílios. Com relação à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso estava em 86,50% dos domicílios particulares permanentes e 44,9% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 26,0% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (37,6% da população na extrema pobreza na área rural contra 19,7% na área urbana), Gráfico 05.

Gráfico 5 – Participação da população extremamente pobre no município e no estado por situação do domicílio em 2010



Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 29,5%. Na área urbana, a taxa era de 28,0% e na zona rural era de 32,3%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 9,9%.

### 1.5.2 Saúde

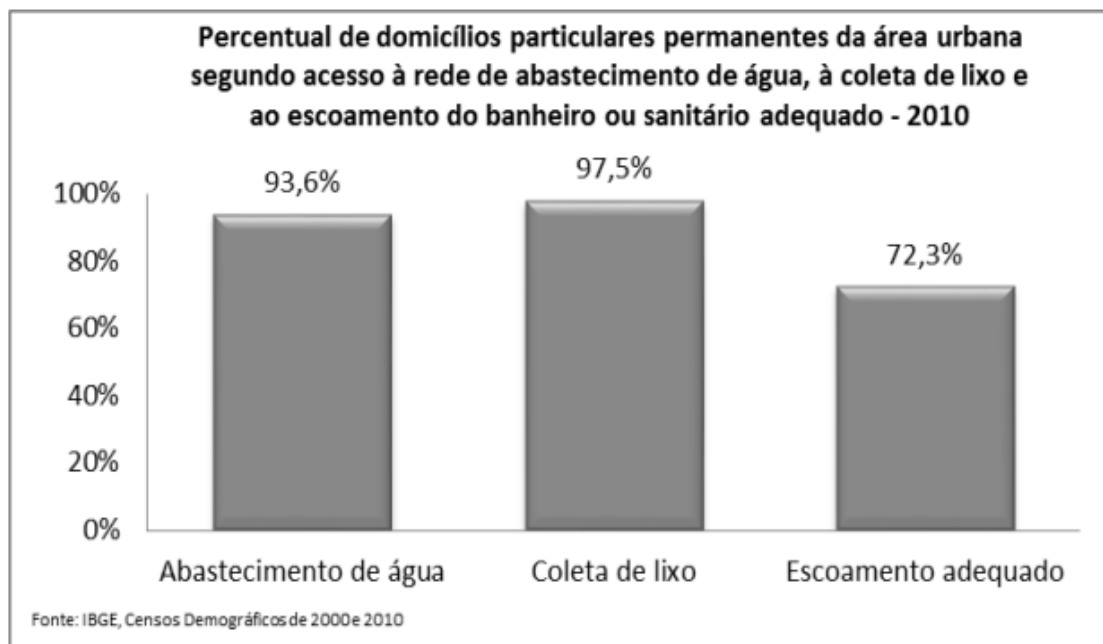
Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação do seu município. As consultas de pré-natal são importantes para a saúde da mãe e da criança. No município, 40% dos nascidos vivos em 2011 tiveram suas mães com 07 ou mais consultas de pré-natal. De acordo com dados do Ministério da Saúde, não ocorreu mudança na cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica no município. A cobertura de 100% foi garantida a partir de 2008 e continua até a presente data.

É importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010



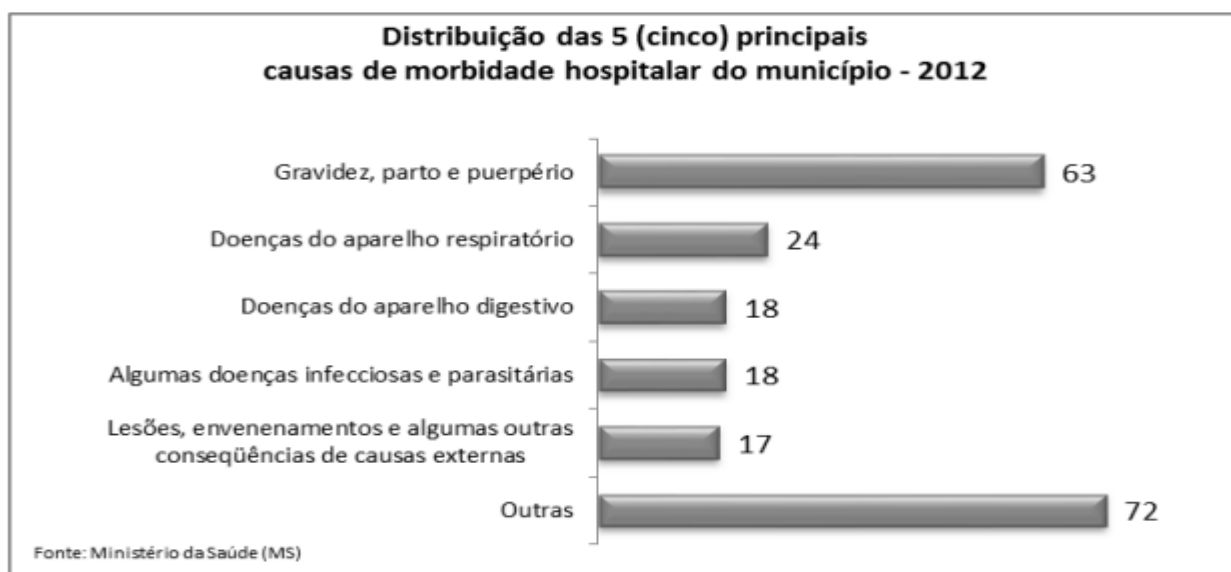
revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 97,5% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 93,6% dos domicílios particulares permanentes e 72,3% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes.

Gráfico 6 – Percentual de domicílios atendidos por serviços de necessidade básica



No que concerne à morbidade hospitalar, as 05 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Principais causas de morbidade hospitalar do município-2012



Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, as causas de morte variam por município. No seu município, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são acidentes de transporte, homicídios e a terceira não foi revelada pelo Censo 2010.

A rede de saúde do município dispõe de 01 Hospital com 08 leitos e 02 Unidades Ambulatoriais. 1 unidade integrada de saúde no distrito de Pereiros.

### **1.5.3 Saneamento**

613 pessoas se encontravam em condições inadequadas neste quesito de acordo com o Censo de 2010.

### **1.5.4 Religião**

A religião predominante no município de Parazinho é a Católica Apostólica Romana. Destaca-se, dentre outras, uma ascensão de crescimento de Evangélicos Cristãos.

### **1.5.5 Infraestrutura**

O município possui 959 domicílios permanentes, sendo 687 na área urbana e 272 na área rural. Destes, 500 são abastecidos de água através da rede geral, 35 através de poço ou

nascente e 424 por outras fontes. Apenas 02 domicílios estão ligados à rede geral de esgotos. Na infraestrutura, o município possui 01 Agência dos Correios, 1 banco Bradesco, além de 30 empresas com CNPJ atuantes no comércio varejista (Fonte: IDEMA – 2001).

### **1.5.6 Economia**

As principais atividades econômicas são agropecuária, extrativismo e comércio. Originalmente, a economia da região baseava-se na agricultura familiar, com destaque para a cultura comerciária, tendo seu maior interessado e investidor o senhor João Rabelo Torres, maior proprietário de terras da época. Nesse tipo de cultivo, destacava-se a produção de *Sisal* e de *Algodão*, usados na industrialização de fibras, tecidos, óleo e ração animal.

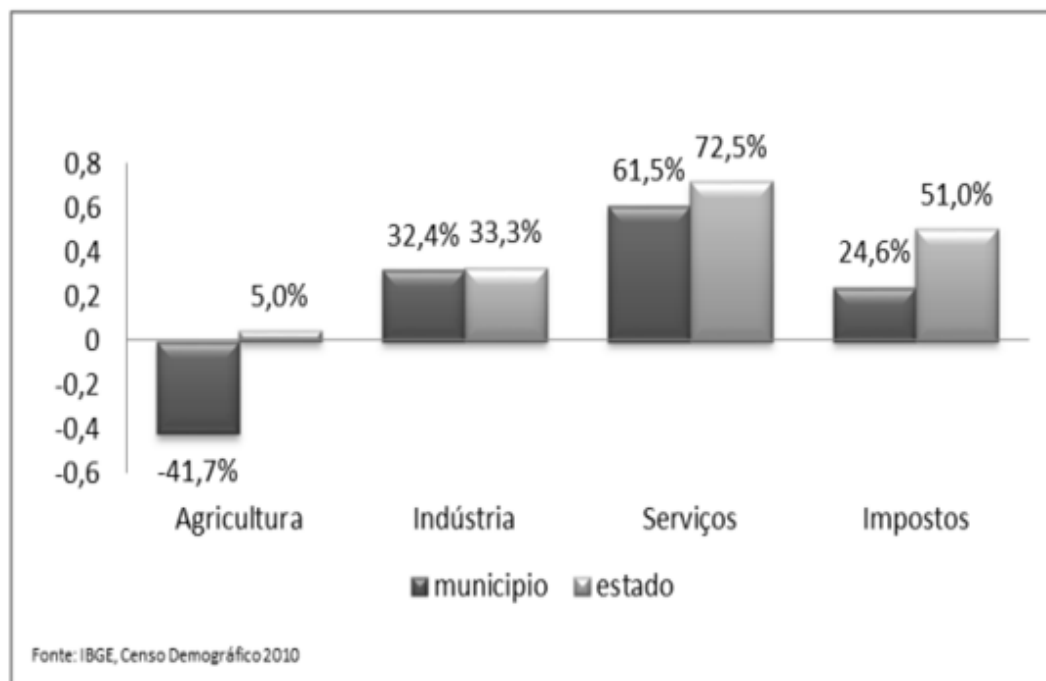
Em pequena escala, cultivava-se o milho, o feijão de corda (feijão branco), a mandioca, entre outros produtos utilizados na cultura de subsistência praticada pelos empregados das fazendas. Quando necessário era vendida parte da produção que lhes cabia para obtenção de outros produtos necessários. Também acontecia o sistema de economia solidária quando acontecia a troca de produtos entre os agricultores. Já a pecuária era privilégio dos fazendeiros que destinavam ao comércio local produtos como carne, leite, manteiga e queijo.

Com o passar do tempo, o funcionalismo público, a aposentadoria rural e a desapropriação de terras para os assentamentos de reforma agrária deram um avanço na economia local.

#### **1.5.6.1 Produção Econômica**

Entre 2006 e 2010, segundo o IBGE, conforme mostra o Gráfico 08, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 53,5%, passando de R\$ 14,3 milhões para R\$ 20,8 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no estado, que foi de 57,3%.

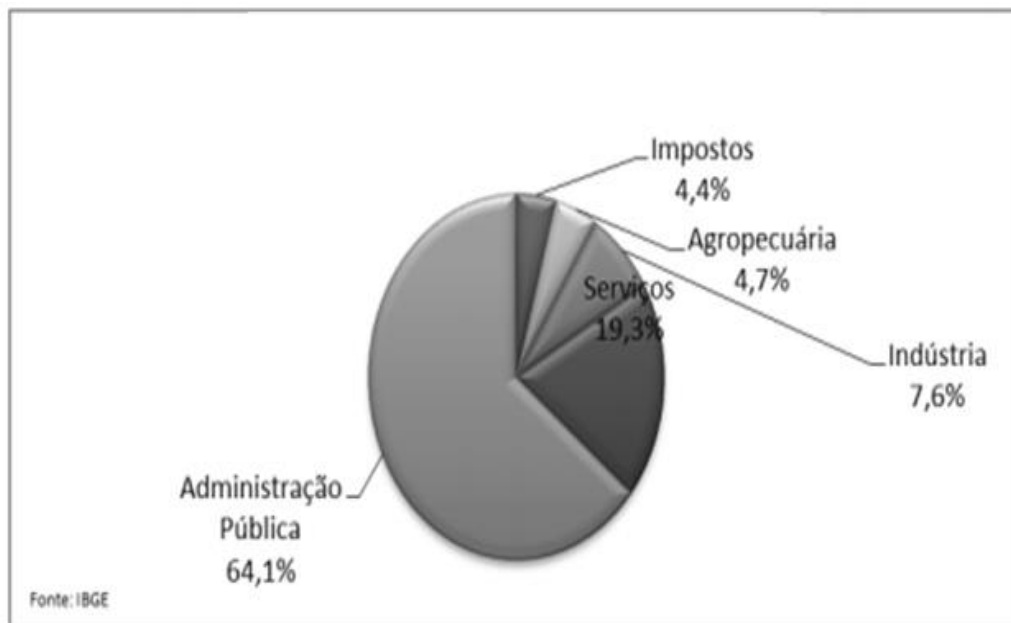
Gráfico 8 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no município e no estado entre 2006 e 2010



A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,07% para 0,06%, no período de 2006 a 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de serviços, o qual responde por 83,4% do PIB municipal (Gráfico 09).

Gráfico 9 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município - 2010



Cabe destacar o setor secundário ou industrial cuja participação no PIB era de 7,6%, em 2010, contra 8,3%, em 2006. Do mesmo modo que verificado no Estado, em que a participação industrial decresceu de 22,4%, em 2006, para 18,9%, em 2010.

### 1.5.6.2 Produção e Concessão de Energia

Em 2011, a realidade do município muda de panorama econômico pela chegada de empresas do setor de energia eólica. O município passou a recolher impostos sobre serviços (ISS) gerados pelas atividades das empresas. Além de reformas estruturais, o fortalecimento do comércio local e o crescimento imobiliário garantiram à cidade *status* de grande poder econômico.

Em 2013, o processo de desenvolvimento continua de “*vento em polpa*” (um trocadilho bem pertinente), já que estão previstos mais de 500 cata-ventos (geradores eólicos) para serem instalados.

Em 2015, a cidade de Parazinho passa a contar com 16 parques eólicos já construídos, alcançando 465,2 MW. Além disso, há ainda outros 175,98 MW de 06 parques que se encontram na fase de construção.

Figura 3 – Parque Eólico de Parazinho

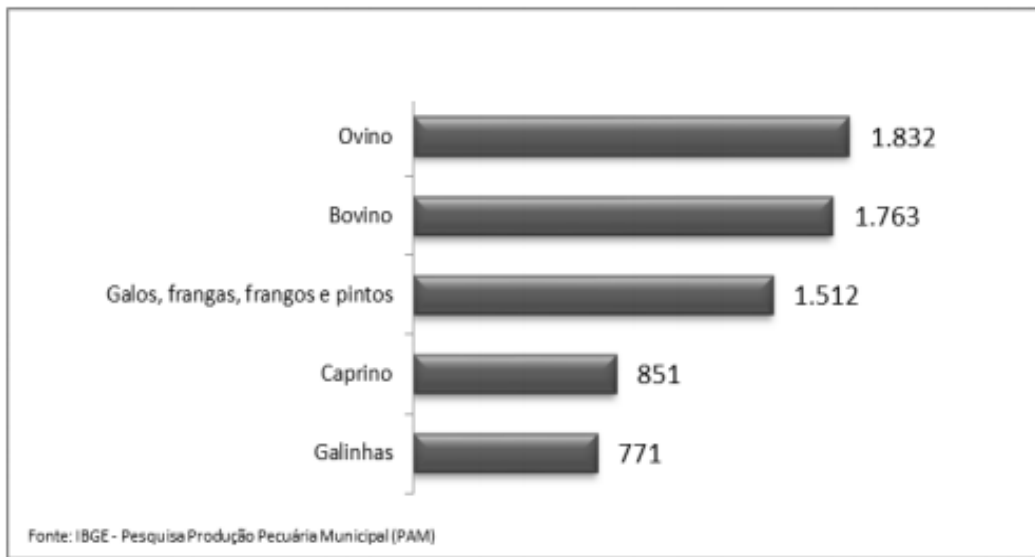


Os 16 parques já construídos são de propriedade de 3 grandes empresas: CPFL Renováveis (187,2 MW, composto pelos parques Santa Clara I ao VI e o de Eurus VI); CountourGlobal (128 MW, dos parques de Asa Branca IV ao VIII); e Energisa (150 MW, composto pelo parque Ventos São Miguel e o de Renascença I ao IV). O detalhe é que apesar de Parazinho ser a cidade número 1 do Brasil em potência eólica já instalada, nenhuma energia foi ainda conectada à rede devido ao atraso na construção da linha de transmissão da CHESF que interligará esta região ao sistema nacional.

### **1.5.6.3 Produção Agropecuária**

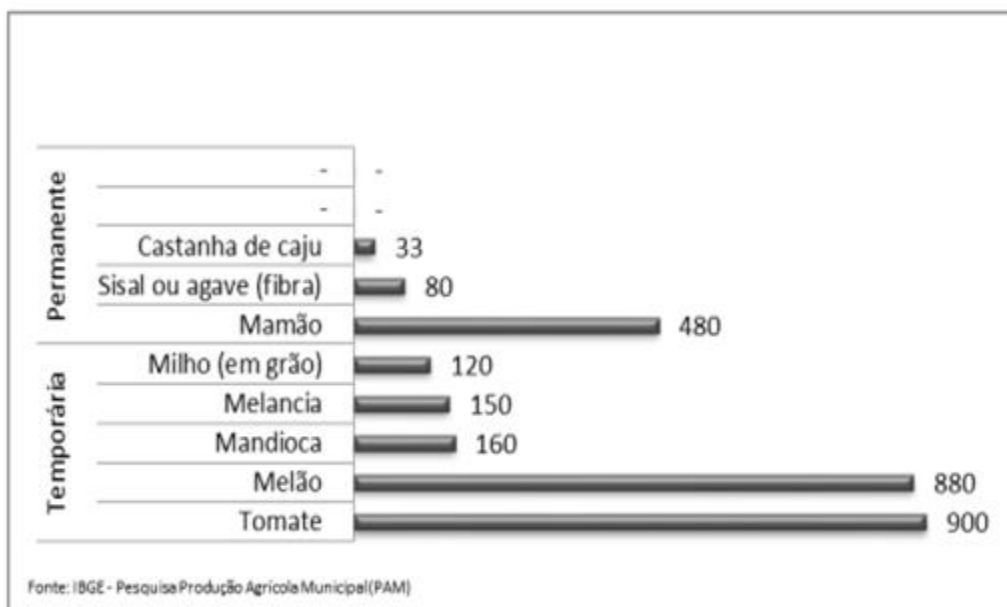
Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo.

Gráfico 10 – Distribuição das cinco principais culturas de rebanho do município - 2011



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados referentes às 05 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 11 – Distribuição das cinco principais culturas de agricultura do município - 2011



#### 1.5.6.4 Agricultura Familiar

O município possuía 65 agricultores familiares em 2006, o que correspondia a 83% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 26% da área, ocupavam 47% da mão de obra do setor e participavam com 10% do valor da produção agropecuária municipal. Atualmente, temos 292 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. O quadro abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu estado e ao Brasil.

Quadro 08 – Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

<b>Município</b>	<b>292</b>
<b>Estado</b>	<b>126.806</b>
<b>Brasil</b>	<b>4.395.395</b>

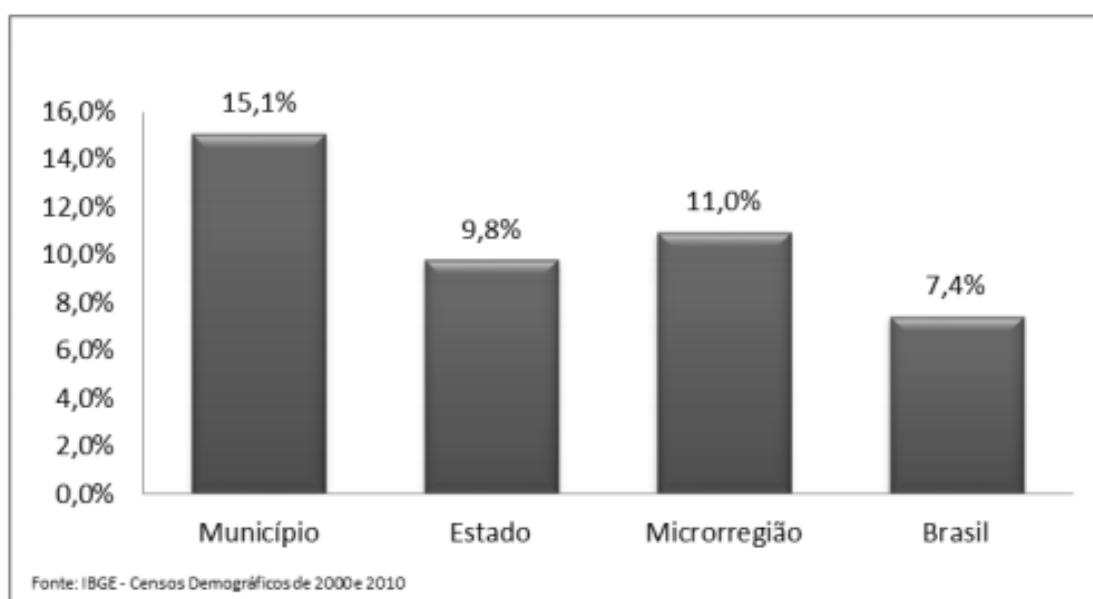
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário



### 1.5.6.5 Mercado de trabalho

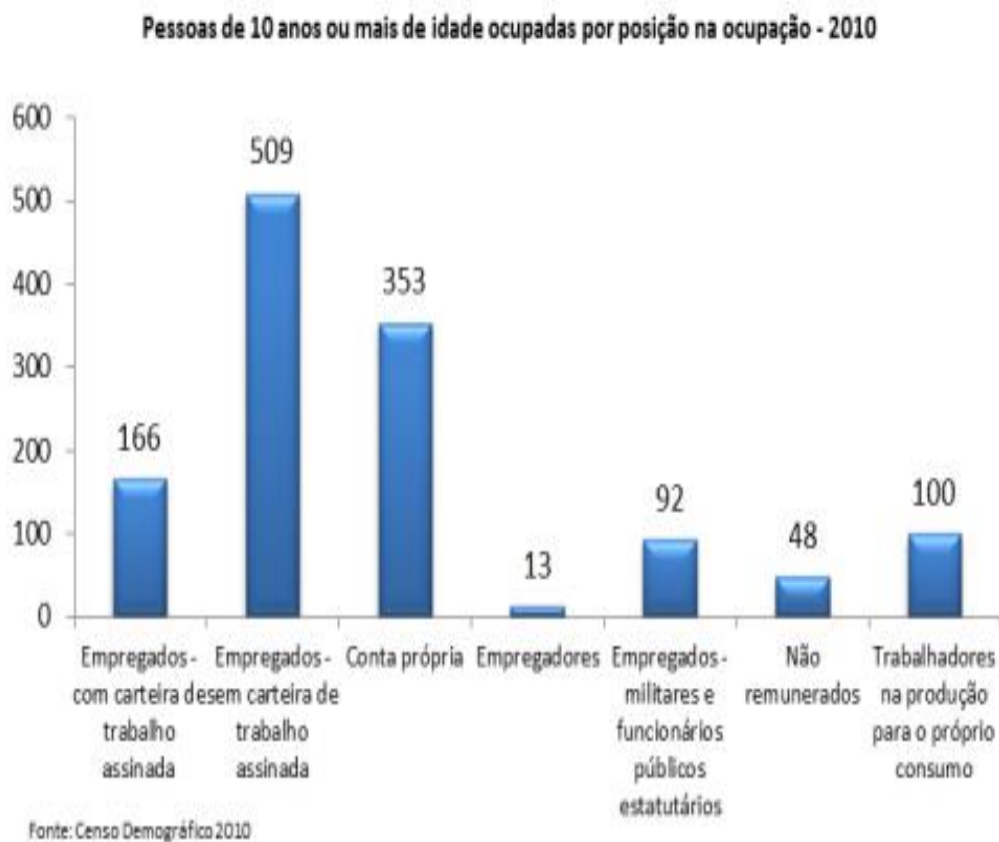
Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 1.515 pessoas economicamente ativas, das quais, 1.281 se encontravam ocupadas e 233 estavam sem ocupação, isto é, desocupadas. A taxa de participação ficou em 39,1% e a taxa de desocupação municipal foi de 15,1% (Gráfico 10). Enquadravam-se na condição de não economicamente ativas 2.357 pessoas.

Gráfico 12 – Taxa de desemprego por área selecionada - 2010



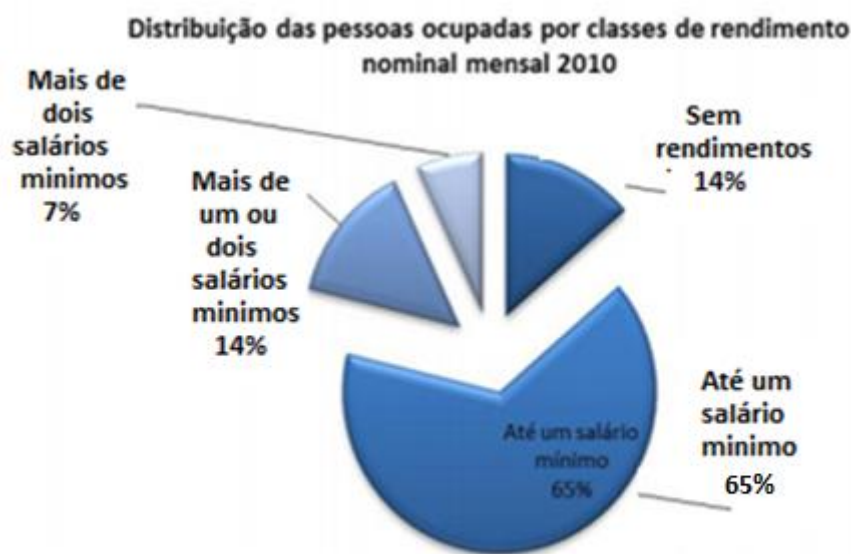
A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação (Gráfico 13) mostra que 13,0% tinham carteira assinada, 39,7% não tinham carteira assinada, 27,6% atuam por conta própria e 1,0% de empregadores. Servidores públicos representavam 7,2% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 11,6% dos ocupados.

Gráfico 13 – Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010



Em 2010, o Censo Demográfico apontou que da população de ocupados por classe de rendimentos 14,0% não tinham rendimentos mensais e 65,0% recebiam rendimentos de até um salário mínimo. 14% recebiam mensalmente de um a dois salários mínimos. Uma minoria, correspondente a 7%, recebia mais de dois salários mínimos.

Gráfico 14 – População de ocupados por classe de rendimento



Fonte: Censo Demográfico

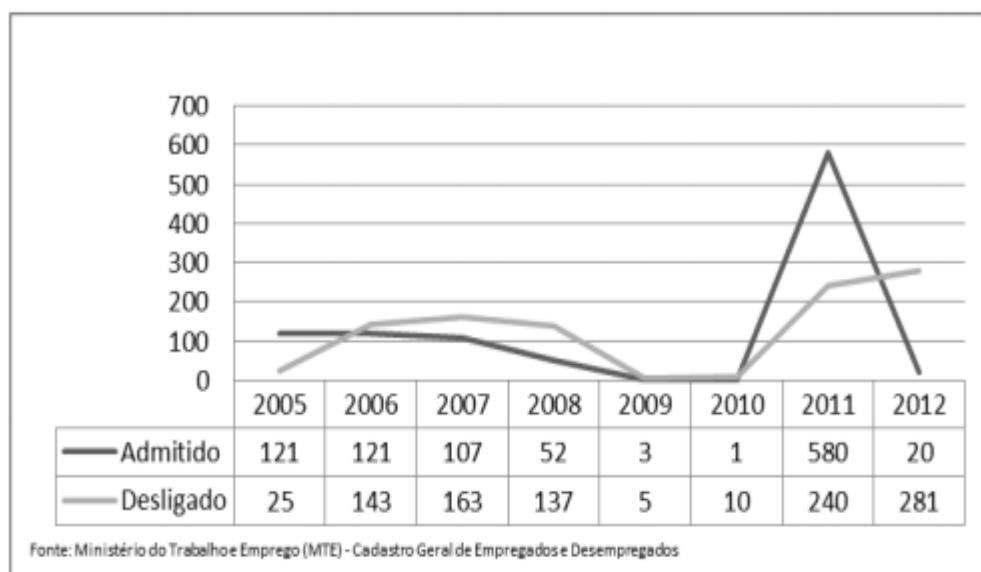
O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 516,72. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 636,85 e entre as mulheres de R\$ 408,03, apontando uma diferença de 56,08% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Gráfico 13), o mercado de trabalho formal do município apresentou, por apenas dois anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. No último ano, as admissões registraram 20 contratações contra 281 demissões.

O mercado de trabalho formal, em 2010, totalizava 261 postos, 13,0% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o estado, que cresceu 36,6% no mesmo período.

Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Administração Pública (de 59,33%, em 2004, para 86,97%, em 2010), seguido pelo setor do Comércio (de 1,00% para 10,34%). O que mais perdeu participação foi o de Agropecuária de 32,67% para 0,00%.

Gráfico 15 – Admitidos e desligados no município – 2005 a 2012



A distribuição por grandes grupos de ocupação (Quadro 08) mostrou que em 2010 os dois maiores grupos são dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca e ocupações elementares. Juntos, os dois grupos totalizam 42,5% das ocupações do município.

Quadro 09 – Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupação - 2010

Grandes grupos de ocupações	N	%
Diretores e gerentes	59	4,6
Profissionais das ciências e intelectuais	114	8,9
Técnicos e profissionais de nível médio	69	5,4
Trabalhadores de apoio administrativo	26	2,0
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	199	15,5
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	303	23,7
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	114	8,9
Operadores de instalações e máquinas e montadores	85	6,6
Ocupações elementares	241	18,8
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	-	-
Ocupações mal definidas	71	5,5
<b>Total</b>	<b>1.281</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A distribuição das pessoas ocupadas por seção de atividade revelou que a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas detinham 45,1% do total da população ocupada no município.

Quadro 10 – Distribuição da população ocupada por seção de atividades - 2010

<b>Seção de atividade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	367	28,6
Indústrias extrativas	-	-
Indústrias de transformação	43	3,4
Eletricidade e gás	-	-
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	08	0,6
Construção	87	6,8
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	211	16,5
Transporte, armazenagem e correio	59	4,6
Alojamento e alimentação	70	5,5
Informação e comunicação	-	-
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	02	0,2
Atividades imobiliárias	-	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	10	0,8
Atividades administrativas e serviços complementares	05	0,4
Administração pública, defesa e seguridade social	94	7,3
Educação	141	11,0
Saúde humana e serviços sociais	36	2,8
Artes, cultura, esporte e recreação	28	2,2
Outras atividades de serviços	26	2,0
Serviços domésticos	77	6,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal especificadas	16	1,2
<b>Total</b>	<b>1.281</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A parcela de 50,8% dos ocupados trabalhava de 40 a 48 horas e 16,2% têm uma jornada superior.

Gráfico 16 – Distribuição da população ocupada por grupos de horas trabalhadas



Fonte: Censo Demográfico - 2010

## 1.5.7 Aspectos Sociais

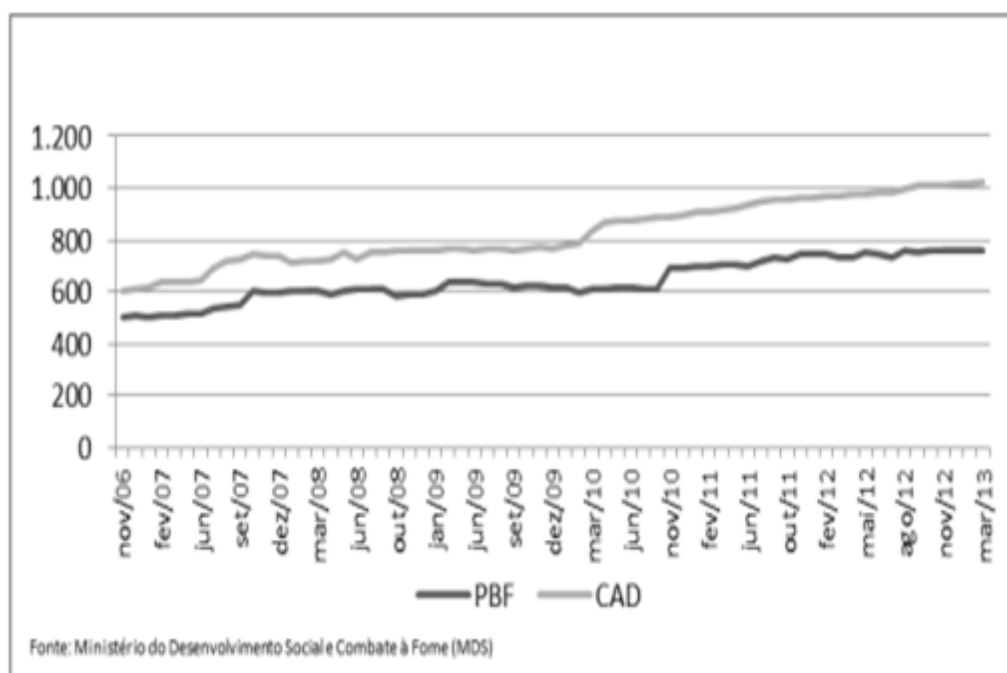
### 1.5.7.1 Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 4.845 residentes, dos quais, 1.159 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 23,9% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 636 (54,8%) viviam no meio rural e 524 (45,2%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 1.026 famílias registradas no Cadastro Único e 759 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (73,98% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município.

Gráfico 17 – Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de Beneficiários do Programa Bolsa Família – 2006 a 2013



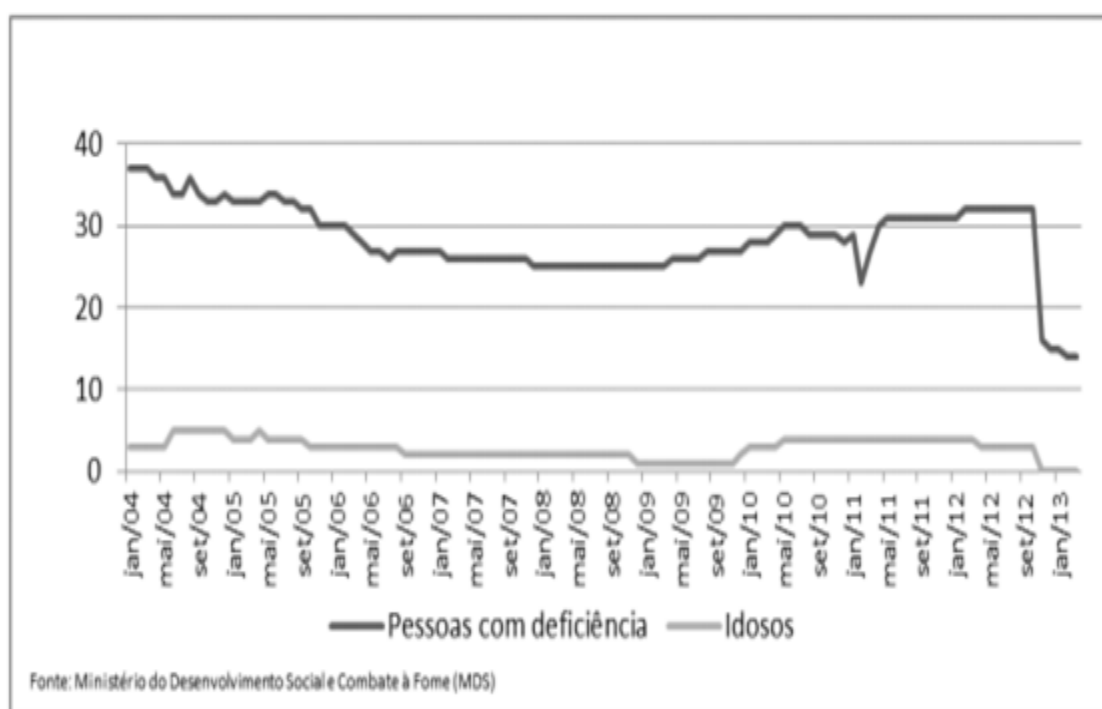
O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 40 famílias em situação de extrema pobreza.

### 1.5.7.2 Assistência Social

Os atendimentos realizados no âmbito da rede socioassistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. O gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC do município de Parazinho, considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário.

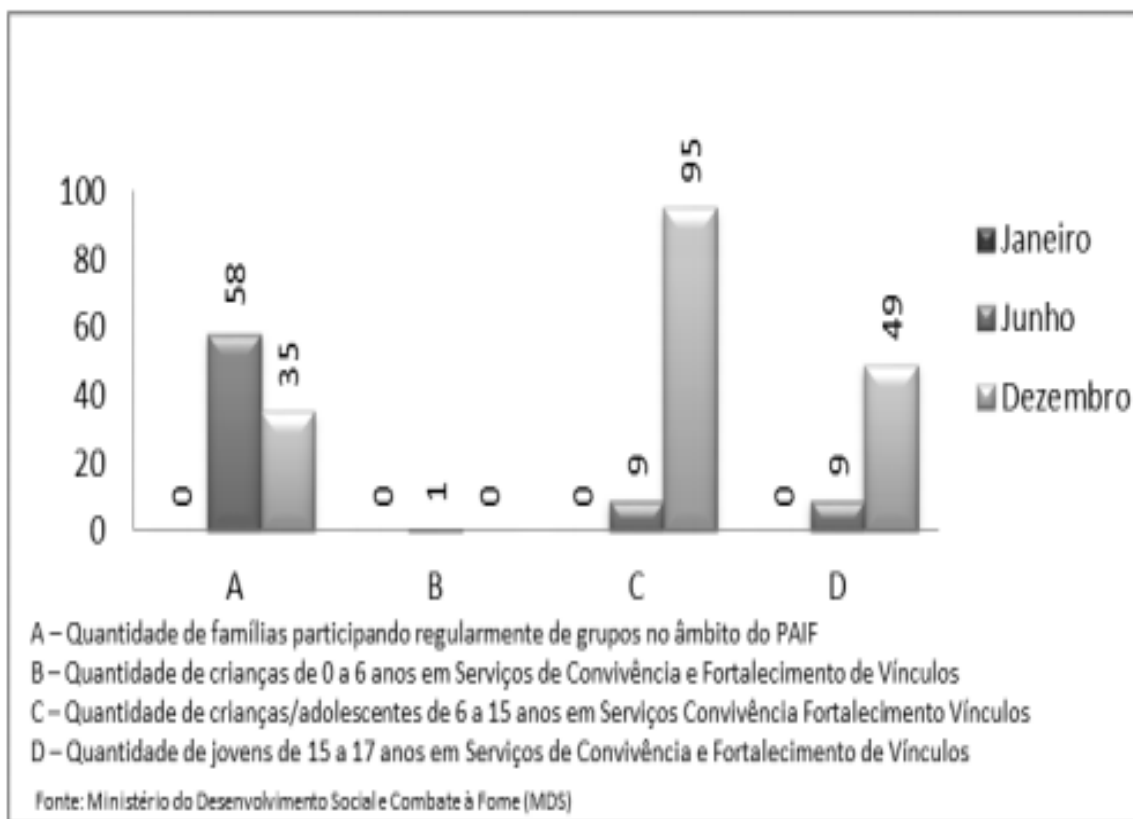
Gráfico 18 – Evolução da quantidade de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por tipo de benefício – 2004 a 2013.



Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012.



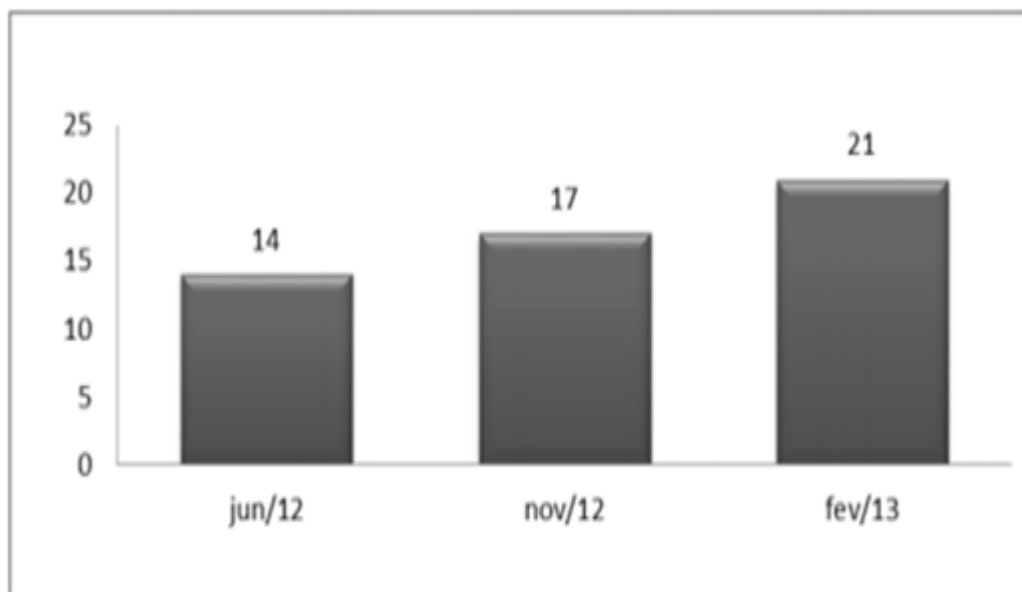
Gráfico 19 – Atendimento no PAIF e nos serviços de convivência e Fortalecimento de vínculos



### 1.5.7.3 Inclusão Produtiva

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família, e de atendimento socioassistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 43 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013.

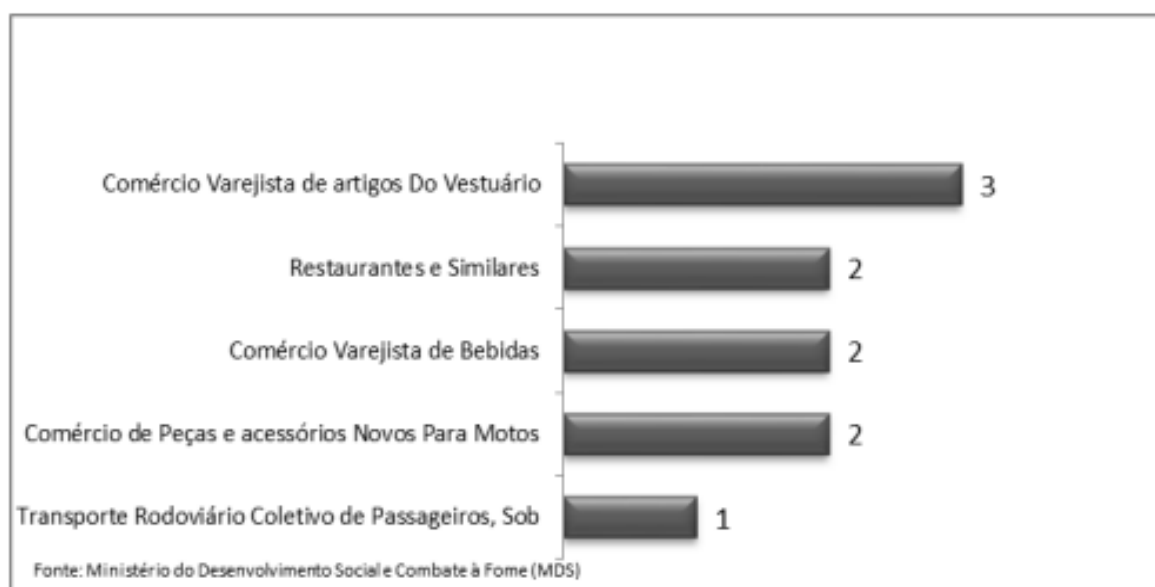
Gráfico 20 – Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no cadastro único



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o município, as 05 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 21 - Distribuição das cinco principais atividades dos microempreendedores individuais - 2012



Fonte: CU e MEI

#### 1.5.7.4. Renda

A renda per capita média de Parazinho cresceu 180,20% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 83,78, em 1991, para R\$ 149,33, em 2000, e para R\$ 234,75, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,57%. A taxa média anual de crescimento foi de 6,63%, entre 1991 e 2000, e 4,63%, entre 2000 e 2010 (Quadro 11).

Quadro 11 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Parazinho – RN

<b>Renda, Pobreza e Desigualdade</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Renda per capita (em R\$)	83,78	149,33	234,75
% de extremamente pobres	56,99	34,32	23,20
% de pobres	86,92	66,33	47,58
Índice de Gini	0,43	0,51	0,52

FONTE: PNUD, IPEA E FJP.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 86,92%, em 1991, para 66,33%, em 2000, e para 47,58%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,43, em 1991, para 0,51, em 2000, e para 0,52, em 2010.

#### 1.5.7.5. Trabalho

De acordo com o Censo 2010, o município passou a ter uma população de 4.845 habitantes, desse total, 2.973 pessoas apresentaram faixa etária igual ou superior a 18 anos de idade, representando um percentual de 61,4% de residentes no município. 47,7 % representavam a população economicamente ativa; 14,4% a ativa desocupada e 37,9% a população economicamente inativa. O Quadro 12 mostra a composição da população de 18 anos ou mais economicamente ativa e inativa residentes no município, em 2010.

Quadro 12 - Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010

<b>Composição da população</b>	<b>População de 18 anos ou mais</b>
População economicamente ativa ocupada	1.418
População economicamente ativa desocupada	428
População economicamente inativa	1.127

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

De acordo com o Quadro 13, observa-se que, entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 54,24%, em 2000, para 47,70%, em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 15,05%, em 2000, para 14,39%, em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 29,00% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 2,93% na indústria de transformação, 7,13% no setor de construção, 0,65% nos setores de utilidade pública, 13,60% no comércio e 45,42% no setor de serviços.

Quadro 13 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Parazinho - RN

<b>Ocupação da população de 18 anos ou mais</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Taxa de atividade	54,24	47,70
Taxa de desocupação	15,05	14,39
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	22,76	23,92
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com Ensino fundamental completo	17,14	40,53
% dos ocupados com Ensino médio completo	14,05	26,92
<b>Rendimento médio</b>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	82,25	57,66
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	96,17	90,70
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimos	99,52	98,34

FONTE: PNUD, IPEA E FJP.

### 1.5.7.6 Vulnerabilidade social – Parazinho - RN

O quadro abaixo mostra que o município de Parazinho apresentou ao longo desses 20 (vinte) anos uma queda na mortalidade infantil, passando de 97,55%, em 1991, para 68,67% e para 32,60%, em 2010. Na educação, a vulnerabilidade social diminuiu de forma considerável, passando de 85,15%, em 2000, para 50%, em 2010, e no mesmo período, a taxa de crianças de 6 a 14 anos fora da escola passou de 11,03%, em 2000, para 1,33%, em 2010. Dentre outros aspectos mostrados do quadro abaixo, tais como o do trabalho e renda e condições de moradia, houve melhoria nas condições de vida da população no seu município.

Quadro 14 – Vulnerabilidade Social do município de Parazinho

<b>Vulnerabilidade Social de Crianças e Jovens</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Mortalidade infantil	97,55	68,67	32,60
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	85,15	50,00
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	55,16	11,03	1,33
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	31,02	28,80
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,84	10,87	5,05
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	11,53	4,65
<b>Família</b>			
% de mães chefes de família sem Ensino fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	23,03	16,21	36,73
% de vulneráveis e dependentes de idosos	5,47	6,74	7,16
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	65,35	47,54	34,51
<b>Trabalho e Renda</b>			
% de vulneráveis à pobreza	95,60	86,73	70,63
% de pessoas de 18 anos ou mais sem Ensino fundamental completo e em ocupação informal	-	81,60	70,61
<b>Condição de Moradia</b>			

% da população em domicílios com banheiro e água encanada	17,19	9,87	37,55
---	-------	------	-------

FONTE: PNUD, IPEA E FJP

## 1.6 ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL

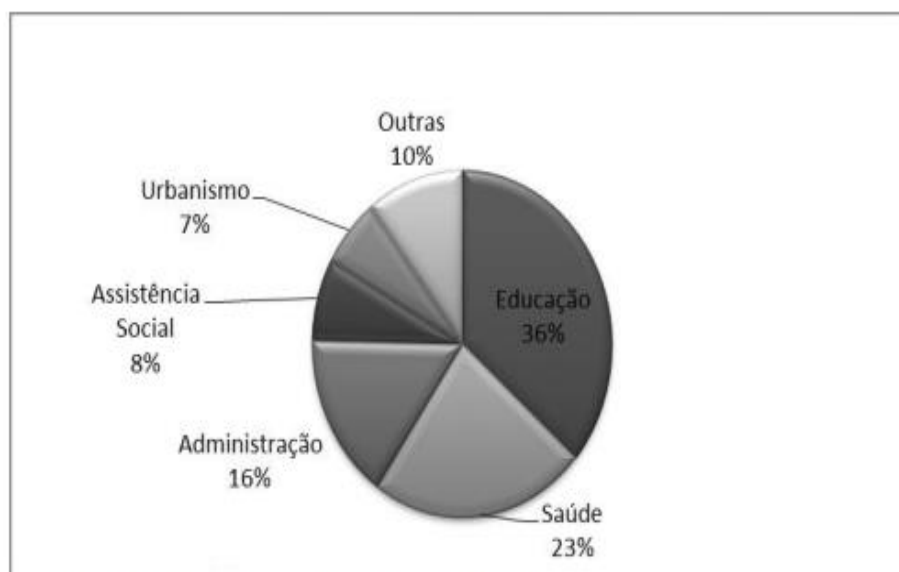
### 1.6.1 Finanças públicas

A receita orçamentária do município passou de R\$ 4,7 milhões, em 2005, para R\$ 9,0 milhões, em 2011, o que retrata uma alta de 91,4%, no período, ou 17,62% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 4,18%, em 2005, para 2,70%, em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 15,25% para 15,78%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 60,93% da receita orçamentária, em 2005, para 49,75% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do estado, que ficou em 31,35%, em 2011.

Gráfico 22 - Distribuição e percentual das 05 (cinco) principais despesas do município -2011



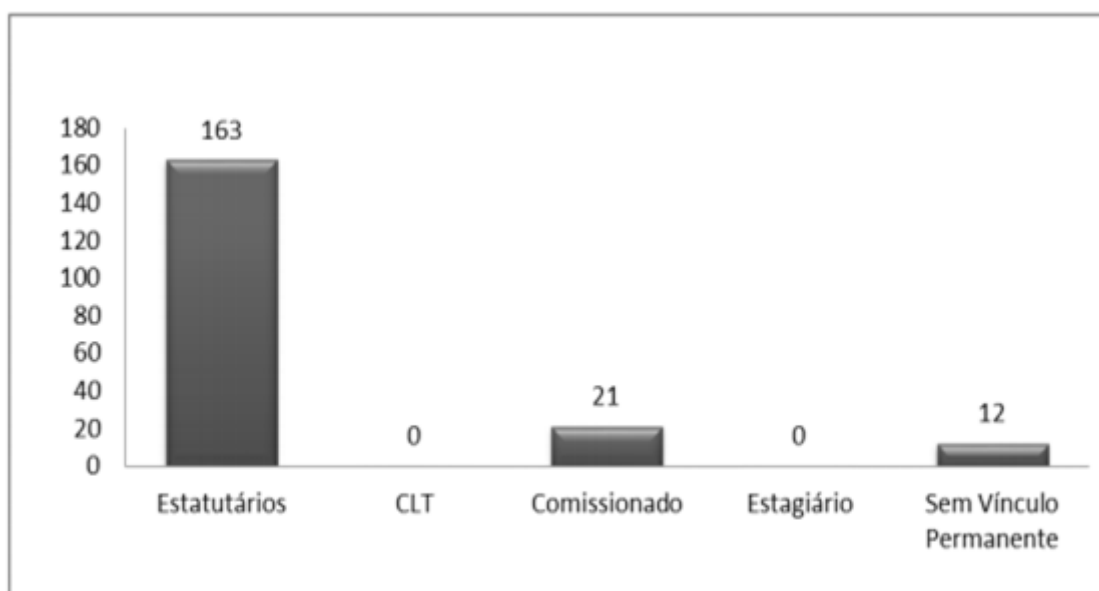
Fonte: Ministério da Fazenda (MF) - Tesouro Nacional

As despesas com educação, saúde, administração, transporte e assistência social foram responsáveis por 86,57% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 6,97% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 5,18%.

### 1.6.2 Recursos Humanos

A Administração Municipal conta com 196 servidores, entre os quais, 83,2% são estatutários. Entre 2009 e 2010, o município não realizou concurso público.

Gráfico 23 – Total de servidores da administração municipal segundo tipo de vínculo – 2011



Fonte: IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - 2011

### 1.6.3. Aspectos demográficos da extrema pobreza

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 4.845 residentes, dos quais, 1.159 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 23,9% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 636 (54,8%) viviam no meio rural e 524 (45,2%) no meio urbano. O Censo também revelou que no município havia 113 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 82 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 353 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos

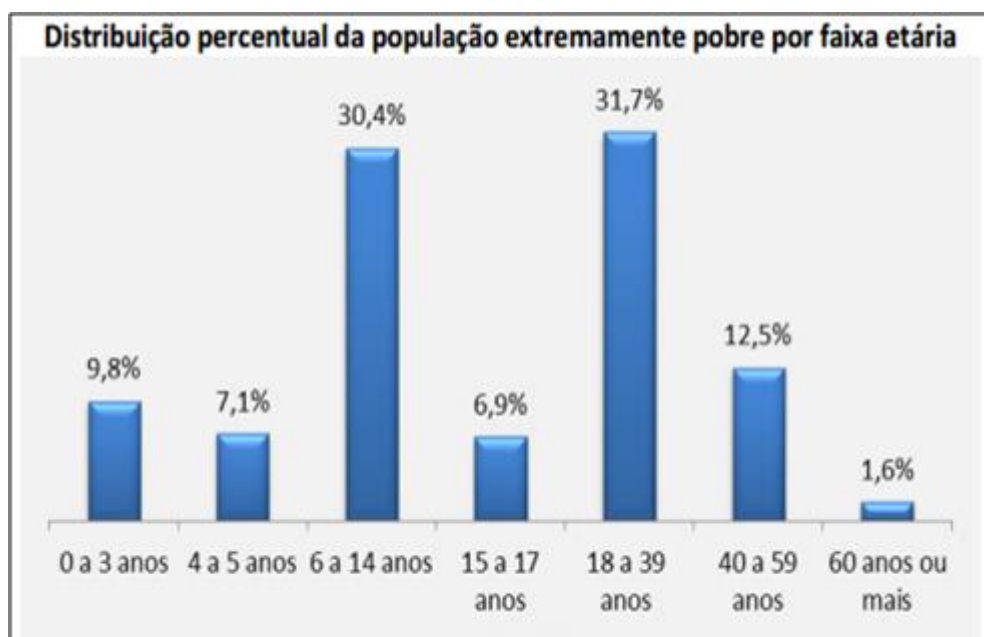
havia 81 jovens nessa situação. Foram registradas 18 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 54,2% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos. Observe o quadro e gráfico a seguir.

Quadro 15– População em situação de extrema pobreza por faixa etária

Idade	Quantidade
0 a 3	113
4 a 5	82
6 a 14	353
15 a 17	81
18 a 39	367
40 a 59	145
65 ou mais	18
Total	1.159

Fonte: Censo IBGE – 2010.

Gráfico 24 – Caracterização da população extremamente pobre de Parazinho



Fonte: IBGE



### **1.6.3.1 Gênero**

Do total de extremamente pobres no município, 594 são mulheres (51,3%) e 565 são homens (48,7%).

### **1.6.3.2 Cor ou Raça**

Do total da população em extrema pobreza do município, 225 (19,4%) se classificaram como brancos e 929 (80,2%) como negros. Dentre estes últimos, 41 (3,5%) se declararam pretos e 888 (76,6%) pardos. Outras 05 pessoas (0,4%) se declararam amarelos ou indígenas.

### **1.6.3.3 Pessoas com deficiência**

De acordo com o censo 2010, havia 9 indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental; 123 tinham alguma dificuldade para enxergar; 15 para ouvir e 29 para se locomover.

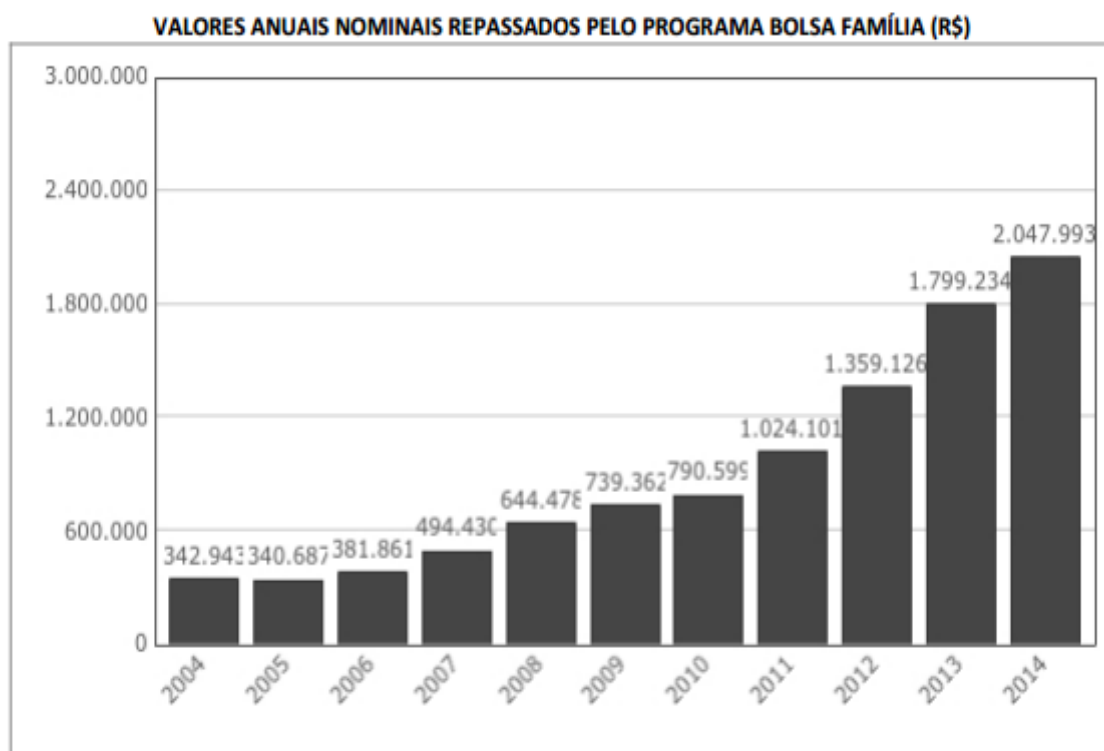
### **1.6.3.4 Condições de moradia**

Eletricidade, água, esgotamento sanitário e coleta de lixo: 112 pessoas extremamente pobres (9,6% do total) viviam sem luz, 232 (20,0%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 919 (79,3%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 556 (48,0%) não tinham o lixo coletado. Banheiro no domicílio e paredes externas de alvenaria: 613 pessoas extremamente pobres (52,9% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. 293 (25,3%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

## **1.6.4 Transferência de Renda/Programa Cobertura Repasse total**

Em 2014, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 2.197.354,65) representou 41,13 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 5.341.877,99). De 2004 a 2014, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 497,18 %.

Gráfico 25 – Valores anuais repassados ao município pelo programa Bolsa Família



População (2014): 5.127 habitantes

Os quadros abaixo mostram as fontes de recursos transferidas para o município. 857 famílias se cadastraram no programa Bolsa Família, em 2015, cada uma irá receber em torno de R\$ 199,17 ao mês, durante 12 meses do ano de 2015. 18 pessoas, em dezembro de 2014, cadastraram-se no Programa Benefício de Prestação Continuada, cada uma irá receber R\$ 18.632,10.

Quadro 16 – Demonstrativo da Transferência de Renda

<b>TRANSFERÊNCIA DE RENDA</b>		
Programa	Cobertura	Repassé total em 2014 (R\$)
Bolsa Família	857 famílias (janeiro de 2015)	R\$ 2.048.298,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	18 pessoas (dezembro de 2014)	R\$ 149.056,65

**TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO**

	Recursos disponíveis em conta (R\$)
IGD PBF	5.687,49 (dezembro de 2014)
IGD SUAS	2.108,93 (dezembro de 2014)
Proteção Social Básica	49.697,26 (dezembro de 2014)
Proteção Social Especial	62,12 (dezembro de 2014)

**REDE COFINANCIADA PELO MDS - EQUIPAMENTOS E EQUIPES**

	Implantado	Com pendência de implantação	Total cofinanciado pelo MDS
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)	1	0	1
Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)	0	0	0
Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centros POP)	0	0	0
Equipes volantes de Assistência Social	0	0	0

*Relatório gerado em 27 de fevereiro de 2015*

**1.6.5. Programas Assistencialistas****1.6.5.1 O Brasil sem miséria**

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa. Com o Brasil Sem Miséria, a fórmula de cálculos dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superaram o patamar da extrema pobreza. Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda,

inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano.

De junho de 2011 a novembro de 2014, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 54 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam a miséria. O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços em aumentar a qualidade das informações registradas quando da atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios. Garantia de Renda Programa Bolsa Família, em janeiro de 2015, o município tinha 857 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 124,38 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 124,38 %). Foram transferidos R\$ 180.814,00 às famílias beneficiárias do Programa, em janeiro de 2015. De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a janeiro de 2015, houve aumento de 22,25 % no total de famílias beneficiárias. Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.

#### **1.6.5.2 Acompanhamento de condicionalidades**

Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal. No município, 97,83 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 92,03 %. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de educação continuem trabalhando juntas para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada. Na área da saúde, o acompanhamento chega a 85,25 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 07 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,44 %. O município está acima da média, mas ainda assim

é importante que as secretarias de assistência social e de saúde continuem trabalhando em articulação para aumentar o número de famílias com acompanhamento de saúde.

#### **1.6.5.3 Benefícios variáveis, gestantes e nutrízes**

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011, o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrízes. Em janeiro de 2015, 16 famílias recebiam o benefício variável à gestante (BVG) e 13 famílias recebiam o benefício variável nutríz (BVN) no município.

Para o acesso a Serviços de Assistência Social a fim de fazer frente a um desafio com o tamanho e a abrangência territorial do Brasil Sem Miséria, focado no público mais vulnerável do país, foi necessário que o Plano tivesse como referência uma rede com as mesmas características – a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O sucesso do Brasil Sem Miséria demanda o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre a secretaria municipal de assistência social e as secretarias de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas na estratégia de superação da extrema pobreza. O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza aos municípios recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços. Em janeiro de 2015, o município tinha em seu território: - 1 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciado pelo MDS.

#### **1.6.5.4 Educação**

Brasil Carinhoso - Creches A (da) Ação Brasil Carinhoso dão estímulos financeiros aos municípios para aumentar o acesso da população mais pobre aos serviços de educação infantil. O objetivo é incentivar o aumento das vagas para as crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Bolsa Família, nas creches públicas ou conveniadas com o poder público. E, com mais recursos, melhorar o atendimento às crianças e suas famílias. Para isso, o MDS complementa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) repassados pelo MEC. São 50% mais recursos para cada vaga ocupada por criança do Bolsa Família. Em 2012, foram identificadas 30 crianças em creches contempladas com programa do Bolsa Família. Em

razão disso, com o Brasil Carinhoso, o MDS suplementou em R\$ 12.580,20 o repasse para creches.

Para 2013, o município já fez o pedido de suplementação a partir da identificação de 20 crianças no Bolsa Família em 2 creches. Neste ano de 2013, o *status* do seu município no SIMEC era de aguardando pagamento. Para saber como e quando utilizar os recursos, leia atentamente a Resolução 17/2013 do FNDE.

#### **1.6.5.4 Escola em Tempo Integral**

O Mais Educação é a estratégia indutora da oferta de educação em tempo integral no país. É um Programa que estimula a ampliação da jornada nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias. Para oferecer educação em tempo integral, acrescentam-se às atividades curriculares já existentes outras como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e artes. O governo federal repassa recursos para ressarcir a escola pelo pagamento de alimentação e transporte dos monitores, compra de materiais permanentes e de consumo, contratação de serviços e aquisição de *kits* pedagógicos. A oferta de educação integral é uma das estratégias para superação da extrema pobreza. Por isso, as escolas em que mais de 50% dos alunos vêm de famílias beneficiárias do Bolsa Família são prioridade para integrar o Mais Educação. Em 2013, o município fez adesão para oferecer educação em tempo integral em 3 escolas do Ensino fundamental, sendo 3 com mais da metade dos seus alunos no Programa Bolsa Família.

#### **1.6.5.5 Inclusão Produtiva**

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria). O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único. Custeados pelo MEC, os cursos são ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema “S” (Senai, Senac, Senat e Senar), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. O aluno recebe todo o material escolar e didático, além da “assistência estudantil”, que consiste em alimentação e transporte ou de recursos para custeá-los. São mais de 500 opções de cursos

em áreas como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricista, auxiliar administrativo, entre outras. Há vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial até alunos com ensino médio, a depender do curso.

Ao proporcionar qualificação profissional, o Pronatec Brasil Sem Miséria aumenta as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis. Municípios de qualquer porte populacional podem aderir, sem a necessidade de celebração de convênio com a União ou de pagamento de contrapartida por parte do poder público municipal. Trimestralmente, as prefeituras podem renegociar com as escolas a oferta de cursos do Pronatec Brasil Sem Miséria no seu município. De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foram efetuadas 583 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria no município. Para 2014, foi pactuada a oferta de 460 vagas do Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

#### **1.6.5.5 Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER)**

A ATER é um serviço de educação não formal em que agentes capacitados auxiliam agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais para que melhorem suas atividades produtivas. A assistência técnica promove o aperfeiçoamento do sistema de produção das unidades produtivas familiares, aumentando a quantidade, a qualidade e o valor de seus produtos. Assim, as famílias podem ter bons alimentos para consumo próprio, melhorando sua situação nutricional, e gerar excedentes para comercializar, melhorando sua renda e qualidade de vida. De maio de 2011 a setembro de 2014, 100 famílias de agricultores familiares do município tiveram o acesso a serviços de ATER garantido por meio de chamadas públicas para seleção de instituições especializadas na prestação desses serviços, contratadas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

#### **1.6.5.6 Fomento às Atividades Produtivas Rurais**

No Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais, as famílias agricultoras recebem recursos para financiar a implantação dos projetos de estruturação produtiva elaborados juntamente com os técnicos de ATER. O pagamento é feito pelo MDS diretamente aos agricultores por meio do cartão do Bolsa Família ou pelo Cartão Cidadão. Cada família pode

receber até R\$ 2.400,00, divididos em até três parcelas. Não se trata de empréstimo, ou seja, não é preciso devolver o dinheiro. Os recursos devem ser usados na compra de insumos e equipamentos (como sementes, adubos, ferramentas, animais e matrizes) ou na contratação de pequenos serviços necessários à implantação do projeto. De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, 69 famílias de agricultores familiares do município receberam recursos para financiar a implantação de projetos de estruturação produtiva elaborados juntamente com os técnicos de ATER.

#### **1.6.5.7 Água para Todos**

O objetivo do Programa Água para Todos é garantir amplo acesso à água potável para as populações rurais. Isso é fundamental para a segurança alimentar e nutricional, não só por causa do consumo da água pelas famílias mas também porque o acesso à água amplia a produção de alimentos e a criação de animais, que podem ser consumidos (com impacto na situação alimentar e nutricional) e gerar excedentes a serem comercializados, propiciando renda e melhorando a vida das famílias. O Programa Água para Todos implanta cisternas para o armazenamento de água para o consumo humano. A população beneficiada recebe orientações sobre o manuseio da água, melhorando seu aproveitamento e diminuindo a incidência de doenças causadas pela falta de informações e de cuidados com a água consumida. De janeiro de 2011 a dezembro de 2014, foram entregues 141 cisternas de armazenamento de água para consumo.



## **2 ASPECTOS EDUCACIONAIS**

A elaboração do Plano Municipal de Educação de Parazinho segue nessa seção com a ação – Diagnóstico da Educação. Diagnosticar, analisar é uma atividade imprescindível para qualquer ação que envolve planejamento, bem como atividades estratégicas. Para melhor compreendermos a educação do seu município, foram realizadas atividades de pesquisas, coleta de dados e de diagnósticos através de uma investigação com a participação coletiva de um grupo de colaboradores e Comissões Representativas quando se procedeu coletivamente o diagnóstico que ora apresentamos em forma de textos, tabelas e gráficos.

No Brasil, a Educação Básica é constituída da Educação infantil (creche e pré-escola), faixa etária de 0 a 5 anos; Ensino Fundamental que compreende anos iniciais e anos finais – faixa etária de 6 a 14 anos; Ensino Médio equivalente aos 15 a 17 anos; e a Educação Profissional técnica de nível médio. Entende-se que quando uma criança começa seus estudos na idade certa ela terá concluído a educação básica aos 17 anos. Aos 18, tendo iniciado o seu curso superior, terá concluído, aproximadamente, por volta da idade de 22 anos.

### **2.1 Diagnosticando a Educação do município de Parazinho**

#### **2.1.1 – Aspectos gerais da educação do município**

Em 2010, 1.243 estudantes cursavam Ensino Fundamental, 421 se encontravam no nível de instrução “Fundamental Completo e Médio Incompleto”, 386 possuíam “Médio Completo e Superior Incompleto” e apenas 57 se encontravam cursando Ensino Superior. Os dois últimos dados indicam, a princípio, que a conclusão do Ensino Médio não implica na continuidade dos estudos, pois menos de 15% da população apta a cursar nível superior se encontra fazendo-o. O número de residentes com nível de instrução “superior completo” é de 93 pessoas, representando menos de 2% da população do município. Em contrapartida, e não menos preocupante, é o número de pessoas classificadas como “Sem instrução e fundamental incompleto”, que alcançava, em 2010, 2.973 pessoas, ou seja, mais de 61% da população do município. Dentre essas pessoas, 33%, de 15 anos ou mais de idade, não sabem ler ou escrever, percentual que foi de 43%, aproximadamente, no Censo de 2000. Quando comparados os dados educacionais dos dois últimos censos do IBGE, ficam evidentes avanços, ainda que exigindo investimentos e atenção do poder público. Da população total, 60,40% são alfabetizados.

Tabela 01 – Caracterização Educacional da população de Parazinho - 2010

Características da Educação do município		
DESCRIÇÃO	%	População
População 2010	-	4845 habitantes
Cursando o Ensino Fundamental	25,67	1.243 Estudantes
Fundamental Completo e Médio Incompleto	8,69	421 Estudantes
Médio Completo e Superior Incompleto	8,00	386 Estudantes
Cursando o Ensino Superior	1,17	57 Estudantes
Com nível de instrução Superior Completo	1,91	93 pessoas
Sem instrução e fundamental incompleto	61,37	2973 pessoas
Com 15 anos ou mais de idade - analfabetas	-	982 pessoas

Fonte: Censo Escolar/IBGE.

Tabela 02 – População de alfabetizados no município

	% de Alfabetizados
Censo 2000	57%
Censo 2010	60,40 %

Fonte: Censo Escolar/IBGE.

### 2.1.2 Crianças e Jovens

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 100,00%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino fundamental é de 77,09%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com Ensino fundamental completo é de 25,08%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com Ensino médio completo é de 11,41%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 90,77 pontos percentuais, 68,37 pontos percentuais, 18,70 pontos percentuais e 7,75 pontos percentuais.

Quadro 17 – População *versus* escolarização

Porcentagem/idade/série	1991	2000	2010
% de 5 a 6 anos na escola	9,23%	63,68%	100,00%
% de 11 a 13 anos nos anos finais do Ensino fundamental REGULAR SERIADO ou com Ensino fundamental completo	8,72%	24,88%	77,09%
% de 15 a 17 anos com Ensino fundamental completo	6,38%	4,07%	25,08%
% de 18 a 20 anos com Ensino médio completo	3,66%	10,74%	11,41%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Quadro 18 – Escolarização no Município, Estado e União

<b>Porcentagem/idade/série</b>	<b>Parazinho</b>	<b>RN</b>	<b>Brasil</b>
% de 5 a 6 anos na escola	100,00%	94,58%	91,12%
% de 11 a 13 anos nos anos finais do Ensino fundamental REGULAR SERIADO ou com Ensino fundamental completo	77,09%	85,04%	84,86%
% de 15 a 17 anos com Ensino fundamental completo	25,08%	48,77%	57,24%
% de 18 a 20 anos com Ensino médio completo	11,41%	36,11%	41,01%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Em 2010, 72,28% da população de 6 a 17 anos do município estava cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000, eram 52,48% e, em 1991, 67,42%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 2,56% estavam cursando o ensino superior, em 2010. Em 2000, era 1,35% e, em 1991, 0,00%.

### **2.1.2.1 Expectativa de Anos de Estudo**

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 5,95 anos para 8,94 anos, no município, enquanto na UF passou de 8,56 anos para 9,54 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,00 anos, no município, e de 7,51 anos, na UF.

### **2.1.3 População Adulta**

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta e o percentual da população de 18 anos ou mais com o Ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 12,96% para 26,74%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 7,99%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 42,92% eram analfabetos, 21,70% tinham o Ensino fundamental completo, 14,84% possuíam o Ensino médio completo e 3,99%, o Superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Quadro 19 – Escolaridade da população adulta – 1991 a 2010.

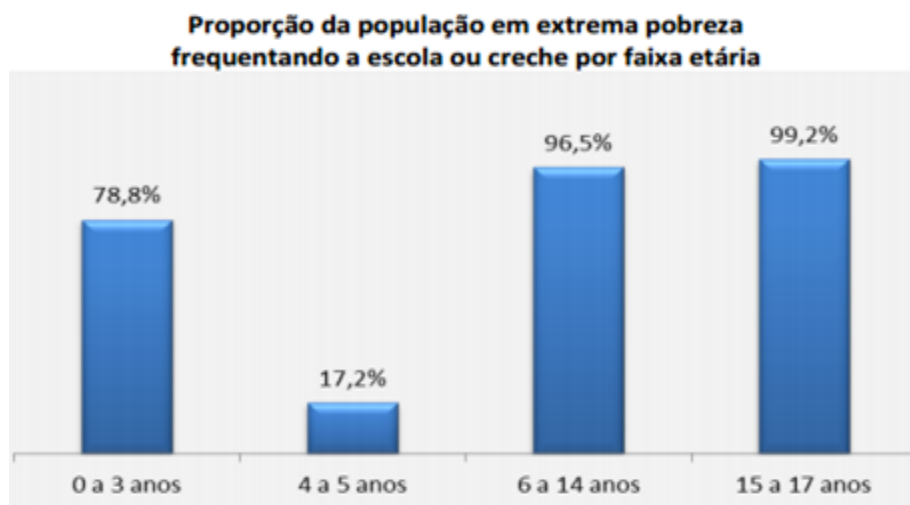
<b>Ano 1991</b>	<b>% de 25 anos ou mais com Ensino médio completo</b>
Ensino fundamental incompleto e analfabeto	67,54%
Ensino fundamental incompleto e alfabetizado	27,45%
Ensino fundamental completo e médio incompleto	1,19%
Ensino médio completo e superior incompleto	3,82%
Superior completo	0,00%
<b>Ano 2000</b>	<b>% de 25 anos ou mais com Ensino médio completo</b>
Ensino fundamental incompleto e analfabeto	53,93%
Ensino fundamental incompleto e alfabetizado	35,49%
Ensino fundamental completo e Ensino médio incompleto	2,80%
Ensino médio completo e Superior incompleto	7,48%
Superior completo	0,30%
<b>Ano 2010</b>	<b>% de 25 anos ou mais com Ensino médio completo</b>
Ensino fundamental incompleto e analfabeto	42,92%
Ensino fundamental incompleto e alfabetizado	35,38%
Ensino fundamental completo e Ensino médio incompleto	6,86%
Ensino médio completo e Superior incompleto	10,85%
Superior completo	3,99%

FONTE: PNUD, IPEA E FJP.

#### 2.1.4 Educação da população em extrema pobreza

Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 209 não sabiam ler ou escrever, o que representa 36,4% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 113 eram chefes de domicílio.

Gráfico 26 – População em extrema pobreza frequentando a escola ou creche



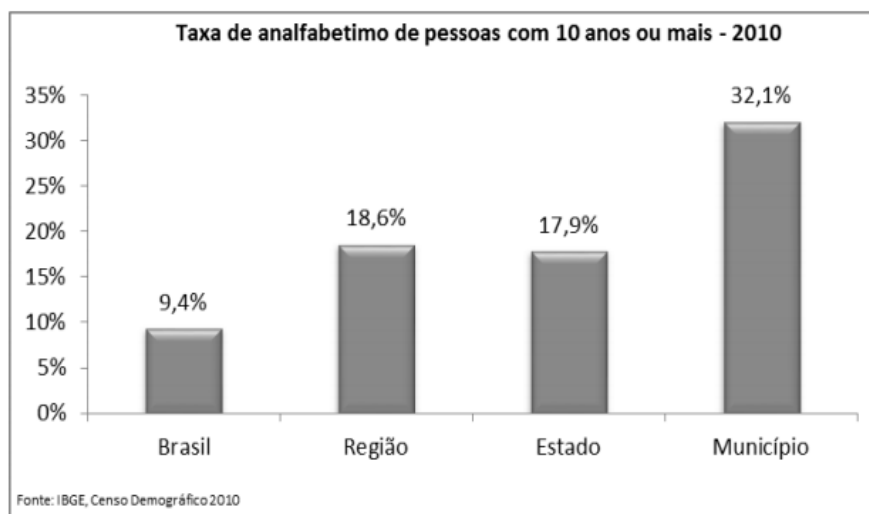
Fonte: IBGE

O Censo de 2010 revelou que no município havia 94 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 82,8% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 03 crianças fora da escola (3,5% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 03 (0,8%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 19 estavam fora da escola (23,8% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

### 2.1.5 População sem escolaridade

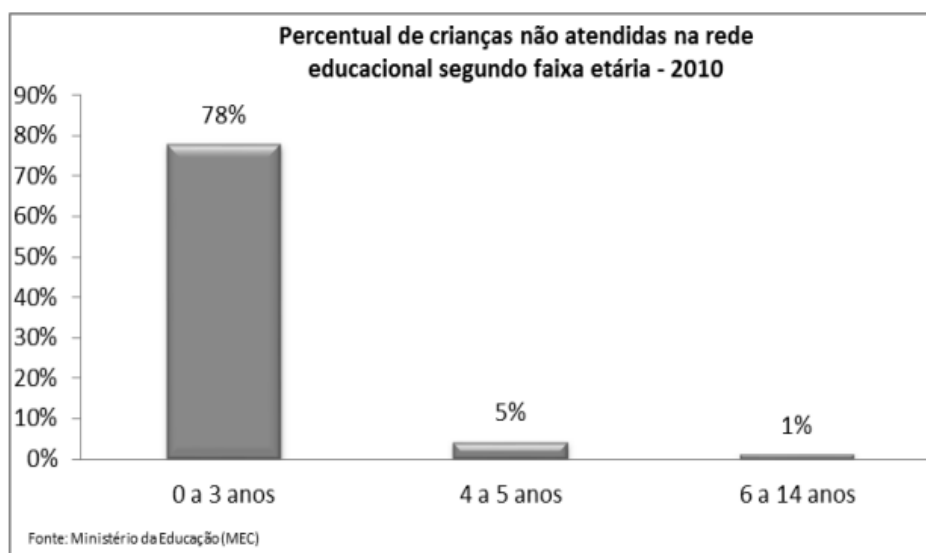
Conforme dados do último Censo Demográfico em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 29,5%. Na área urbana, a taxa era de 28,0% e na zona rural era de 32,3%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 9,9%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é maior que a taxa do estado.

Gráfico 27 – Analfabetos acima de 10 anos ou mais no município – 2010



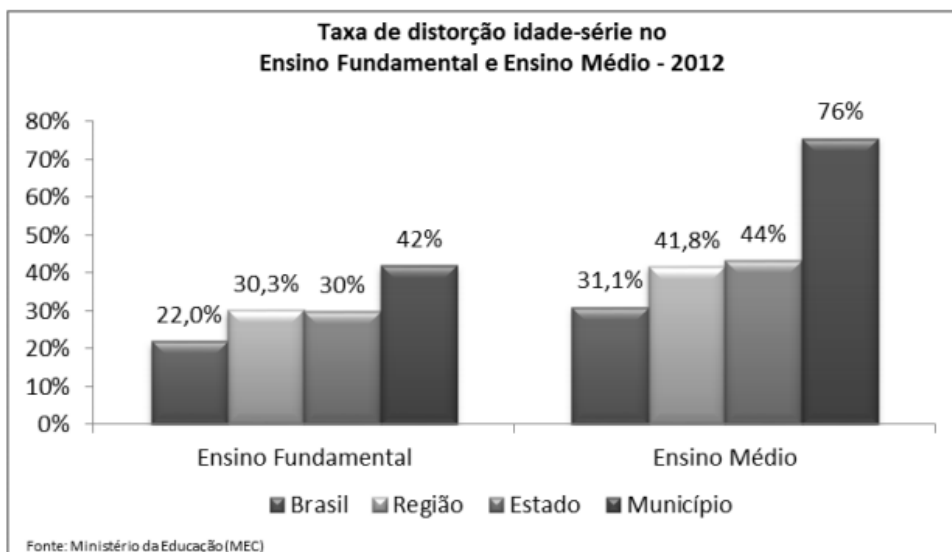
De acordo com dados do INEP, em 2012, a taxa de distorção idade/série no Ensino fundamental foi de 28,6% do 1º ao 5º ano e de 63,5% do 6º ao 9º ano. A taxa de distorção idade/série no Ensino fundamental municipal foi maior, quando comparada às taxas da região Nordeste, maior que a do estado e maior que a do Brasil.

Gráfico 28 – População de crianças não atendidas na rede educacional segundo faixa etária - 2010



A taxa de distorção idade/série no Ensino médio do município foi maior que a taxa do Brasil, maior que a da região e maior que a do estado.

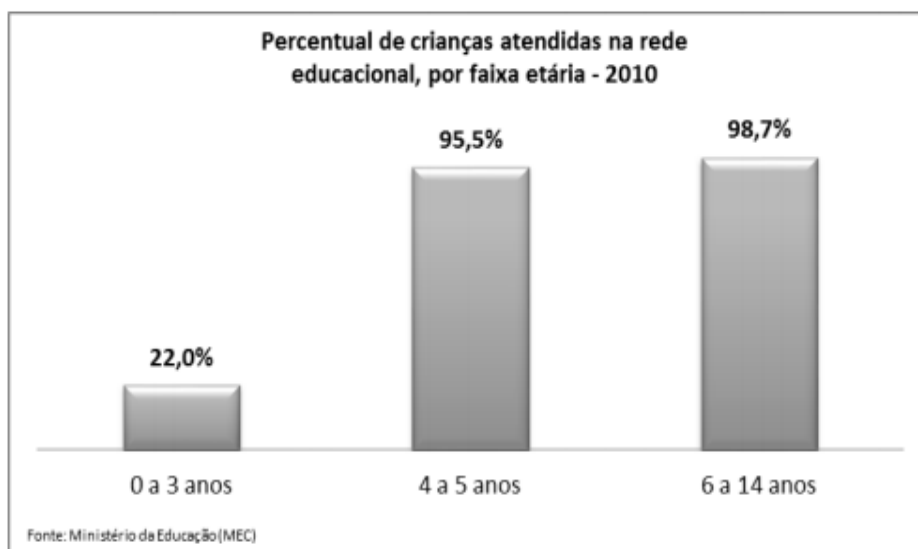
Gráfico 29 – Distorção idade/série - 2012



Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 29,5%. Na área urbana, a taxa era de 28,0% e na zona rural era de 32,3%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 9,9%.

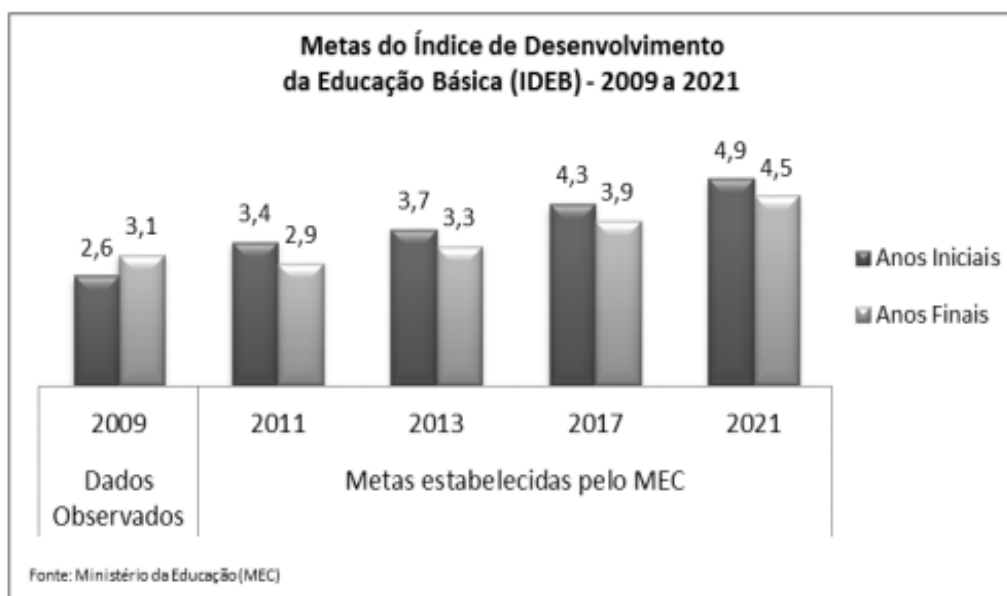
No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 30 – População de crianças atendidas na rede educacional, por faixa etária - 2010



Foram calculadas, também, metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 31 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)



### 2.1.6 Organização e Funcionamento da Educação Municipal

A primeira escola constituída no município foi a Escola Estadual Professor Miguel Monteiro, a instituição oferecia no ensino das séries iniciais basicamente leitura e escrita e as quatro operações da matemática.

Atualmente, o município de Parazinho conta com 06 (seis) estabelecimentos de ensino, sendo 02 estabelecimentos da rede estadual, dos quais, 01 (um) é de Ensino fundamental e o outro de Ensino médio e 04 (quatro) estabelecimentos da rede municipal, dentre estes, estão as escolas municipais de Ensino fundamental e 01 (um) tipo creche.

Creche Professora Joana DarcCamara Rocha (Educação Infantil)

E. M. Professora Maria de Fátima Dantas (Fundamental do 1º ao 3º ano)

E. M. Alexandre Câmara – Pereiros: zona rural (Ensino Fundamental)

E. M. Pres. Tancredo de Almeida Neves – (Ensino Fundamental e EJA)

E. E. Professor Miguel Monteiro – (Ensino Fundamental e EJA)

E. E. Sen. Jessé Pinto Freire – (Ensino Médio)



A seguir apresentaremos as tabelas que explicitarão em aspectos quantitativos a realidade da educação do município de Parazinho da rede pública e privada de ensino.

Tabela 03 – Total de instituições e atendimento por segmento

INSTITUIÇÕES	EDUC. INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL		ENS. MÉDIO	ENSINO MÉDIO TÉCNICO E PROFISSIONAL	EJA	
		Anos iniciais	Anos finais			Ensino fundamental	Ensino médio
<b>PRIVADA</b>	2	0	0	0	0	0	0
<b>MUNICIPAL</b>	3	2	1	0	0	1	0
<b>ESTADUAL</b>	0	1	1	0	0	1	1
<b>FEDERAL</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL:</b>	5	3	2	0	0	2	1

Tabela 04 – Total de instituições e atendimento por segmento – Continuação

INSTITUIÇÕES	EDUCAÇÃO DO CAMPO		ENSINO SUPERIOR	PÓS - GRADUAÇÃO	MESTRADO/ DOUTORADO
	Ensino fundamental	Ensino médio			
<b>PRIVADA</b>	0	0	2	1	0
<b>MUNICIPAL</b>	1	0	0	0	0
<b>ESTADUAL</b>	0	0	0	0	0
<b>FEDERAL</b>	0	0	0	0	0
<b>TOTAL:</b>	1	0	2	1	0

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura de Parazinho (SMEC)-2015.

Tabela 05- Taxa de natalidade do município

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>NATALIDADE (nascidos vivos)</b>	18,6	15,8	14,5	14,6	14	18,6

Fonte: M.SAÚDE -Sistema de Informação de nascido Vivo (SINASC).

Tabela 06 - Número de crianças no município

<b>Faixa Etária</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>0 a 1 ANO</b>	83	82	81	80	79
<b>2 ANOS</b>	88	88	88	88	87
<b>3 ANOS</b>	98	96	94	92	90
<b>4 ANOS</b>	104	102	101	100	99
<b>5 ANOS</b>	105	104	103	102	101

Fonte: SIDRA-IBGE, 2000/2010 (projeção baseada no Censo).

Tabela 07- População alfabetizada no município (a partir dos nove anos)

<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
2716	2727	2737	2747	2758	2768

Fonte: SIDRA-IBGE. Para o ano de 2010, nos demais anos, foi feita uma projeção estimada.

Tabela 08- Total de pessoas não alfabetizadas no município (a partir dos nove anos):

<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
1153	1142	1130	1119	1108	1097

Fonte: SIDRA-IBGE. Para o ano de 2010, nos demais anos foi feita uma projeção estimada.

Tabela 09- Nível de escolaridade em percentuais da população de 18 a 29 anos

<b>NÍVEL DE ESCOLARIDADE</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Ens. Fund. (anos iniciais)		19,45 %*			
Ens. Fund. (anos finais)		26,46%*			
Ensino Médio		11,41 %**			
Ensino Superior					

Fonte: SIDRA-IBGE. Para o ano de 2010, nos demais anos foi feita uma projeção estimada.

\* A idade encontrada para o cálculo foi de 14 a 24 anos.

\*\* A idade encontrada para o cálculo foi de 18 a 20 anos.

Tabela 10 - Instituições que oferecem atendimento em educação de tempo integral

	Total de Instituições	Total de alunos atendidos					
		2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Rede municipal</b>	2	-	-	-	150	330	-
<b>Rede estadual</b>	1	-	-	-	-	150	-
<b>Rede privada</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Rede Federal</b>	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIMEC-MEC.

Quadro 20 - Programas/Projetos que o município oferece

PROGRAMA	ORIGEM			SEGMENTO CONTEMPLADO						
	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	FILANTRÓPICO/ ONG	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO MÉDIO TÉCNICO E PROF.	EJA	EDUCAÇÃO DO CAMPO
<b>PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO</b>	3	1	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA</b>	3	1	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>PROINFÂNCIA</b>	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
<b>SAÚDE NA ESCOLA</b>	3	2	-	-	2	1	-	-	-	1
<b>ATLETA NA ESCOLA</b>	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>PROINFO</b>	3	2	-	-	1	1	-	-	2	1

Fonte: INEP-MEC.

Quadro 21 - Programas/Projetos que o município oferece (Continuação)

PROGRAMA	ORIGEM			SEGMENTO CONTEMPLADO						
	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	FILANTRÓPICO/ ONG	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO MÉDIO TÉCNICO E PROF.	EJA	EDUCAÇÃO DO CAMPO
PROINFO	3	2	-	-	1	1	-	-	2	1
ACESSIBILIDADE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CORREÇÃO DE FLUXO	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PROJETO ONDAS DA LEITURA	3	-	-	-	3	-	-	-	-	1

Fonte: INEP-MEC.

Quadro 22 – Nível de Escolaridade /Rede de Ensino *versus* Profissionais da Educação e matrícula rural e urbana – Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)

Educação Infantil - Creche		2012			2013			2014		
Nível	REDE	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA
CRECHE (0 A 3 ANOS)	MUNICIPAL	4	-	57	3	20	39	8	-	72
	ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	2	-	16
PRÉ-ESCOLA	MUNICIPAL	6	33	145	7	33	143	16	-	152
	ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	FEDERAL									
	PRIVADA							8	-	48

Fonte: INEP-MEC.

Quadro 23 – Nível de Escolaridade/Rede de Ensino *versus* Profissionais da Educação e matrícula rural e urbana – Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

Nível	REDE	2012			2013			2014		
		Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA
1º ANO (5 ANOS)	MUNICIPAL	4	79		6	21	87	4		85
	ESTADUAL		-							
	FEDERAL		-							
	PRIVADA		-							
2º ANO (1ª SÉRIE)	MUNICIPAL	4	101		7	14	80	5	93	
	ESTADUAL	1	14							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
3º ANO (2ª SÉRIE)	MUNICIPAL	4	99		8	21	94	4	92	
	ESTADUAL	0	27							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
4º ANO (3ª SÉRIE)	MUNICIPAL	4	127		11	38	109	7	170	
	ESTADUAL	0	29							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
5º ANO (4ª SÉRIE)	MUNICIPAL	2	66		7	27	88	4	101	
	ESTADUAL	1	35							
	FEDERAL									

	PRIVADA									
--	---------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: INEP-MEC.

Quadro 24 – Nível de Escolaridade /Rede de Ensino *versus* Profissionais da Educação e matrícula rural e urbana – Ensino Fundamental (Anos Finais)

Nível	REDE	2012			2013			2014		
		Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA
6º ANO (5ª SÉRIE)	MUNICIPAL	12	147		8	45	113	15	134	
	ESTADUAL	3	29							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
7º ANO (6ª SÉRIE)	MUNICIPAL	11	82		7	27	60	20	113	
	ESTADUAL	3	16							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
8º ANO (7ª SÉRIE)	MUNICIPAL	11	69		15	23	52	15	64	
	ESTADUAL	3	7							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
9º ANO (8ª SÉRIE)	MUNICIPAL	12	51		15	18	26	15	55	
	ESTADUAL	3	14							
	FEDERAL									
	PRIVADA									

Fonte: INEP-MEC.

Quadro 25 – Nível de Escolaridade/Rede de Ensino *versus* Profissionais da Educação e matrícula rural e urbana – Ensino Médio e Técnico Profissional

Nível	REDE	2012			2013			2014		
		Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA
1º ANO DO ENSINO MÉDIO	MUNICIPAL									
	ESTADUAL	55	88							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
2º ANO DO ENS. MÉDIO TÉCNICO/PROFIS.	MUNICIPAL									
	ESTADUAL	5	70							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
3º ANO DO ENS. MÉDIO TÉCNICO/PROFIS.	MUNICIPAL									
	ESTADUAL	5	68							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
4º ANO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO/PROFIS.	MUNICIPAL									
	ESTADUAL									
	FEDERAL									
	PRIVADA									

Fonte: INEP-MEC.

Quadro 26 – Modalidade de Ensino/Rede de Ensino *versus* Profissionais da Educação e matrícula rural e urbana – Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Correção de Fluxo

Nível	REDE	2012			2013			2014		
		Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAS NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULAS NA ZONA URBANA
1º E 2º PERÍODOS DA EJA	MUNICIPAL	1	21					73		
	ESTADUAL	5	43							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
3º E 4º PERÍODOS DA EJA	MUNICIPAL	6	62				7	48		
	ESTADUAL	4	12							
	FEDERAL									
	PRIVADA									
CORREÇÃO DE FLUXO	MUNICIPAL	4	88		3		66	1	22	
	FEDERAL					-				
	PRIVADA									

Fonte: INEP-MEC.

## 2.2 Educação Infantil

De acordo com os dados informados pela Direção da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, o atendimento de crianças pela Rede Municipal de Educação de Parazinho/RN, em creche e pré-escola, teve início no ano de 1998, pois antes era ofertada a creche pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Inicialmente funcionava no anexo da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, a partir de 2007 a Escola Municipal Maria de Fátima Dantas foi credenciada como escola de



Educação Infantil (creche e Pré-Escola e Ensino Fundamental I e II), porém os dados oficiais são registrados a partir do ano 2007. **Fonte: Escola Mun. Maria de Fátima Dantas, 2015.**

Segundo dados do IBGE 2010, a população do município corresponde a 4.845 habitantes, desse total, 329 crianças com idade 0 a 3 anos, o que corresponde a 6,8%, e de 4 a 5 anos, a população de 203(4,2%), totalizando 532 crianças nessa faixa etária (0 a 5 anos), ver quadro abaixo.

Quadro 27 – População na Educação Infantil de Parazinho (Ano 2010)

<b>População</b>	<b>0 a 3 anos</b>	<b>4 a 5 anos</b>	<b>Total População faixa etária</b>
<b>Urbana</b>	203	127	330
<b>Rural</b>	126	76	202
<b>Total</b>	329	203	532

**Fonte:** <http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas>.

Quadro 28 - Matrícula na Educação Infantil em Parazinho (2010-2013)

<b>Matrícula na Educação Infantil</b>	<b>Rede Pública Municipal e Particular</b>	
	<b>Creche</b>	<b>Pré-Escola</b>
<b>2010</b>	75	178
<b>2011</b>	55	264
<b>2012</b>	57	192
<b>2013</b>	52	176

**Fonte:** [www.edu.org.br/2015](http://www.edu.org.br/2015).

Analisando-se o Quadro 27 (população) e o Quadro 28 (matrícula), o atendimento em creches era de 22% da população de crianças do município. Desse modo, contata-se que 78% das crianças de zero a 3 anos, em 2010, estavam fora da escola. Em se tratando da Pré-escola, no mesmo ano, atende 95,5%, das crianças de 4 e 5 anos, o que indica que apenas 5% das crianças ficaram fora da escola.

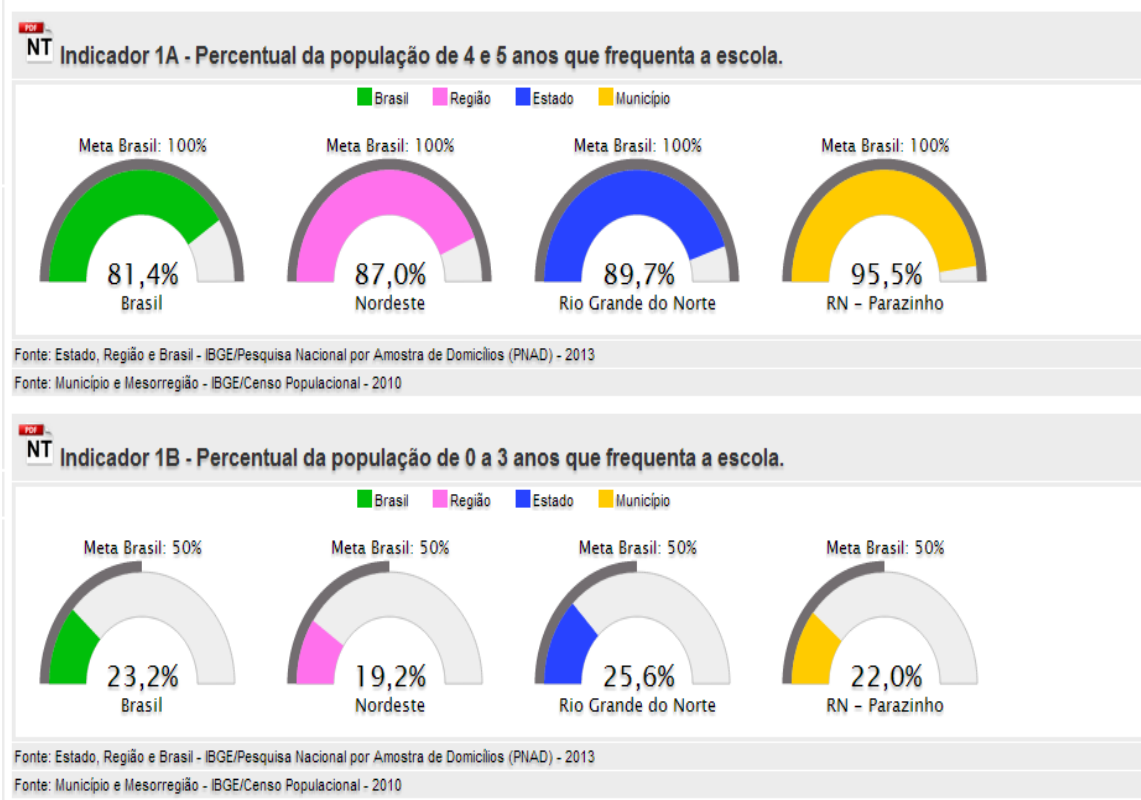
De acordo com os gráficos abaixo, observa-se que em relação à Meta Brasil o objetivo é atender 50%. Quanto à Educação Infantil (0 a 3 anos), o referido município atende 22%, faltando 28% para atingir a Meta Nacional.

Referente às crianças de 4 a 5 anos, a Meta Brasil é chegar a 100%. O município, no ano 2010, faltou 5% para atingir a Meta Nacional.

Gráfico – Educação Infantil – comparativo

### Meta 1 – Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.



<http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas>

## 2.3 Ensino Fundamental

O Ensino fundamental está regulamentado pela Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, e foi alterada pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, nos arts. 29, 30, 32 e 87, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

**Conforme descreve os seguintes artigos abaixo:**

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

No município de Parazinho, o ensino fundamental é ofertado pelas redes municipal e estadual, o mesmo está estruturado em 9 anos de estudos para a parcela da população entre 6 a 14 anos, sendo 5 anos para as séries iniciais (1º ao 5º ano) e 4 anos para as séries finais (6º ao 9º ano). A estrutura conta com 02 escolas municipais na zona urbana e 01 na zona rural, e na rede estadual existe 01 escola na zona urbana.

Quadro 29 - Escolas da rede municipal, estadual e privada por Etapa de Ensino

Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal, Estadual e Privada									
Ano	Municipal			Estadual			Privada		
	Ensino Fundamental			Ensino Fundamental			Ensino Fundamental		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
2010	2	1	1	1	1	0	0	0	0
2011	2	1	1	1	1	0	0	0	0
2012	2	1	1	1	1	0	0	0	0
2013	2	1	1	1	1	0	0	0	0
2014	3	2	1	1	1	0	1	1	0
Total Geral							05 unidades de ensino		

FONTE: <http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas/> SMEC de Parazinho/RN, 2015.

Os dados apresentados no Quadro abaixo mostram que em 2010 as matrículas do Ensino fundamental na rede estadual eram 138 nos anos iniciais e 125 nos anos finais, totalizando 263 matrículas. Já a partir do ano de 2014, o número de matrículas nas séries iniciais foram 70 e nos anos finais 66, totalizando 136, com um decréscimo total de 127 matrículas.

Na rede municipal, as matrículas nesse mesmo período, no Ensino fundamental, foram de 512 nos anos iniciais e 279 nos anos finais, totalizando 811 matrículas. Já a partir do ano de 2014, o número de matrículas nas séries iniciais foram 522 e nos anos finais 351, totalizando 873, com um acréscimo total de 82 matrículas. Constatou-se que no ano de 2010 a 2012, (três anos) houve um total de 1.802 e em apenas dois anos, referente aos anos de 2013 e 2014, o município apresentou um aumento significativo de 78, o que corresponde ao total de 1.891 matrículas.

O Quadro a seguir mostra um grande avanço das matrículas na rede municipal e o decréscimo na rede estadual de ensino.

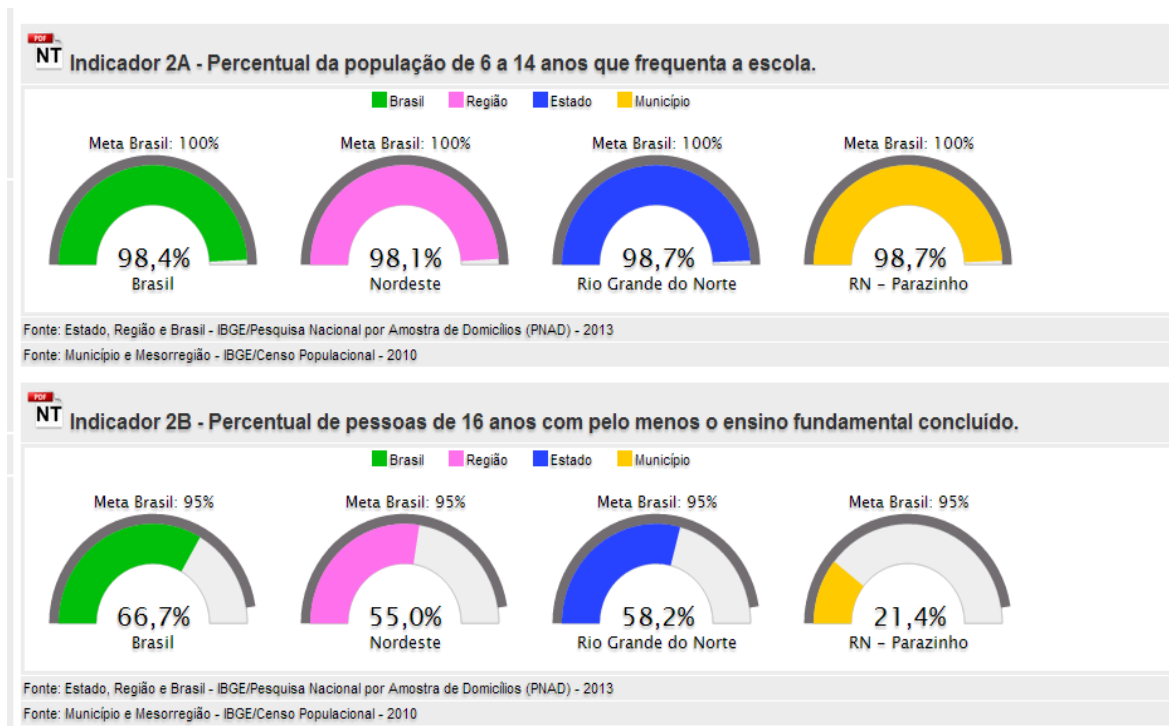
Quadro 30 – Matrículas por modalidade e etapa – Rede Estadual, Municipal e Privada

<b>Dependência Administrativa</b>	<b>MATRÍCULAS POR MODALIDADE E ETAPA – REDE ESTADUAL, MUNICIPAL e PRIVADA</b>			
	<b>Ano</b>	<b>Anos Iniciais</b>	<b>Anos Finais</b>	<b>Total</b>
<b>Estadual</b>	2010	138	125	263
	2011	117	96	213
	2012	105	66	171
	2013	102	65	167
	2014	70	66	136
<b>Municipal</b>	2010	512	279	811
	2011	508	293	801
	2012	559	351	910
	2013	644	364	1.008
	2014	522	351	873
<b>Privada</b>	2010	0	0	0
	2011	0	0	0
	2012	0	0	0
	2013	0	0	0
	2014	0	0	0

FONTE: [http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas/SMEC de Parazinho/RN, 2015.](http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas/SMEC%20de%20Parazinho/RN,2015)

Conforme o Gráfico abaixo, quanto ao percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola, segundo o IBGE 2010 e PNAD 2013, o município atingiu 98,7%, aproximando-se da universalização conforme o indicador 2A. Já o percentual de pessoas com 16 anos com pelo menos o Ensino fundamental completo foi de 21,4%. Este número indica que o índice de pessoas que concluem o Ensino fundamental é insuficiente, uma vez que temos a meta mínima de 74% para atingir o indicador 2B.

Gráfico 32 – Percentual da população que frequenta a escola – comparativo



**FONTE:** <http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas>.

O município desenvolve ações educacionais através de programas e projetos diferenciados como forma de subsídios de superação e enfrentamento dos problemas existentes, tais como abandono, evasão, repetência, reprovação e distorção idade/série. A rede municipal de ensino oferta acompanhamento com profissionais qualificados e especializados visando superar as deficiências dos dados apresentados acima.

## 2.4 Alfabetização de crianças na idade certa

Conforme descrito pela Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as

crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino fundamental. O objetivo do programa é que essas crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos.

O município de Parazinho aderiu no ano de 2012 ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, em parceria com os Governos Estadual e Municipal. A partir de 2013 foi implementado o PNAIC, com a seguinte estrutura organizacional: 01 coordenador e 01 orientador municipal.

Quadro 31 - Funcionamento do programa por rede de ensino

<b>Rede de Ensino</b>	<b>Ano</b>	<b>Nome das Escolas</b>	<b>Quant. de Alunos</b>	<b>Professores</b>	<b>Tipo de Formação</b>
<b>Estadual</b>	2013	P. Miguel Monteiro	21	2	Linguagens
	2014	P. Miguel Monteiro	27	2	Língua Portuguesa Matemática
<b>Municipal</b>	2013	E.M. Alexandre Camara E.M.Tancredo de A. Neves e E.M. Prof. Maria de Fatima	219	12	Linguagens
	2014	E.M. Alexandre Camara e E.M. Prof. Maria de Fatima	239	12	Língua Portuguesa Matemática

Como ferramenta pedagógica, o programa utiliza a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) para diagnosticar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização Matemática, apontando fatores contextuais sobre as condições do trabalho em cada escola.

Os resultados de desempenho apresentados na primeira edição, realizada em 2013, foram interpretados considerando as informações do contexto escolar, sem atribuição de notas.

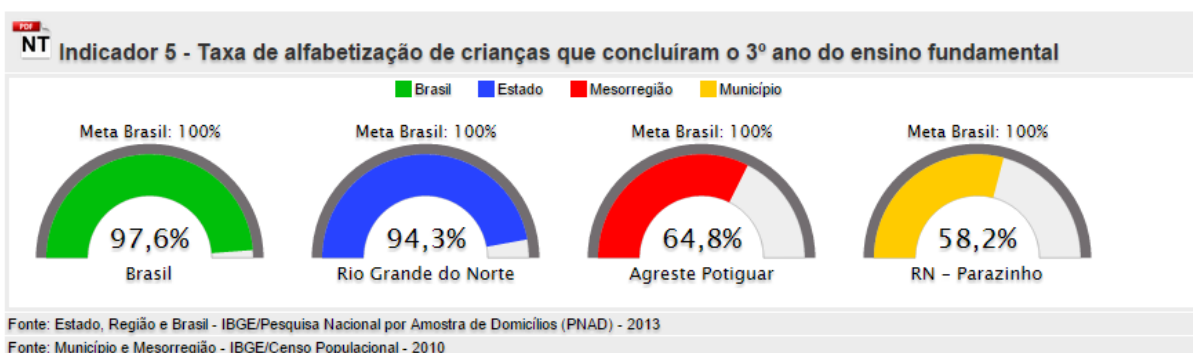
Os resultados de desempenho nas áreas avaliadas são expressos em escalas de proficiência. As escalas de Língua Portuguesa (Leitura e Escrita) e de Matemática da ANA 2013 são compostas por quatro níveis progressivos e cumulativos. Para o ano de 2014, foram avaliados pela ANA 239 alunos, porém os resultados ainda não foram divulgados pelo INEP.



Além de os professores cursistas também participarem, outros professores na condição de ouvintes receberam formação na área de Matemática e retomada de Língua Portuguesa. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura fez aquisição de *kits* de Leitura e do Projeto: "Nas Ondas da Leitura", através da Editora IMEPH, que tem como objetivo mobilizar a escola e a família a estimularem a formação de alunos leitores e escritores. Vale salientar que este projeto encontra-se alinhado com a Proposta do PNAIC, visto que a mesma é responsável pela edição do Material do PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa) do Ceará.

E de acordo com os dados do Gráfico abaixo, observa-se que o município apresenta um percentual de 58,2% de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas, com um déficit de 41,8% para atingir a meta nacional.

Gráfico 33 – Percentual de crianças alfabetizadas que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental



## 2.5 Educação Integral

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 – reitera os princípios constitucionais anteriormente expostos (Art. 2º) e, ainda, prevê a ampliação progressiva da jornada escolar do Ensino fundamental para o regime de tempo integral (Arts. 34 e 87), a critério dos estabelecimentos de ensino.

Falar sobre Educação Integral implica, então, considerar a questão das variáveis **tempo**, com referência à ampliação da jornada escolar, e **espaço**, com referência aos territórios em que cada escola está situada. Tratam-se de tempos e espaços escolares reconhecidos, graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagem, para a reapropriação pedagógica de espaços de sociabilidade e de diálogo com a comunidade local, regional e global. (Educação integral: texto

referência para o debate nacional. - Brasília: Mec, Secad, 2009.52 p. : il. – (Série Mais Educação).

A educação integral trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso, coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também, da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio do Programa Escolas-Irmãs, passando a contar com o apoio do Ministério da Defesa.

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática.

O Programa Mais Educação é operacionalizado através de atividades organizadas nos seguintes **macrocampos**:

- Acompanhamento Pedagógico;
- Meio Ambiente;
- Múltiplas Vivências, Esporte na Escola;
- Direitos Humanos em Educação;
- Cultura e Artes;
- Cultura Digital;
- Promoção da Saúde;
- Educomunicação;
  
- Investigação no Campo das Ciências da Natureza;
- Educação Econômica.

No município de Parazinho, a rede municipal de ensino aderiu à escola em tempo integral no ano de 2011 e seu funcionamento se deu a partir de 2013, nas escolas Tancredo de Almeida Neves (zona urbana) e Alexandre Câmara (escola do campo). E encontra-se em processo de implementação a terceira unidade escolar na rede municipal, assim atingindo 100%

de unidades de educação básica no município. A rede estadual de ensino aderiu à escola em tempo integral no ano de 2012, porém o seu funcionamento se deu a partir de 2013, na Escola Estadual Professor Miguel Monteiro.

Quadro 32 - Instituições que oferecem atendimento em educação de tempo integral

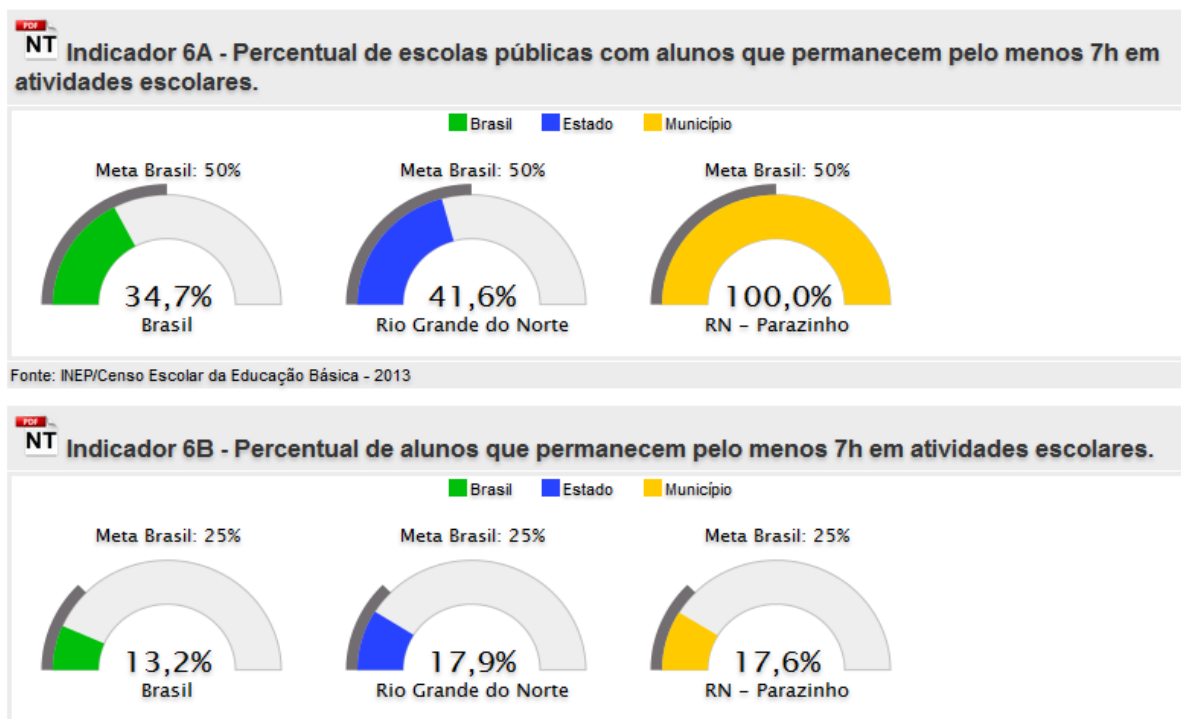
Total de Instituições		Total de alunos atendidos					
		2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede municipal	2	-	-	-	150	330	330
Rede estadual	1	-	-	-	-	150	150

Fonte:

A rede municipal disponibilizou nos últimos dois anos 330 vagas; já a rede estadual ofereceu 150 vagas. Segundo o indicador 6B, o percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares é de 17,6%.

Segundo os dados nos gráficos apontados acima, o município de Parazinho-RN está acima da média nacional, que é 34,7% das unidades escolares em tempo integral. Se comparamos esta média com o estado, ela fica em 41,6% referente às estruturas que atendem a esta modalidade. No que se refere ao percentual de alunos atendidos que permaneçam em atividades escolares em tempo integral, o percentual almejado é de 7,4% para alcançar a meta que é de 25% até o final do PME.

Gráfico 34 – Percentual de Escolas públicas que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares

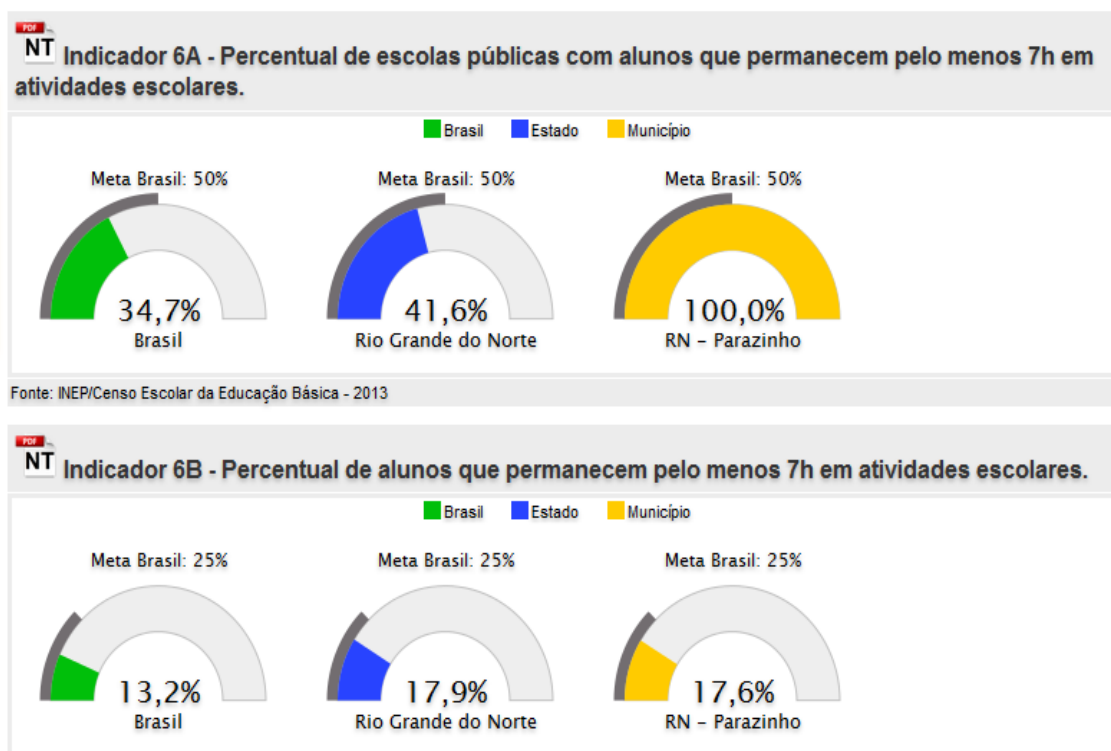


## 2.6 Educação em tempo integral

A oferta de educação em tempo integral está sendo disponibilizada pela rede municipal estadual. O município tem 04 escolas da educação básica, que contemplam Educação fundamental I e II; todas as unidades aderiram à educação em tempo integral; 02 unidades da rede municipal já funcionam em tempo integral; e conta com 01 unidade da rede estadual ofertando também educação integral.

A rede municipal disponibiliza 350 vagas; a rede estadual oferece 150 vagas, totalizando o percentual de 17,6% de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares. A nossa meta é atingir 25% até o final do PME. Encontra-se em processo de implementação a terceira unidade escolar na rede municipal, assim atingindo 100% de unidades de educação básica na rede municipal segundo as informações abaixo nos gráficos informadas pelo IBGE.

Gráfico 35 – Percentual de Escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares - comparativo



Fonte: IBGE.

Os gráficos acima apontam que o município de Parazinho-RN já atingiu 100% em relação à meta nacional e está a 65,3% acima da média nacional, que é de 34,7% das unidades escolares em tempo integral e 58,4% acima da média estadual, o que demonstra que o município tem avançado no apoio ao programa. Porém, no que se refere ao quesito **alunos que permaneçam em atividades escolares em tempo integral**, o município está 4,4% acima da média Brasil e abaixo da meta nacional, indicando assim a necessidade de melhorarmos nesse quesito.

A demanda no município é de ampliarmos e adequarmos a rede de unidade que atende à educação básica, especificamente à educação fundamental anos iniciais e finais para atender de forma qualificada, com infraestrutura física, didática e pedagógica e de recursos humanos.

O fato é que, atualmente, as unidades escolares não oferecem uma infraestrutura adequada com condições de propiciar um bom desempenho da educação integral de forma integrada, seja ela infraestrutura de espaços físicos, seja didática.

## 2.7 Ensino Médio

Para contextualizar as condições do Ensino Médio, faremos uso do referencial que norteia esta modalidade de ensino. A LDB nº 9394/96, ao situar o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, faz sua definição a partir da conclusão de um período de estudos de caráter geral. Neste sentido, ressalta e reconhece como parte de um período da escolarização que tem por objetivo o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe sua formação como indispensável para o exercício da cidadania, ofertando-lhe meios para almejar e alcançar no trabalho e em estudos posteriores (art. 22). O currículo do Ensino Médio deve, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, “organizar-se de modo a assegurar a integração entre os seus sujeitos, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, tendo o trabalho como princípio educativo”. É relevante destacar que sem qualificar o ensino e a aprendizagem torna-se urgente a superação das desigualdades de oportunidades educacionais.

A universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino médio e a consolidação da identidade desta etapa educacional devem considerar a diversidade dos sujeitos para garantir a aprendizagem significativa desses jovens.

No município de Parazinho, é ofertado o Ensino médio através da rede estadual em apenas uma escola na zona urbana, no período noturno. O número de matrículas no período de 2009 era de 279, entretanto, no ano de 2014, houve um acréscimo de 22 matrículas, totalizando 301 alunos, conforme a Tabela abaixo.

Quadro 33–Matrícula do Ensino médio por Dependência Administrativa-2009 a 2014

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULAS DO ENSINO MÉDIO	
	Ano	Total
Escola Estadual Sen. Jessé Pinto Freire	2009	279
	2010	230
	2011	256
	2012	226
	2013	222
	2014	301

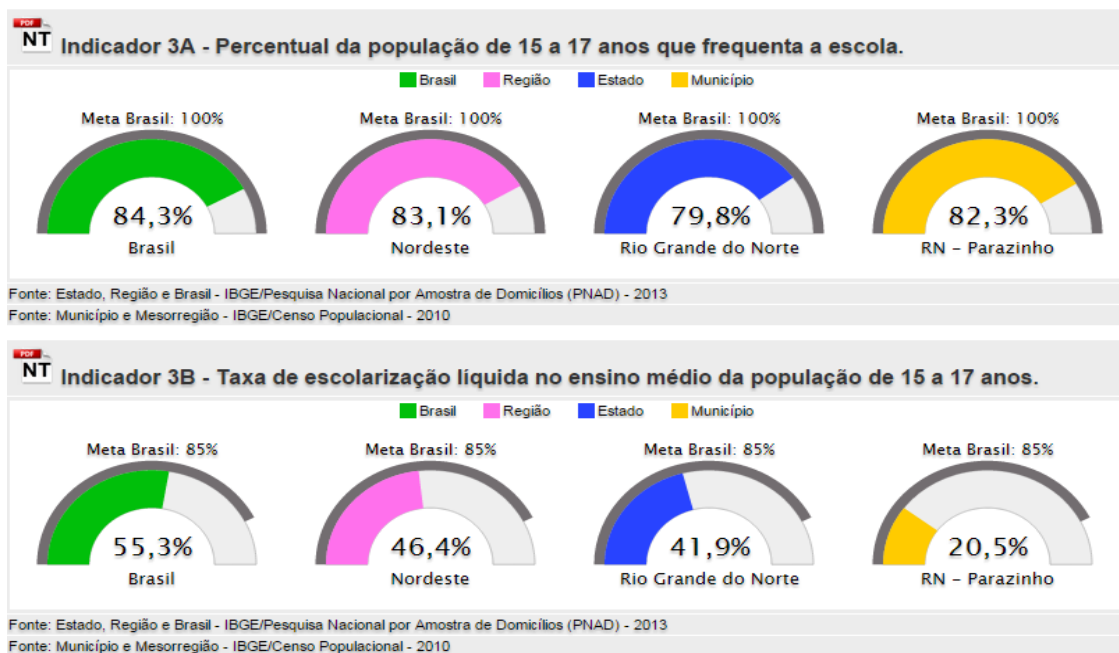
Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/1504-parazinho/censo-escolar>.

Preocupados com a queda na taxa de matrículas, no ano de 2014, a Escola Estadual Senador Jessé Pinto Freire, em uma estratégia da gestão, fortaleceu o conselho escolar e os processos de gestão democrática, criou o Grêmio Estudantil e favoreceu os espaços de criação cultural com recitais literários, entre outros eventos. Esta decisão de aproximar a comunidade da escola rendeu resultados, elevando assim o número de matrículas. Segundo dados (SIGDUC), no ano de 2015, a matrícula inicial atingiu o número de 282, um déficit em relação ao ano de 2014, justificado pela ausência de professores no quadro de docentes da instituição. Conseqüentemente está havendo uma migração destes alunos para escolas da região.

Considerando o acesso ao Ensino médio, o total de mulheres entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam era de 40 alunas e de homens de 25 alunos, totalizando 65 estudantes. Também é importante demonstrar este mesmo número por cor da pele, 21 pessoas brancas e 44 pretas ou pardas.

No município de Parazinho/RN, segundo o (IBGE 2010) e (PNAD 2013), a população de jovens com idade entre 15 e 17 anos é de 323. Conforme o gráfico a seguir, há um déficit percentual de 61,8% entre a taxa de matrículas e a taxa de escolarização.

Gráfico 36 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola



A partir da análise realizada, para garantir a universalização da matrícula no Ensino médio até 2016, é preciso elevar a taxa de 82,3% para 100%, ou seja, a meta do município a ser atingida é 17,7% de acordo com o indicador 3A. Com relação ao indicador 3B que trata sobre

a taxa de escolarização, o município apresenta o índice de 20,5%, faltando o percentual de 65,5% para atingir a meta nacional.

## **2.8 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

O município de Parazinho-RN atende alunos com necessidades especiais em sua rede de ensino regular, além de assegurar e garantir o atendimento especializado em uma sala multifuncional, localizada na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, equipada com mobiliário, material didático, recursos pedagógicos e equipamento específico, em uma perspectiva de inclusão e universalização do ensino para os alunos em idade de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A partir do ano de 2013, o município ampliou o número de atendimentos com profissionais das diversas áreas, por exemplo, pedagogo com especialização em psicopedagogia, fonoaudióloga e psicóloga, além de realizar atendimento educacional domiciliar. Está sendo disponibilizado o transporte escolar com acompanhamento de um cuidador/auxiliar facilitando o acesso das crianças especiais garantindo, assim, o acesso seguro e a permanência no ambiente escolar.

Em se tratando da relação com outras Políticas Sociais, são feitas parcerias institucionais e intersetoriais, garantindo acesso aos serviços nas áreas da saúde e da Assistência Social, nos Programas como Sistema Único de Saúde-SUS, Benefício de Prestação Continuada-BPC e Cadastro Único.

Considerando o número de matrículas em 2009, que era de 10 alunos, houve um aumento progressivo para 22 alunos matriculados em 2014, conforme pode se constatado em tabelas abaixo.

Tabela 11 - Alunos Matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede municipal



<b>Total de crianças atendidas</b>	<b>Baixa visão</b>	<b>Deficiência física</b>	<b>Deficiência intelectual</b>	<b>Deficiência múltipla</b>	<b>Deficiência auditiva</b>	<b>Surdez</b>	<b>Síndrome de Asperger</b>
<b>2009</b>	-		10	1	1	-	-
<b>2010</b>	1		12	1	1	-	4
<b>2011</b>	1		10	1	2	1	4
<b>2012</b>	1		2	2	2	3	4
<b>2013</b>	2	3	6	2	3	1	4
<b>2014</b>	2	3	5	2	3	3	4

Fonte:

Tabela 12 – Alunos Matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede estadual

<b>Total de crianças atendidas</b>	<b>Autismo infantil</b>	<b>Deficiência física</b>	<b>Deficiência intelectual</b>	<b>Deficiência auditiva</b>	<b>Surdez</b>
<b>2009</b>	-	-	1	1	1
<b>2010</b>	-	-	-	-	1
<b>2011</b>	-	-	1	-	-
<b>2012</b>	-	-	2	1	2
<b>2013</b>		1	1	1	2
<b>2014</b>	1	1	1	1	2

Fonte:

Segundo informações levantadas a partir do Educa Censo, durante o ano de 2010, o número de crianças e adolescentes na idade de 04 a 17 anos atingiu o percentual de 92%, ficando apenas 8% fora da escola. Comparando os percentuais do município com relação à Meta Nacional e do Estado do Rio Grande do Norte, estamos acima da Meta Estadual e Nacional, conforme indica os gráficos a seguir.

Gráfico 37 – Percentual da população de 04 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola



## 2.9 Educação de Jovens e Adultos – EJA

O município de Parazinho oferta a educação de jovens e adultos desde o ano de 1997, nas redes estaduais e municipais na zona urbana.

As condições do atendimento não são suficientes para alcançar a demanda do município, pois, de acordo com o censo 2010, 32,19% da população de 15 a 29 anos é analfabeta, ou seja, 1.063 da população de 4.845.

Tabela 13 – População analfabeta no município

População	% de Analfabetos
<b>Urbana</b>	<b>30,60%</b>
<b>Rural</b>	<b>35,20%</b>
População por Sexo	% de Analfabetos
<b>Homens</b>	<b>35,27%</b>
<b>Mulheres</b>	<b>29,04%</b>

Fonte:

De acordo com a tabela acima, os números demonstram que é preciso ações pontuais no município para atender a essa parcela de pessoas que não são atendidas por nenhum programa de alfabetização. Embora os transportes escolares façam o trajeto na zona rural, a escola que oferece o ensino da EJA fica localizada na zona urbana, o que também dificulta o acesso de jovens e adultos. Nossa demanda é em torno de 374 homens e 308 mulheres, totalizando 682 pessoas que precisam ser atendidas e alfabetizadas no município.

Quanto à meta de elevar a taxa de alfabetização da população acima de 15 anos para 93,5 %, o município já atende 67,1%, faltando atingir 26,4 % deste público. O município se propõe a baixar o índice de analfabetos funcionais que hoje é de 46,9% para 15,3%.

## 2.10 – EJA Integrada

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, segundo a LDB 9.394/96, no artigo 37, enfatiza a garantia ao/à jovem e à pessoa adulta o direito legal à educação: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

No município de Parazinho, a EJA funciona na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves (Rede Municipal) e nas Escolas Estaduais Jessé Pinto Freire e Miguel Monteiro (Rede Estadual). Na Rede Privada não há essa modalidade de ensino.

Tabela 14 - Matrículas da EJA no município de Parazinho-RN

<b>Matrículas da EJA por Dependência Administrativa</b>					
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Estadual	-	74	55	102	294
Municipal	119	127	83	87	138

FONTE: <http://www.qedu.org.br/> / SMEC de Parazinho/RN, 2015.

A tabela acima apresenta dados referentes às matrículas dos alunos da EJA, na rede municipal e estadual. Segundo os números, houve um aumento de matrícula anual durante o período de 2010 a 2014.

Apesar do crescimento gradativo de matrículas, esse número ainda não é suficiente para atender o número de jovens e adultos fora da escola. Isso acontece em razão da inadequação da estrutura do ensino, falta de professores qualificados para intervir na melhoria do ensino, material didático e pedagógico insuficiente, o que resulta na evasão e na baixa escolarização dos jovens e adultos.

No município de Parazinho, esses fatores apontam um grande número de jovens e adultos não escolarizados, tendo como consequência um alto índice de analfabetismo que

apresenta a necessidade de atendimento em programas de Educação de Jovens e de Adultos, sobretudo a educação profissional integrada à EJA.

Abaixo segue as informações com o percentual de jovens e adultos analfabetos.

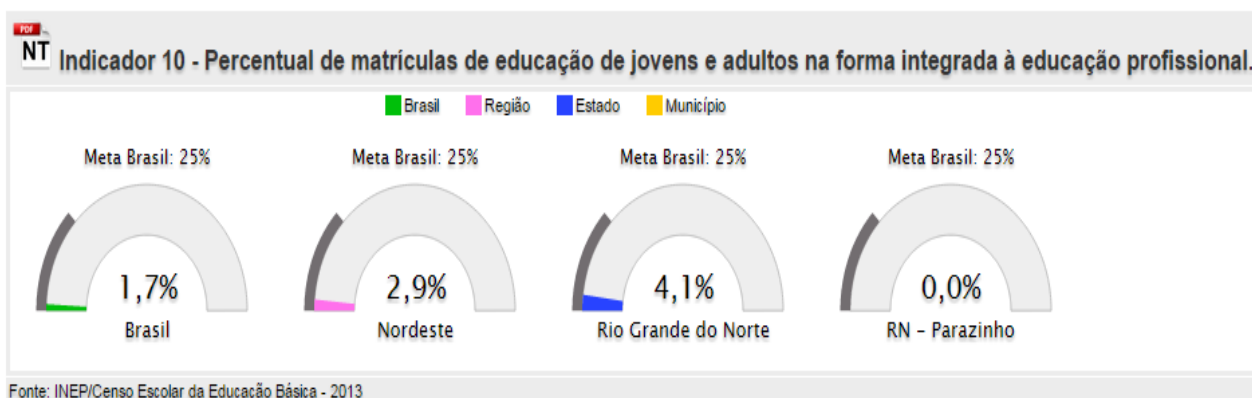
Quadro 34 – Percentual de analfabetos no município - 2014

<b>Taxa de Analfabetismo</b>	
População de 15 anos ou mais	43,30%

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/2408805>.

A Educação Profissional no município de Parazinho ainda não foi implantada pelos entes federativos. O Gráfico abaixo com dados do INEP de 2013 apresenta:

Gráfico 38 – Percentual de matrículas da EJA na forma integrada à Educação Profissional



Médio na Escola Senador Jessé Pinto Freire, sendo a única escola da região do Mato Grande com esta oferta de ensino, com início no ano de 2014.

Conforme tabela abaixo, apresenta-se a disponibilidade dessas vagas na escola.

Tabela 15 – Disponibilidade de vagas para a modalidade EJA - 2014

<b>RELATÓRIO DE OCUPAÇÃO DE VAGAS NAS ESCOLAS</b>						
<b>Ano Escolar:</b>		2014				
<b>Considerando Apenas vagas: ocupadas</b>						
<b>16ª DIREC - João Câmara</b>						
<b>PARAZINHO</b>						
<b>EE SEN JESSE PINTO FREIRE ENS 2 GRAU -</b>						
	<b>Série</b>	<b>Turno</b>	<b>Ofertadas</b>	<b>Ocupadas</b>	<b>Livres</b>	<b>Ocupação</b>
↓	1ª SÉRIE	NOTURNO	90	63	27	70%
↓	1º Período (1ª Série)	NOTURNO	40	38	2	95%
↓	1º Período (1ª Série)	NOTURNO	40	97	-57	242%
↓	2ª SÉRIE	NOTURNO	90	53	37	58%
↓	2º Período (2ª Série)	NOTURNO	40	3	37	7%
↓	2º Período (2ª Série)	NOTURNO	40	0	40	0%
↓	3ª SÉRIE	NOTURNO	90	38	52	42%
<b>Total da Escola</b>			<b>430</b>	<b>244</b>	<b>138</b>	<b>56,74%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>						
			<b>Ofertadas</b>	<b>Ocupadas</b>	<b>Livres</b>	<b>Ocupação</b>
			<b>430</b>	<b>244</b>	<b>186</b>	<b>56,74%</b>

Fonte: SIGEDUC/16ª Diretoria Regional de Educação e Cultura – DIREC

Tabela 16 – Disponibilidade de vagas para a modalidade EJA - 2015

**RELATÓRIO DE OCUPAÇÃO DE VAGAS NAS ESCOLAS**

Ano Escolar: 2015  
 Considerando Apenas vagas: ocupadas

16ª DIREC - João Câmara						
PARAZINHO						
EE SEN JESSE PINTO FREIRE ENS 2 GRAU -						
	Série	Turno	Ofertadas	Ocupadas	Livres	Ocupação
↓	1ª SÉRIE	NOTURNO	80	73	7	91%
↓	1º Período (1ª Série)	NOTURNO	60	51	9	85%
↓	2ª SÉRIE	NOTURNO	80	60	20	75%
↓	2º Período (2ª Série)	NOTURNO	40	28	12	70%
↓	3ª SÉRIE	NOTURNO	80	43	37	53%
↓	3º Período (3ª Série)	NOTURNO	40	27	13	67%
<b>Total da Escola</b>			<b>380</b>	<b>282</b>	<b>98</b>	<b>74,21%</b>
TOTAL GERAL						
			Ofertadas	Ocupadas	Livres	Ocupação
			380	282	98	74,21%

Fonte: SIGEDUC/16ª Diretoria Regional de Educação e Cultura – DIREC.

## 2.11 Modalidades e Diversidade da Educação Básica

A LDBE - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em seu art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

Conforme o Art. 7º do Estatuto da Juventude, o jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

O município de Parazinho tem um déficit no Atendimento do público de 18 a 29 anos, em todas as etapas de ensino. Quando nos referimos à demanda, apresentamos um atendimento de 6,8 anos, ou seja, há um déficit de 5,2 anos de estudo.

Com relação à população mais pobre, este atendimento é de 6,1 anos de estudo, tendo como déficit 5,9 anos. Quando nos referimos à população rural, o índice é de 6,5, com déficit de 5,5 anos de estudo.

A população negra declarada à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2010, no município, é de 199 pessoas. Em análise ao indicador 8D, Razão da Escolaridade média da população negra e não negra, mostra que há um alto índice de negros não escolarizados em relação aos não declarados negros, deixando notório que a população municipal passa por uma crise de identidade de afirmação ética racial.

Apesar de o município oferecer a modalidade de ensino EJA para a população de jovens e adultos e o transporte escolar do campo para a zona urbana, ainda não atingiu o índice de escolaridade para esse público.

Seguem abaixo os gráficos com os indicadores de escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

Gráfico 39 – Percentual da Escolaridade Média da População de 18 a 29 anos

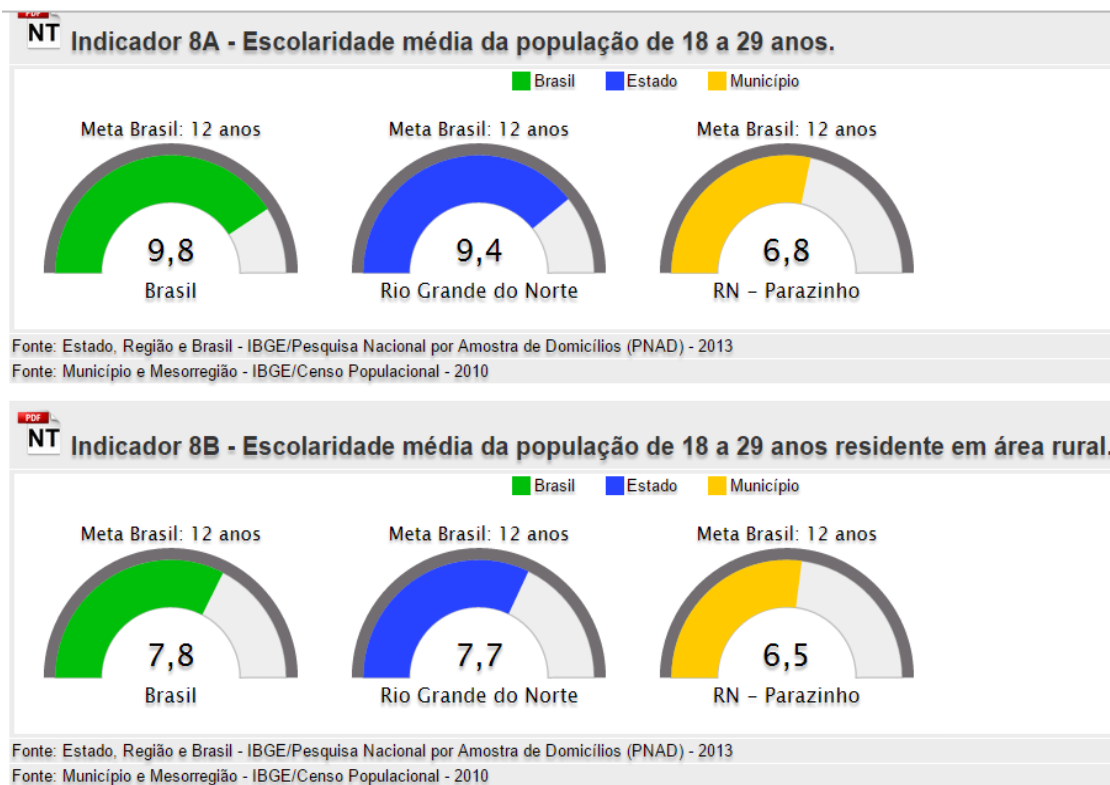
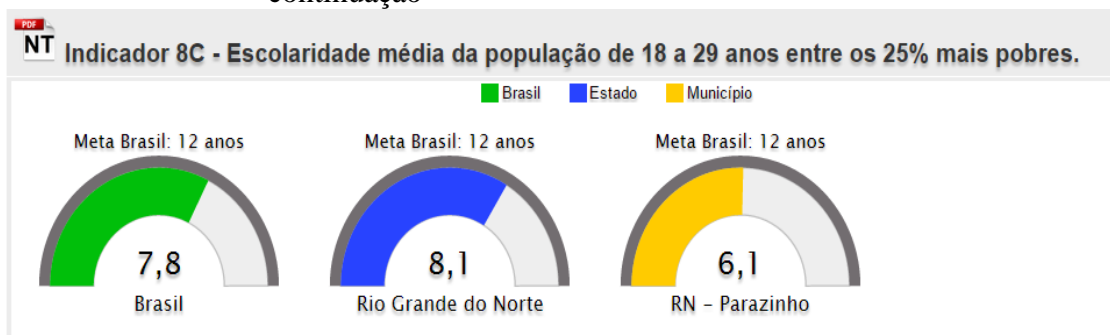
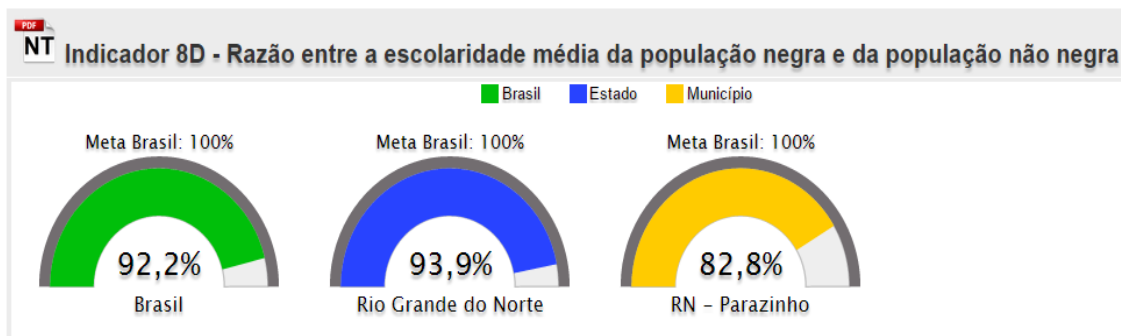


Gráfico 40 – Percentual da Escolaridade Média da População de 18 a 29 anos  
- continuação



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013, Município e Mesorregião IBGE/Censo Populacional – 2010.

## 2.12 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A Educação Profissional apresenta-se, ao longo da história, como preparação de “mão de obra” qualificada, voltada às classes de menor poder aquisitivo que, conseqüentemente necessitavam entrar no mercado de trabalho.

Para uma melhor compreensão, a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9394/96) situam a Educação Profissional no encontro de dois direitos fundamentais do cidadão: direito à educação e ao trabalho. Entendem, assim, como integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (LDB/1996).

Nesse contexto, é essencial entender a Educação Profissional e Tecnológica prevista nos artigos 39 a 42, da Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, regulamentados pelo Decreto n.º 5154, de 23 de julho de 2004, que será desenvolvida por meio de cursos de: a) Formação

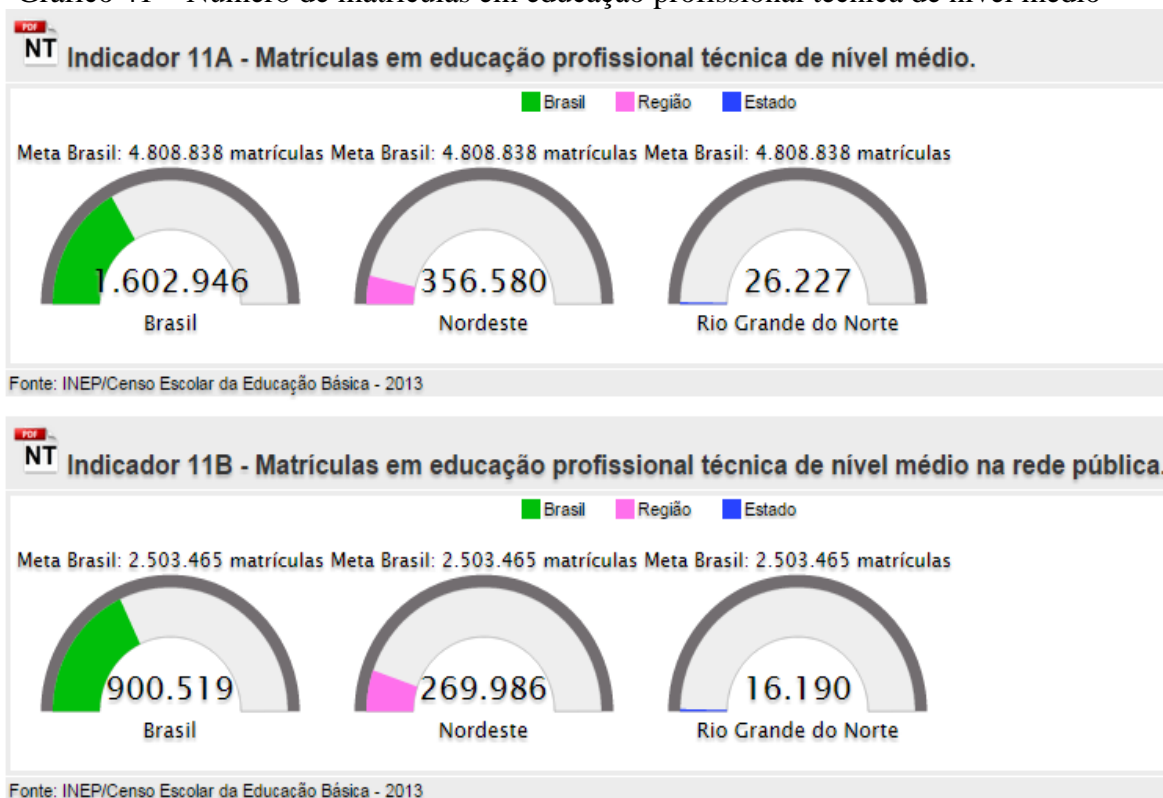


inicial e continuada ou qualificação profissional; b) Educação profissional técnica de nível médio; c) Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

A Educação Profissional e Tecnológica deverá observar as seguintes premissas: a) Organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; b) Articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia.

O município de Parazinho/RN não oferece matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio, por isso não pontua nos indicadores dessa modalidade, conforme tabela descrita abaixo.

Gráfico 41 – Número de matrículas em educação profissional técnica de nível médio



Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS (2010), o mercado de trabalho formal no município de Parazinho em 2010 totalizava 261 postos, 13,0% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o estado, que cresceu 36,6% no mesmo período. Por esta razão, a implementação da educação

profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da sua oferta, é extremamente necessária para a população trabalhadora local.

É importante mencionar que houve algumas iniciativas realizadas nos Cursos de Formação Inicial. Na Inclusão Produtiva Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria), o programa ofereceu gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade. Custeados pelo MEC, os cursos foram ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como SENAC, IFRN, Escola de Enfermagem/ UFRN, Escola Agrícola de Jundiá/UFRN e SENAR.

Os alunos receberam todo o material escolar didático, além da “assistência estudantil”, que consiste em alimentação e transporte ou recursos para custeá-los. Ao proporcionar qualificação profissional, o Pronatec Brasil Sem Miséria aumentou as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis.

De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foram efetuadas 583 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec no município. Para 2014, foi pactuada a oferta de 460 vagas.

### **2.13 Melhorias na qualidade da Educação Básica**

O município de Parazinho oferta a Educação Básica Pública em todas as etapas e modalidades, na zona urbana e rural: Educação infantil, Ensino fundamental (anos iniciais e anos finais), Ensino médio e EJA, nos turnos matutino, vespertino e noturno, como também o transporte escolar da zona rural para urbana. Também é ofertado pela rede privada o ensino infantil e o fundamental (anos iniciais). Ver tabela a seguir.

Tabela 17 – Organização da escolaridade por nível e modalidade rural e urbana

<b>Nível e Modalidades de Ensino – Rural e Urbana</b>		
<b>Rede municipal</b>	<b>Rede estadual</b>	<b>Rede privada</b>
Ensino infantil	Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

Urbana	Fundamental I (1º ao 5º ano)	Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano)
	Fundamental II (6º ao 9º ano)	Ensino Médio
	EJA	EJA
<hr/>		
	Ensino infantil	
Rural	Fundamental I (1º ao 5º ano)	
	Fundamental II (6º ao 9º ano)	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Com relação às condições do atendimento na rede municipal, não disponibilizamos de salas suficientes na zona urbana para agrupar os alunos de forma satisfatória. Nos anos de 2013 e 2014, utilizamos o prédio da Escola Estadual Jessé Pinto Freire, para comportar algumas turmas do Ensino fundamental II da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, pela implantação do programa Mais Educação.

Diante do exposto, as estruturas físicas das escolas municipais precisam de reforma e ampliação, pois não dispõem de espaços adequados para atividades diversificadas fora de sala de aula. Enquanto que nas escolas estaduais a deficiência está na falta de professores e profissionais de modo geral.

Na busca de melhoria da qualidade do ensino, o município tem implementado programas e projetos que apoiam as escolas, são eles: o programa Mais Educação, o Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa-PNAIC, projeto Trilhas, e tem parceria com o Instituto Airton Senna IAS/MEC, com o programa de correção de fluxo Se Liga e Acelera. E a partir de 2014 implantou o projeto municipal “Nas ondas da leitura” da editora IMEPH. Além dos projetos citados, as escolas desenvolvem ações complementares ao currículo escolar.

Abaixo são apresentadas tabelas com a taxa de matrícula, aprovação, reprovação e abandono na Educação Básica do município, nos últimos 05 anos (2010 a 2014).

Tabela 18- matrícula da educação básica

<b>TOTAL DE MATRÍCULA (2010 A 2014)</b>					
<b>Etapas</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Fundamental I - anos iniciais (1º ao 5º ano)	670	625	664	746	
Fundamental II - anos finais (6º ao 9º ano)	405	389	417	429	
Ensino médio	267	256	226	222	

Fonte: Censo.

Tabela 19- Taxa de aprovação de Ensino fundamental por dependência administrativa (2010-2013)

<b>Ano</b>	<b>ANOS INICIAIS</b>		<b>ANOS FINAIS</b>		<b>ENSINO MÉDIO</b>
	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Estadual</b>
<b>2010</b>	84,4%	66,0%	77,7%	64,0%	69,9%
<b>2011</b>	74,8%	88,3%	52,2%	71,2%	56,7%
<b>2012</b>	70,8 %	81,2%	41,6%	56,4%	53,3%
<b>2013</b>	80,3 %	80,5%	73,3%	82,2%	51,4%

FONTE: <http://www.qedu.org.br/cidade/1504-parazinho/taxas-rendimento/rede-estadual/rural-e-urbana-2013>.

Tabela 20 - Taxa de reprovação de Ensino Fundamental por dependência administrativa (2010-2013)

<b>Ano</b>	<b>ANOS INICIAIS</b>		<b>ANOS FINAIS</b>		<b>ENSINO MÉDIO</b>
	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Estadual</b>
<b>2010</b>	5,8%	28,4%	7,8%	25,2%	1,3%
<b>2011</b>	13,5%	8,3%	34,7%	18,8%	1,6%
<b>2012</b>	25,3%	17,3%	47,7%	34,8%	3,0%
<b>2013</b>	16,6%	17,4%	15,0%	10,2%	4,8%

FONTE: <http://www.qedu.org.br/cidade/1504-parazinho/taxas-rendimento/rede-estadual/rural-e-urbana-2013>.

Tabela 21- Taxa de abandono do Ensino fundamental por dependência administrativa (2010-2013)

Ano	ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS		ENSINO MÉDIO
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual
<b>2010</b>	9,8%	5,5%	14,5%	10,8%	28,8%
<b>2011</b>	11,7%	3,4%	13,2%	10,0%	41,7%
<b>2012</b>	3,9%	1,5%	10,7%	8,8%	43,7%
<b>2013</b>	3,1%	2,1%	11,3%	7,6%	43,8%

FONTE: <http://www.qedu.org.br/cidade/1504-parazinho/taxas-rendimento/rede-estadual/rural-e-urbana-2013>.

Com base nas tabelas acima, constata-se um aumento significativo no número de matrículas do município, no Ensino fundamental (1º ao 9º ano), um percentual de xxxx. Um dos elementos que contribuiu para a elevação deste índice, nos últimos dois anos, foi a melhoria da qualidade de ensino. Fica evidente que a rede municipal liderou a matrículas com mais de % e elevou a taxa de aprovação em 14,5%, nos anos iniciais, e 22,2%, nos anos finais; consecutivamente, a reprovação caiu 11%, nos anos iniciais, e 15%, nos anos finais; como também o índice de abandono caiu 3,4%, nos anos iniciais, e 3,2%, nos anos finais (2010 a 2013).

Um dos fatores relevante para garantir a qualidade da educação básica é a melhoria do fluxo escolar. Desta forma, o município ofertou nos anos de 2010 a 2014 um programa de correção de fluxo nas redes municipal e estadual, nos anos iniciais; no entanto, não foram suficientes para corrigir o fluxo, os percentuais continuam frágeis, conforme apresenta a tabela abaixo.

Tabela 22- Percentual de alunos com distorção idade/série

Etapas de ensino	2010	2011	2012	2013
Ensino fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	27%	37%	29%	28%
Ensino fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano)				

	68%	62%	64%	66%
Ensino médio	70%	84%	78%	72%

Fonte:

O indicador que mede o índice de desenvolvimento da educação básica é o IDEB e do Ensino Médio é o ENEM. O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação), foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

Com relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade.

No município de Parazinho, a primeira avaliação do IDEB foi no ano de 2005, com a nota de 2.6 nos anos iniciais e 2.4 nos anos finais e ainda não havia nota projetada. A partir de 2007, o IDEB utiliza uma nota projetada a nível nacional para os municípios (Ver tabela abaixo).

Nos anos iniciais das redes públicas do município (estadual/municipal), a nota projetada para o ano de 2013 foi de 3.7, porém atingiu apenas 3.3. Aponta-se que deve melhorar a garantia da aprendizagem e o fluxo escolar adequado à idade. Já nos anos finais, o IDEB superou a meta projetada que seria 3.3 e atingimos 3.9. Isso demonstra que houve uma elevação da qualidade do ensino.

Segue as tabelas dos IDEBs observados nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino fundamental.

#### 5º ano do Ensino fundamental – Anos Iniciais (Parazinho)

Município	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021

Parazinho	2,6	3,2	2,6	4,1	3,3	2,7	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
-----------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: INEP.

9º ano do Ensino fundamental - Anos (Parazinho)

Município	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Parazinho	2,2	2,1	3,1	3,4	3,9	2,5	2,6	2,9	3,3	3,7	3,9	4,2	4,5

Fonte: INEP.

O IDEB do Ensino Médio – Parazinho de 2014 – 38.29

Buscar a melhoria da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com o aumento do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais do IDEB: 6,0 nos anos iniciais do Ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do Ensino fundamental; 5,2 no Ensino médio, torna-se um desafio para os próximos anos, até o final de 2021, tendo em vista os vários fatores que ainda interferem nesses resultados.

## 2.14 Educação Superior

A taxa de escolarização bruta na educação superior é de 2% da população de Parazinho, segundo o IBGE 2010. O ensino superior não é ofertado no município, pois não temos universidades em Parazinho, no entanto, temos algumas turmas de Pedagogia e Psicopedagogia, no ano de 2015, ofertadas por Institutos e Universidades particulares, sendo o Instituto de Ensino Superior Potiguar IESP e a Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA em curso de Pedagogia e História e também um curso de especialização LATO SENSU em Psicopedagoga, como apresenta a tabela a seguir.

Tabela 23 - Quantidades de matrícula na graduação e pós-graduação no polo

Quantidades de matrícula na graduação e pós-graduação no polo Parazinho		
Universidade	Curso	Matricula
IESP	Pedagogia	29
UVA	Pedagogia	04
UVA	História	31

IESP	Pós-graduação psicopedagoga	35
------	-----------------------------	----

O município, nos anos de 2006 a 2012, foi contemplado com cursos de graduação por algumas instituições privadas de ensino superior, conforme dados abaixo.

Quadro 35 - Cursos oferecidos na sede do município de Parazinho (2006 a 2012)

Nome do curso	Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	Nº de concluintes	Início	Conclusão
Pedagogia	ULBRA	40	32	27	2006	2009
Educação Física	UERN	50 no polo	02	02	2006	2009
Matemática/L. portuguesa	Instituto Kennedy	-	06	05	2012	2014
Física	IFRN	40 no polo	01		2012	Concluindo
Física	IFRN	40 no polo	01	01	2009	2014.1
Física	IFRN	40 no polo	01	01	2010	2014.2
História	UVA	30 no polo	02	01		
Pedagogia	UVA	40 no polo	06	06	2009	2012
Pedagogia	UVA	40 no polo	05	05	2006	2009

Como o município não disponibiliza cursos ou instituições de ensino superior, o mesmo disponibiliza o transporte escolar gratuito para os jovens que queiram estudar em outras cidades ou na capital, onde a oferta dessa modalidade de ensino é mais ampla. No ano de 2014, foram registrados 82 matrículas nas diversas instituições de ensino, conforme está descrito na tabela abaixo.

Tabela 24 - Total de alunos que fazem curso superior na capital Natal/RN 2014 e utilizam transporte cedido pela Prefeitura.

Nome do curso	Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	Início	Situação
Pedagogia	UVA	31	27	2014	Cursando
História	UVA	31	25	2014	Cursando
Pedagogia	UVA	40 polo	04	2013	Cursando
Serviço Social	FANEC	02	02	2014	Cursando
Engenharia Elétrica	Maurício de Nassau	01	01	2014	Cursando
Engenharia Civil	UNP	03	03	2014	Cursando
Ciências Contábeis	FACEX	01	01	2014	Cursando



Enfermagem	UNP	02	02	2014	Cursando
Farmácia	FANEC	02	02	2014	Cursando
Educação Física	UNI-RN	01	01	2014	Cursando
Psicologia	UNP	01	01	2014	Cursando
Engenharia Elétrica	UNP	02	02	2014	Cursando
Estética e Cosmética	UNP	03	03	2014	Cursando
Serviço Social	Estácio/FAT ERN	01	01	2014	Cursando
Fisioterapia	Estácio/FAT ERN	01	01	2014	Cursando
Administração	UNP	02	02	2014	Cursando
Enfermagem	Estácio/FAT ERN	01	01	2014	Cursando
Serviço Social	UNP	01	01	2014	Cursando
Ciências Sociais	UFRN	02	02	2011	Concluindo
Licenciatura em Computação	UFERSA	01	01	2014	Cursando

## 2.15 Qualidade da Educação superior

Em Parazinho –RN, não existe oferta para cursos de mestrado e doutorado, entretanto, segundo informações da Secretaria de Educação e Cultura, do total de profissionais, o município conta com 40 docentes efetivos em exercício, sendo que apenas 5% estão cursando mestrado; já o percentual de doutorado é de 0%, esses percentuais deixam claro a demanda de atingirmos 35% de doutores e o percentual de 75% do total para mestres no corpo docente do município.

**Quadro 36 – Profissionais da educação - Nível superior**

Total de Professores Efetivos	Cursando Mestrado	Mestrado	Doutorado	Percentual Total
40	Indicador 35% da meta	Indicador 75% da meta	0%	5%
	Demanda 40%	Demanda 75%		
	Percentual atual 5%	Percentual atual 0%		

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

## **2.16 – Melhoria da qualidade na Educação Superior**

### **2.16.1 Pós-graduação stricto sensu**

Conforme dados do Ministério da Educação, o Brasil possui um amplo sistema de pós-graduação stricto sensu, o que tem favorecido o crescimento acentuado da pesquisa e da produção científica, sobretudo em termos da publicação de artigos em periódicos, pois já ocupamos, segundo informações da CAPES, a 13ª posição mundial nesse quesito. Vem crescendo também o registro de patentes, decorrentes, em grande parte, de pesquisas voltadas à inovação, que geram produtos, processos ou serviços. Em 12 de dezembro de 2013, havia 3.337 programas recomendados pela CAPES, com 5.082 cursos de pós-graduação. Em 2012, o Brasil titulou 47.138 mestres e 13.912 doutores. Embora esse número seja bastante expressivo no cenário internacional, ainda titulamos menos doutores do que países como Estados Unidos, China, Rússia, Alemanha, Japão e Índia.

A educação superior necessita do estabelecimento de uma política que promova sua renovação e desenvolvimento. No PME, a determinação das metas e estratégias para a educação superior visa ao incentivo à produção de conhecimento, contribuindo, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento científico e tecnológico sustentado do país e do Estado.

Na cidade de Parazinho-RN, embora tenha uma grande quantidade de profissionais com formação superior, não existe mestres ou doutores, porém existe 03 docentes em processo de formação de mestrado.

### **2.17 Valorização dos Profissionais da Educação**

As políticas e os desafios relacionados à valorização dos profissionais da educação, incluindo a formação, condições de trabalho, PCCR atualizados e vencimentos satisfatórios, são de obrigatoriedade dos sistemas educacionais e base da identidade do profissional. Requer, para isso, investimentos financeiros não somente do FUNDEB mas também recursos do próprio município, apoio técnico e financeiro do MEC.

Segundo dados informados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a cidade de Parazinho – RN conta com o quadro de docentes abaixo.

Quadro 37 – Profissionais Municipais da Educação *versus* Formação

<b>Docentes</b>	<b>Quantitativo</b>
Fundamental Incompleto	1
Magistério	1
Graduado	6
Pós-Graduado (Especialização)	31
Mestrado e/ou Doutorado(Cursando)	3
Docentes Efetivos	42

Fonte: Secretaria Municipal de Educação 2015.

De acordo com os dados do Ministério da Educação e Cultura, atualmente, apenas 30% dos professores da Educação Básica possuem Pós-Graduação. Segundo dados do Censo Escolar, a deficiência na formação inicial dos docentes é um dos grandes entraves na melhoria da qualidade da educação. Neste sentido, a formação continuada representa um grande aliado, na medida em que possibilita que o professor supra lacunas na sua formação inicial ao mesmo tempo em que se mantém em constante aperfeiçoamento em sua atividade profissional.

É importante que o MEC cumpra seu papel de fiscalizador, assegurando uma qualidade mínima para os cursos de pós-graduação ofertados. Levantamento realizado pela revista Nova Escola com os dados divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no fim de 2010, sobre os 165 programas de mestrado e doutorado nas áreas de Educação e Ensino revelou que 40% deles são considerados de nível bom, o que equivale à nota 4, em uma escala de 1 a 7. Outros 38% foram classificados como “regulares”. Apenas 20% obtiveram nota acima de 5.

A instituição de diferentes medidas pelo Governo Federal a partir dos anos 2000, como a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica (2004) e a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (2009), indicam que o MEC vem assumindo postura de responsabilização do poder público pelo desempenho e pela carreira dos professores da educação básica; acena ainda como horizonte para a instituição de um sistema nacional de educação. Essa questão reveste-se de especial complexidade dado o tamanho continental do país e o regime de pluralidade entre os entes federados, que incluem União, estados e municípios.

(Fonte: [observatoriodopne.org.br/metaspne/16-professores-pos-graduados](http://observatoriodopne.org.br/metaspne/16-professores-pos-graduados))

Nesse contexto, o município de Parazinho-RN vem cumprindo com a formação inicial e continuada dos docentes em efetivo exercício. Dos 42 docentes, apenas dois estão em processo de formação inicial, os demais têm formação superior e pós-graduação. Porém há uma déficit de profissionais com formação em áreas específicas, o que ocasiona o município estabelecer contratos para suprir a necessidade de docentes nas unidades escolares.

## 2.18 Valorização dos Profissionais do Magistério

O município de Parazinho/RN aprovou, desde o ano de 2006, a Lei Complementar nº 316/06, que instituiu o Estatuto e o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público, sendo um dos primeiros municípios da região do Mato Grande a instituir Plano de Valorização para o magistério público, pois o mesmo antecede a Lei Nacional que institui o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica.

A questão da valorização dos profissionais do ensino está prevista no artigo 206, inciso V, da Constituição Federal de 1988 (CF-88), o qual determina como princípio educacional a garantia, na forma da lei, de planos de carreira para o magistério público e piso salarial profissional, além de ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, com importantes desdobramentos para a educação nacional (CAMARGO et al., 2009, p. 343).

É bem verdade que, no final do ano de 2009, a maioria dos estados e municípios não cumpria a Lei nº 11.738/2008, que instituiu o PSPN do magistério da educação básica, uma reivindicação histórica do movimento sindical dos trabalhadores em educação, no entanto o município de Parazinho já o cumpria através da Lei Complementar nº 316/06.

De acordo com a Tabela de vencimentos do Piso Salarial Nacional do Magistério referente ao ano de 2015, **(em reais)** para 40 horas-aula é de **R\$ 1.917,78**, considerando a proporcionalidade para 30 horas-aula. **Novo piso de R\$ 1.917,78 / 40 horas-aula = R\$ 47,94 horas-aula x 30 horas-aula = R\$ 1.438,33, início de carreira, para 2015.** Ficando assim a tabela de valores para o município de Parazinho/RN:

Classe/ Nível	I	II 3 anos e 1 dia	III 6 anos e 1 dia	IV 9 anos e 1 dia	V 12 anos e 1 dia	VI 15 anos e 1 dia	VII 18 anos e 1 dia	VIII 21 anos e 1 dia	IX 24 anos e 1 dia
N: A	R\$ 1.438,33	R\$ 1.510,25	R\$ 1.585,76	R\$ 1.665,05	R\$ 1.748,30	R\$ 1.835,71	R\$ 1.927,50	R\$ 2.023,87	R\$ 2.125,07

<b>N: B</b>	R\$ 1.869,83	R\$ 1.963,32	R\$ 2.061,49	R\$ 2.164,56	R\$ 2.272,79	R\$ 2.386,43	R\$ 2.505,75	R\$ 2.631,04	R\$ 2.762,59
<b>N: C</b>	R\$ 2.243,79	R\$ 2.355,98	R\$ 2.473,78	R\$ 2.597,47	R\$ 2.727,35	R\$ 2.863,71	R\$ 3.006,90	R\$ 3.157,24	R\$ 3.315,11
<b>N: D</b>	R\$ 2.692,55	R\$ 2.827,18	R\$ 2.968,54	R\$ 3.116,97	R\$ 3.272,82	R\$ 3.436,46	R\$ 3.608,28	R\$ 3.788,69	R\$ 3.978,13
<b>N: E</b>	R\$ 4.038,83	R\$ 4.240,77	R\$ 4.452,81	R\$ 4.675,45	R\$ 4.909,22	R\$ 5.154,69	R\$ 5.414,42	R\$ 5.683,04	R\$ 5.967,19

**Fonte: SINTE/RN – Regional João Câmara.**

- **Percentual entre as classes = 5%.**
- **Percentual entre os níveis A e B = 30%.**
- **Percentual entre os níveis B e C = 20%.**
- **Percentual entre os níveis C e D = 20%.**
- **Percentual entre os níveis D e E = 50%.**

## **2. 19 Valorização dos profissionais da Educação Básica e Superior**

O piso salarial nacional do magistério foi instituído pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, regulamentando uma disposição já prevista na Constituição Federal (alínea ‘e’ do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e na Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96).

Neste sentido, o município de Parazinho/RN aprovou, desde o ano de 2006, a Lei Complementar nº 316/06, que instituiu o Estatuto e o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público, sendo um dos primeiros municípios da região do Mato Grande a instituir Plano de Valorização para o magistério público, pois o mesmo antecede a Lei Nacional que institui o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica. Porém os demais trabalhadores da educação ainda não possuem o plano de cargo e carreira, embora se encontrem em processo de negociação entre a categoria e o poder público.

## **2.20 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO**

A Constituição Federal/88 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

Enquanto lei complementar da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, ela dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art. 9º), resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática.

No Rio Grande do Norte foi implantado como projeto piloto pela primeira vez os primeiros passos da tão sonhada gestão democrática no âmbito das escolas da rede estadual de ensino. No ano de 1987, no governo Geraldo Melo, foram realizadas eleições diretas de diretores das escolas públicas com a participação dos segmentos da sociedade civil na comunidade escolar em 100 escolas estaduais.

A Lei complementar nº 290, de 16 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a democratização da gestão escolar no âmbito da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte, efetivou nos âmbitos das escolas o processo eletivo para diretores e vice-diretores.

Número de escolas, votantes por categoria funcional, que passaram pelo processo de eleição democrática para escolha de Diretor e Vice-Diretor, em 2005-2014.

Verificam-se as informações sobre o processo de eleição no quadro abaixo, demonstrado no período de 2005-2014.

Ano	Nº de Escolas	Número de Votantes por Segmento da Comunidade Escolar				Diretores e vice-diretores eleitos
		Professores	Servidores	Pais	Alunos	
2005	298	8.887	6.139	42.578	109.703	571
2006	256	4.043	3.786	22.046	32.728	363
2007	317	8.479	5.802	24.999	93.998	571
2008	245	2.978	2.513	13.674	27.351	363
2009	330	7.232	4.482	24.150	81.789	530
2010	230	3.014	2.346	13.028	27.300	328
2011	314	6.885	4.333	18.834	75.420	586
2012	202	2.777	9.926	9.424	24.967	305
2013	339	7.424	4.668	20.325	81.414	590
2014	226	3.064	11.095	10.536	27.914	395

Fonte: Comissão Eleitoral Central Permanente de Gestão Democrática – SEEC/RN (2014).

Nas escolas da rede estadual, o processo de gestão democrática teve início no ano de 2007, nas duas unidades escolares: Escola Estadual Professor Miguel Monteiro e Escola Estadual Senador Jessé Pinto Freire, democratizando efetivamente as relações escolares.

No município de Parazinho, não há no âmbito das escolas municipais a eleição direta no sistema da gestão democrática. O município tem quatro escolas, uma creche e outras três de Ensino fundamental. O processo de escolha dos diretores acontece por meio de nomeação feita previamente pelo prefeito municipal, caracterizando a função como cargo comissionado.

As unidades escolares do município de Parazinho já instituíram os Conselhos Escolares, o segundo mecanismo da gestão democrática contemplado na Lei Complementar nº 290/2005.

As funções dos conselhos escolares são autônomas no âmbito das escolas da rede municipal de ensino, um colegiado que conta com a participação de pais dos alunos e profissionais da educação com função deliberativa, consultiva e fiscalizadora segundo o art. 6º da referida lei. Neste mecanismo de gestão democrática, os conselhos têm atuado de forma efetiva na construção das relações escolares e no controle social.

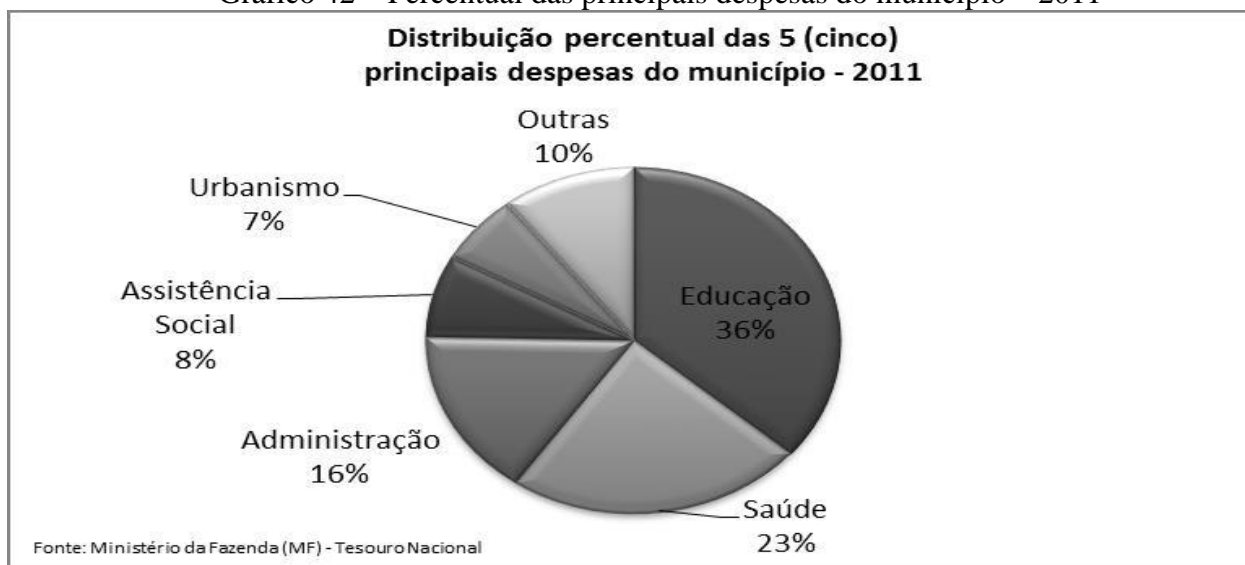
Contudo, são necessárias ações que garantam como estabelece a meta: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto”.

## **2.20 RECURSOS E GESTÃO FINANCEIRA**

### **2.20.1 Finanças públicas**

De acordo com as informações obtidas no *site* SAGI – MDS, a receita orçamentária do município passou de R\$ 4,7 milhões, em 2005, para R\$ 9,0 milhões, em 2011, o que retrata uma alta de 91,4%, no período, ou 17,62% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 4,18%, em 2005, para 2,70%, em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 15,25% para 15,78%.

Gráfico 42 – Percentual das principais despesas do município – 2011



Fonte: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=subsidios\\_paa\\_municipal](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal).

Conforme o Gráfico acima, as despesas com educação atingiram um percentual de 36% das despesas municipais no ano de 2011.

O município de Parazinho- RN tem investido acima do percentual previsto para o orçamento anual, tendo em vista que, segundo a lei de responsabilidade fiscal, regulamenta que o investimento em educação seja no mínimo de 25% de toda sua arrecadação. Abaixo seguem as tabelas com os percentuais programados e executados nos anos de 2010 a 2014.

Tabela 25 - Percentual e Valor Programado no Orçamento Municipal Para Educação

Fonte: PPA, LDO e LOA – Prefeitura Municipal de Parazinho/secretaria de finanças.

ANO	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Percentual executado</b>	26,95%	32,88%	29,01%	32,12%	34,88%
<b>VALOR R\$</b>	2.898.304,73	4.284.379,72	3.120.804,13	4.802.180,43	6.930.284,21



Tabela 26 - Percentual e Valor Executados no Orçamento Municipal na Educação

<b>ANO</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Percentual programado</b>	32,40%	31,59%	30,48%	31,65%	30,38%
<b>VALOR R\$</b>	3.465.000,00	3.640.000,00	4.100.000,00	6.900.000,00	7.400.000,00

fonte: PPA, LDO e LOA – Prefeitura Municipal de Parazinho/Secretaria de finanças.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme apresenta-se a seguir.

*Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:*

*I - disporá também sobre:*

*a) equilíbrio entre receitas e despesas;*

As tabelas abaixo apresentam o histórico de Receita dos últimos 5 anos e indicam a projeção de receitas para os próximos 10 anos.

Tabela 27 - Histórico de Receita do município dos anos de 2010 a 2014

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>2010</b>	11.608.026,60
<b>2011</b>	13.402.744,00
<b>2012</b>	18.828.054,00
<b>2013</b>	19.660.000,00
<b>2014</b>	15.810.470,68

Fonte: PPA, LDO e LOA – Prefeitura Municipal de Parazinho/Secretaria de finanças.

Tabela 28 – Projeção de Receita para os Próximos 10 Anos (2016 -2025)

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>2016</b>	25.000.000,00
<b>2017</b>	26.750.000,00
<b>2018</b>	28.575.000,00
<b>2019</b>	30.575.025,00
<b>2020</b>	32.715.300,00
<b>2021</b>	35.005.371,00
<b>2022</b>	37.455.746,97
<b>2023</b>	40.077.649,25
<b>2024</b>	42.883.308,46
<b>2025</b>	45.885.140,05

Fonte: PPA, LDO e LOA – Prefeitura Municipal de Parazinho/Secretaria de finanças.

### **3 METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARAZINHO – PME**

#### **3.1 META 01 – Educação Infantil**

---

##### META 01 – Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

##### ESTRATÉGIAS:

1.1 Garantir oferta da Educação Infantil na pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos, de modo a atender 100% de toda a demanda até 2016 e ampliar o atendimento nas creches para as crianças de 0 a 3 anos, contemplando no mínimo 50% das crianças, até o final da vigência deste PME.

1.2 Garantir em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios para se conseguir a expansão, manter e ampliar, respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil (creches e pré-escolas) com estrutura adequada.

1.3 Fomentar a formação continuada de professores para a educação infantil estimulando a pós-graduação de parte deles, a fim de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de 4 a 5 anos.

1.4 Garantir o atendimento das crianças do campo na educação infantil sem alterar seus usos e costumes, em salas específicas para esta etapa de ensino.

1.5 Promover em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil (creches e pré-escola) preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda.

1.6 Criar mecanismos que fortaleçam o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência das crianças da educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.7 Estabelecer por meio de regime de colaboração entre os sistemas federativos (União, estados, distrito federal e municípios) mecanismos que definam padrões de referência de qualidade para o atendimento na educação infantil.

### **3.2 META 02 – Ensino Fundamental**

---

**Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.**

#### **ESTRATÉGIAS:**

2.1 Promover a busca ativa e a permanência de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com a família, órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.2 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluído adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.3 Assegurar recursos necessários para mobiliar adequadamente os espaços pedagógicos (Biblioteca, brinquedoteca e refeitórios) dos alunos de 06 anos e daqueles que necessitam da acessibilidade à escola e às salas de aula do Ensino Fundamental de 09 anos. Garantindo a climatização de todas as escolas até 2021.

2.4 Fortalecer a relação das escolas com as instituições e movimentos culturais a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) educandos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural.

2.5 Realizar concurso público, periodicamente, para suprir a necessidade de professores mediante o resultado dos estudos por comissão específica administração pública municipal.

2.6 Reformular os Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas, a fim de readequar os professores de acordo com o perfil, suas competências e habilidades, com o intuito de uma ação colaborativa para garantir a aprendizagem e a permanência dos alunos sem a distorção da idade-série.

### **3.3 META 03 - Ensino Médio**

---

**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**

#### **ESTRATÉGIAS:**

3.1) Organizar, em regime de colaboração, um calendário adequado a realidade do município que apresentem situações de sazonalidade frente ao trabalho dos estudantes na agricultura e ao ano letivo.

3.2) Colaborar com políticas de prevenção à evasão motivada por trabalho, mudança de endereço, ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

3.3) Apoiar a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.4) Garantir o transporte escolar para os alunos matriculados no Ensino Médio das Escolas Públicas.

### **3.4 META 04 – Inclusão**

---

#### META 04 – Inclusão

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### ESTRATÉGIAS

4.1 Assegurar à rede escolar municipal os serviços de apoios pedagógicos especializados, com a oferta dos professores do atendimento educacional, domiciliar, de profissionais de apoio ou auxiliares, professores de libras, de língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, tradutor e revisor braile, de orientação e mobilidade, caso seja necessário para favorecer o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno funcional específico e altas habilidades até o final de vigência do PME.

4.2 Manter e ampliar, em regime de colaboração(União, Estado e município) e respeitadas às normas de acessibilidade e os padrões de referência de qualidade nacional, a construção e reestruturação de escolas públicas de educação infantil, conforme levantamento da demanda por uma comissão específica.

4.3 Viabilizar na rede escolar condições estruturais físicas, materiais e pedagógicas, para assegurar o atendimento educacional especializado.

4.4 Garantir as condições de acessibilidade aos espaços escolares, aos recursos pedagógicos e à comunicação, eliminando as barreiras arquitetônicas, para fins de proporcionar a aprendizagem.

4.5 Promover a escolarização para a população de 4 a 17 anos, com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o Atendimento Educacional Especializado - AEE .

4.6 Garantir as condições de acessibilidade e locomoção, com oferta do transporte escolar acessível aos espaços escolares, conforme normas do CEE/RN, Resolução n. 02/2012.

4.7 Garantir o atendimento educacional especializado, na zona urbana e rural às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na educação infantil, priorizando a oferta e o monitoramento de salas multifuncionais, conforme normas do CEE/RN, Resolução n. 02/2012.

4.8 Contribuir com a busca ativa de pessoas com deficiência, beneficiárias do programa do Benefício de Prestação Continuada – BPC na escola, a fim de garantir o direito de todos à educação.

4.9 Realizar anualmente a matrícula antecipada de pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, a fim de garantir o acesso, a participação e a permanência, com qualidade, na escola, cumprindo a meta de inclusão plena.

4.10 Orientar e monitorar a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais na rede escolar municipal, para assegurar o direito ao atendimento educacional especializado, de forma complementar e/ou suplementar ao processo de escolarização nas escolas comuns.

4.11 Garantir em regime de colaboração (União, Estado e município) a aplicabilidade das ações oriundas do programa Escola Acessível, segundo o Decreto-Lei 5296/2004 e a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Artigo 9, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.

4.12 Orientar e monitorar em regime de colaboração (Município, Estado e União) a implementação do atendimento educacional hospitalar e domiciliar junto às instituições de saúde parceiras, a fim de assegurar o direito à educação aos escolares que estão hospitalizados ou em domicílio para tratamento de saúde.

4.13 Promover articulação intersetorial a fim de viabilizar condições educacionais que assegure o acesso, a permanência e o sucesso no processo de escolarização dos estudantes da educação especial.

### **3.5 META 05 – Alfabetização Infantil**

---

**Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.**

#### **ESTRATÉGIAS:**

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2 Promover o ciclo de alfabetização nos anos iniciais de 1º a 3º ano sem rotatividade do professor que apresente desempenho satisfatório na aprendizagem do aluno.

5.3 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades nas atividades e na avaliação, oferecendo atendimento nas salas multifuncionais com profissionais qualificados.

5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade na perspectiva de alfabetização e letramento.

5.5 Apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com materiais didáticos específicos.

5.6 Implantar uma política de formação continuada dos alfabetizadores nos moldes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa assegurando a permanência do professor nos três primeiros anos do ensino fundamental, em no mínimo 03 anos.



5.7 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngüe de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal até o final do PME.

### **3.6 META 06 – Educação Integral**

---

**Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.**

#### **ESTRATÉGIAS:**

6.1 Instituir, em regime de colaboração, projetos de construção e reforma de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral e com acessibilidade para as pessoas com deficiências.

6.2 Assegurar o reordenamento dos profissionais e/ou ampliação progressiva da jornada do professor em regime de dedicação exclusiva, para o exercício da docência com tempo efetivo para desenvolver atividades de educação integral em tempo integral, até o penúltimo ano de vigência do PME.

6.3 Assessorar pedagogicamente os profissionais das escolas na implementação da proposta curricular com foco em educação integral em tempo integral.

6.4 Garantir formação continuada para os educadores de todas as escolas com educação integral em tempo integral.

6.5 Criar mecanismos para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das escolas de educação integral em tempo integral.

6.6 Garantir serviços de apoio e orientação aos educandos, com fortalecimento de políticas intersetoriais de saúde, assistência e outras, para que, de forma articulada, assegure a comunidade escolar, direitos e serviços da rede de proteção.

6.7 Promover a inserção da educação ambiental nos currículos escolares, estimulando a criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA), e a adoção de práticas sustentáveis para favorecer a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares da rede urbana/campo.

6.8 Ampliar os recursos financeiros destinados à alimentação escolar que garanta a oferta de acordo com o tempo de permanência do estudante na escola.

6.9 Assegurar transporte escolar que garanta a frequência dos estudantes nas atividades integradoras (oficinas pedagógicas e aulas de campo) constantes do Projeto Pedagógico da escola.

6.10 Incentivar os projetos de leitura e letramento na área de Linguagens integrando-os as áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática.

### **3.7 META 07. Qualidade da Educação Básica/IDEB**

---

**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.**

#### **ESTRATÉGIAS:**

7.1 Aumentar para 95%, até a vigência do PME, a taxa de aprovação para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

7.2. Diminuir a taxa de reprovação para 5%, em até 10 anos do PME.

7.3. Reduzir a taxa de abandono para 2% em até 07 anos do plano e para menos de 1% em 10 anos.

7.4. Restringir a taxa de distorção idade/ano no Ensino Fundamental para 20%, em até 07 anos, e para 10 % em até, 10 anos.

7.5. Promover em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, do plano estadual do livro e da leitura e da lei estadual de leitura literária nas escolas, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários para atuarem como mediadores de leitura para o processo de ensino aprendizagem;

7.6. Implantar programas de melhoria de fluxo escolar, a exemplo do Projeto Conquista de forma a reduzir a distorção idade/série a partir dos objetivos propostos, garantindo o avanço no seu processo de escolaridade básica, considerando as especificidades dos segmentos populacionais;

7.7. Atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência do plano, as diferenças entre as médias dos índices dos municípios.

7.8. Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do IDEB, relativos às escolas de ensino fundamental, para replanejamento de suas ações pedagógicas de forma que em seus currículos contemplem os direitos de aprendizagem e a matriz de referência das avaliações externas.

7.9. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública;

7.10. Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção de cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.11. Garantir que as Populações do Campo tenham acesso a pedagogia da alternância (tempo escola e tempo comunidade) privilegiando práticas agroecológicas, política de adaptação/convivência com a seca.

7.12. Construir ou reconstruir coletivamente os projetos políticos pedagógicos das escolas da rede municipal a fim de assegurar a qualidade educacional do ensino aprendizagem, por meio de princípios e diretrizes pré- definidas;

7.13. Promover a formação continuada (permanente) em parceria com governo estadual e federal na rede municipal de ensino;

7.14. Desenvolver currículos em consonância com o projeto político pedagógico para atender aos alunos com deficiências;

7.15. Promover articulação entre família e escola afim de uma maior integração social da escola com a comunidade;

7.16. Estimular e promover o trabalho de pesquisa na rede municipal de ensino, a partir do ensino fundamental.

7.17. Incentivar e garantir as tecnologias educacionais e promover práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurando a diversidade de métodos dando preferência a recursos educacionais e equipamentos tecnológicos como softwares e livros digitais, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino onde forem aplicados até o 6º ano de vigência do PME

7.18. Promover políticas de estímulo às escolas para melhorarem seu desempenho no IDEB e no ENEM, através de proposta pedagógica específica por nível de ensino, com acompanhamento didático-pedagógico através de planejamentos com profissionais de educação por níveis de ensino. Promovendo cursinho e aulas preparativos.

7.19. Cumprir as determinações da legislação vigente no que concerne a quantidade de alunos por professor objetivando um trabalho que proporcione melhores resultados.

### **3.8 META 08 – Elevação da Escolaridade/Diversidade**

---

**Elevação da escolaridade/Diversidade - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.**

## **ESTRATÉGIAS:**

8.1 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude e sociedade civil organizada.

8.2 Ofertar em regime de colaboração gratuitamente a educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

8.3 Expandir para a zona rural o programa de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.4 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso a escola específicos para os segmentos populacionais considerados.

8.5- identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado e União para a garantia de frequência e apoio a aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino.

### **3.9 META 09 – Alfabetização de Jovens e Adultos**

---

**Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5 % até 2015, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.**

## **ESTRATÉGIAS:**

9.1 Realizar o censo interno em parceria com a Secretaria de Saúde e de Assistência Social do município, para identificar o número de jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, e a necessidade por vagas na educação de jovens e adultos.

9.2 Ofertar gradativamente, educação para jovens e adultos que não tiveram acesso a educação básica na unidade própria na zona rural até 2017.

9.3 Garantir o atendimento oftalmológico e fornecimento de óculos para estudantes jovens e adultos das escolas públicas do município, em regime de colaboração com a política da saúde.

9.4 Regularizar junto ao Ministério da Educação o Programa Brasil Alfabetizado, tendo em vista que o Programa encontra-se inadimplente, junto ao FNDE, por falta de Prestação dos anos 2010, 2011 e 2012;

9.5 Criar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

### **3.10 META 10 – EJA Integrada**

---

**Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.**

#### **ESTRATÉGIAS:**

10.1) Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e médio e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a elevar a escolaridade dos jovens e adultos residente no campo.

10.3) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público, e considerando as especificidades das populações do campo.

10.4) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) Através do Programa de Ações Articuladas (PAR), reestruturar e adquirir equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) Propor a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características deste público.

10.7) Em regime de colaboração, adquirir material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional; 10.8 Ofertar na rede pública de ensino de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional ao sistema sindical e de entidades ( retirar o texto selecionado e sublinhado) sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.8) Ofertar na rede pública de ensino de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

### **3.11 META 11 – Educação Profissional**

---

**Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público..**

#### **ESTRATÉGIAS:**

11.1) Apoiar a redução das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

11.2) Ofertar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), com o intuito de ampliar as possibilidades de oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Formação Inicial e Continuada.

### **3.12 META 12- Educação Superior**

---

**Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.**

#### **ESTRATÉGIAS:**

#### **Essas estratégias serão executadas através de regime de colaboração**

12.1 Promover diagnósticos permanentes, no município, a fim de contribuir com a abertura de vagas em cursos de outras áreas específicas para atender a demanda dos alunos e professores suprimindo um déficit de profissionais qualificados do município;

12.2 Apoiar por meio de parcerias entre estado e governo federal a abertura de vagas de licenciaturas, no município por intermédio das instituições de ensino superior pública e privada.

12.3 Em regime de colaboração garantir o transporte em parceria com o Governo Estadual e Federal para deslocamento dos alunos para as universidades que oferecem outros cursos que não sejam ofertados no município e estão localizadas em outras cidades da região.

### **3.13 META 13 – Qualidade da Educação Superior**

---

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.



## **ESTRATÉGIAS:**

13.1 Garantir por meio de parceria com o Governo Federal estrutura física, técnica e tecnológica com a finalidade de elevar a qualidade educacional no nível superior;

13.2 Em regime de colaboração junto ao estado e União, garantir incentivo financeiro para qualificação superior dos docentes que estão cursando mestrado e ou doutorado;

13.3 Incentivar através do plano de cargo e salário o ingresso dos docentes em cursos de pós graduação (mestrado e doutorado).

### **3.14 META 14 – Pós-Graduação**

---

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação até o último ano de vigência do PME para 10% mestres e 05% doutores.

## **ESTRATÉGIAS:**

14.1 Apoiar ofertas de programas de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado no campus próximo a região do Mato Grande , com apoio das agências de fomento CAPES e CNPQ;

14.2 Apoiar a pesquisa científica e de inovação promovendo a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e local do semiárido;

14.3 Estimular e apoiar intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;

14.4 Apoiar a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado), em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, informática e outros no campo das ciências.

### **3.15 META 15 – Profissionais de Educação**

---

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### **ESTRATÉGIAS:**

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

15.2. Estimular os professores a participarem de ambientes virtuais de aprendizagem, ou seja, um banco de cursos de formação continuada, a distância, incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação;

15.3. Apoiar e garantir equipes de profissionais da educação qualificando-os para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo professores no atendimento educacional especializado, de pessoal de apoio, tradutores ou intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdos-cegos e professores de libras até o final de vigência deste PME.

15.4. Garantir, por meio do regime de colaboração entre União, estados e municípios, que até 2020, 100% dos professores de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, Libras e de EJA tenham formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura plena nas áreas de conhecimento em que atuam;

15.5. Diagnosticar demandas de formação inicial e continuada de professores que lecionam nas escolas do campo, visando à construção de um projeto de educação que considere as especificidades do campo, a partir do 2º ano de vigência deste PME

15.6. Garantir junto às IES públicas, cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior aos docentes licenciados ou não licenciados nas respectivas áreas de atuação, em efetivo exercício, a partir do 5º ano de vigência do PME.

15.7. Oferecer condições necessárias para a realização de programas e sistemas de ensino de formação continuada presenciais ou a distância para professores em parcerias com as IES públicas;

15.8. Estimular o acesso ao portal eletrônico criado pelo governo federal para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica.

### **3.16 META 16 – Formação**

---

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### **ESTRATÉGIAS:**

16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município;

16.2) Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da elaboração e implementação das ações do Plano Municipal do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

16.3) Em regime de colaboração, em articulação com o MEC e Instituto Ensino Superior - IES, a oferta de cursos de especialização presenciais e/ou a distância voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a educação do campo, especial, infantil, gestão escolar, coordenação pedagógica e educação de jovens e adultos;

16.4). Garantir formação continuada, presencial ou a distância aos profissionais da educação, oferecendo-lhes cursos de aperfeiçoamento, inclusive nas novas tecnologias da informação e da comunicação, a partir da vigência deste PME.

16.5) Fomentar, em articulação com as Instituições de Ensino Superior - IES , a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação nas diferentes áreas do magistério, voltados para as políticas e práticas educacionais, a partir da vigência deste Plano.

16.6) Promover e garantir formação continuada de professores concursados e convocados para atuarem no atendimento educacional especializado, a partir da vigência do PME.

16.7) Promover a formação continuada de docentes em todas as áreas de ensino, idiomas, Libras, braille, artes, música e cultura, de forma gradativa até o final da vigência deste PME.

16.8) Efetivar em regime de colaboração, entre os entes federativos, programa de composição de acervo de obras didáticas e paradidáticas e de leitura, bem como programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em braille, também em formato digital, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os docentes da rede pública de educação básica de forma gradativa até o final da vigência deste PME.

### **3.17 META 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério**

---

**Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.**

#### **ESTRATÉGIAS:**

17.1 Garantir no primeiro ano de vigência deste plano a implementação dos reajustes nas tabelas salariais dos profissionais do magistério

17.2 Apoiar a implementação de ações de interação entre as áreas Saúde e Educação nas instâncias estadual e municipais, com o apoio financeiro dos ministérios a fins, programas de capacitação aos profissionais da educação, sobretudo aqueles relacionados à voz, visão, problemas vasculares, ergonômicos, psicológicos e neurológicos entre outros.

### **3.18 META 18 – Planos de Carreira**

---

Assegurar, no prazo de 01 (um) ano, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

#### **ESTRATÉGIAS:**

18.1 Enviar para o Poder Legislativo o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) para todos os profissionais de educação do município para a devida aprovação, até o primeiro ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.

18.2 Estruturar a rede pública de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na rede escolar a que se encontrem vinculados.

18.3 Garantir nos planos de carreira dos Profissionais da Educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para a qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu (mestrado e Doutorado) de acordo com o percentual anual estabelecido pela secretaria municipal de educação.

18.4 Implantar na rede pública de educação básica o acompanhamento dos profissionais iniciantes, através de instrumentos de avaliação, para decisão da efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aperfeiçoamento de estudo na área de

atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.5 Realizar concurso público de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública, periodicamente, de acordo com as especificidades da rede municipal de ensino, no segundo ano de vigência deste plano;

18.6 Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa da Secretaria de Educação, em regime de colaboração com o ministério da Educação, o senso dos (as) profissionais da educação básica

18.7 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

### **3.19 META 19 – Gestão Democrática**

---

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

#### **ESTRATÉGIAS:**

19.1) Priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2) Apoiar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas

públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando--lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.4) Estimular a constituição e o fortalecimento do sistema municipal de educação: conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.5) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais, de docentes e gestores escolares;

19.6) Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares a fim de subsidiar a definição de critérios como previsto em lei, os objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

### **3.20 META 20 – Financiamento da Educação**

---

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### **ESTRATÉGIAS:**

20.1) Garantir ao montante arrecadado dos impostos municipais a aplicação do percentual mínimo de 30% até o segundo ano de vigência e 35% até o final da vigência do PME, aplicados em políticas públicas educacionais no município de Parazinho/RN.

20.2) Destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

20.3 Garantir em regime de co-financiamento permanente, entre (União, Estado e Município) e destinar os recursos para todas as etapas e modalidades da educação básica pública através da criação e regulamentação do Fundo Municipal de Educação.

20.4 Garantir o percentual de 30% das cotas do ICMS da produção de energias renováveis para a educação pública municipal.

20.5) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação;

20.6) Ampliar até o final do prazo do PME (2015-2025) o investimento de 25% para 30% na educação municipal.

20.7) Reivindicar que a União repasse aos municípios, após a aprovação em lei específica, para a manutenção da educação, a percentagem de recursos a que se fizer jus, provenientes do Fundo Social do Pré-sal e royalties, referentes ao petróleo e à produção mineral.

20.8) Reivindicar, juntamente com os demais municípios, providencias junto à União e órgãos responsáveis pela legislação nacional, diretrizes e políticas de financiamento para a real valorização (formação permanente, continuada, melhores condições de trabalho e salários condizentes à função) dos profissionais e trabalhadores da educação pública, em consonância à elevação progressiva dos aportes de recursos, independente do Fundeb.



## REFERÊNCIAS

ATLAS do desenvolvimento humano. <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: 23 de abril de 2015.

BIBLIOTECA IBGE. <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

BRASIL. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Geografia do Brasil: Região Nordeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977. Disponível em: Mapas Base dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (endereço eletrônico).

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO: 2000**. Brasília: DNPM, 2000. 401 p.

BRASIL. SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA. **Geologia, tect. e recursos minerais do Brasil, Sistema de Informações Geográficas**. [S.l]: [S.d.], [199?].

BRASIL. Lei 10.172/01. Plano Nacional de Educação.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que altera a redação dos Artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei Federal n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

IBGE. Censo demográfico e contagem da população.: censo demográfico 2010, <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

IBGE. **Rio Grande do Norte: Parazinho**. <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=240880&idtema=132&search=rio-grande-do-norte|parazinho|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010>> Acesso em: 23 de abril de 2015.

INDICADORES demográficos e educacionais: Parazinho. <<http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/2408805>> Acesso em 23 de abril de 2015.

INDICADORES demográficos e educacionais: Parazinho-RN. <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/2408805>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

LIVROS E PANFLETOS COM HISTÓRIAS E RELATOS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ. PESSOAS MAIS VELHAS. Parazinho.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Planejando a próxima década**. <<http://pne.mec.gov.br/construindo-as-metas>>. Acesso em: 23 de abril de 2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Planejando a próxima década**. Brasília.  
<[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)> Acesso em: 23 de abril de 2015.

PARAZINHO. **Taxas de rendimento: 2013**. <<http://www.qedu.org.br/cidade/1504-parazinho/taxas-rendimento/rede-estadual/rural-e-urbana?year=2013>>, Acesso em: 27 de abril de 2015.

PORTAL DATA SOCIAL. **Aplicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/datasocial>>. Acesso em: (data).

RODRIGUES E SILVA, Fernando Barreto; SANTOS, José Carlos Pereira dos; SILVA, Ademar Barros da. **Diagnóstico e prognóstico**. Recife: Embrapa Solos Petrolina: 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE. Sistema integrado de gestão da educação. <<http://sigeduc.rn.gov.br/>>. Acesso em 23 de abril de 2015.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura , 2015

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1**

### **REGIMENTO INTERNO DA CONSULTA PÚBLICA PARA APRECIÇÃO DO TEXTO – BASE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DO MUNICÍPIO DE PARAZINHO- RIO GRANDE DO NORTE.**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** A Secretaria Municipal de Educação do Município de **PARAZINHO - RN**, conforme o estabelecido no art. 30 da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9. 394/96 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei nº 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação e no presente Regimento Interno desta Consulta Pública, que objetiva apreciar o Texto – Base do **Plano Municipal de Educação deste Município**, institui o procedimento para efetivar a melhor condução dos trabalhos inerentes ao ato.

**Parágrafo Único.** A Consulta Pública de que trata este Regimento Interno será realizada no dia 03 de Junho, às 13h. na Escola Estadual Jessé Pinto Freire – RN.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DOS OBJETIVOS**

**Art. 2º** - A Consulta Pública terá os seguintes objetivos:

- I - Apreciar o Documento- Base do PME;
- II - Votar as propostas sugeridas no decorrer da Consulta Pública.

**Art. 3º.** A Consulta Pública é um mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo e aberto a qualquer cidadão interessado em contribuir com o objetivo determinado neste regimento. Aos participantes é concedida a possibilidade de manifestação oral, bem como aos meios de comunicação, presentes no local, respeitando as disponibilidades das instalações físicas do ambiente.

§ 1º. Na Consulta Pública, uma das finalidades é democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular, conforme os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

§ 2º. A todos os participantes da Consulta Pública será permitido o acesso à solenidade de abertura.

§ 3º. Na Consulta Pública os participantes, ao apreciar as diretrizes, metas e estratégias que constam no Documento-Base, podem fazer sugestão de alteração, estas serão submetidas ao crivo dos presentes.

**Parágrafo Único.** Quando não houver consenso, às decisões serão encaminhadas à plenária para apreciação. A aprovação será dada por maioria simples dos votos.

**Art. 4º.** O público presente deverá fazer o credenciamento e assinar lista de presença que conterá:

I - data, horário e motivo da consulta;

II - nome legível;

III - nº do documento de identificação;

IV - segmento a que pertence;

V - assinatura.

**Parágrafo Único.** No credenciamento deverá ser entregue a programação da Consulta Pública.

## **CAPÍTULO III**

### **DA ORGANIZAÇÃO E DA CONDUÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA**

**Art. 5º.** A Consulta Pública será presidida pela Secretária Municipal de Educação, com o apoio do Grupo Colaborativo do PME.

**Art. 6º.** São prerrogativas do Secretário Municipal de Educação:

- I – realizar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da respectiva Consulta Pública ordenando o curso das manifestações;
- II – decidir sobre a pertinência das manifestações;
- III – dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da respectiva Consulta Pública, bem como sua reabertura ou continuação, quando conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;
- IV - alongar o tempo das elocuições, quando considere necessário e útil.
- V- apresentar o escriba e relator da Consulta Pública.

**Art. 7º.** São atribuições do escriba e relator:

- I - inscrever os participantes que manifestarem interesse em pronunciar-se, de acordo com a ordem das solicitações;
- II - controlar o tempo das intervenções orais;
- III - registrar o conteúdo das intervenções;
- IV - sistematizar as informações;
- V - elaborar a ata da respectiva Consulta Pública;
- VI – arquivar a documentação produzida da respectiva Consulta Pública.

## **CAPITULO IV**

### **DOS PARTICIPANTES**

**Art. 8º.** Será considerado participante da Consulta Pública qualquer cidadão ou cidadã, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão do **Documento – Base do PME do município de Parazinho - RN.**

**Art. 9º.** São direitos dos participantes:

- I - manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Consulta Pública, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- II - debater as questões tratadas no âmbito da Consulta Pública;
- III - fazer propostas e sugerir alterações no Documento-Base do PME mencionados no Artigo 2º e no § 2º.

**Art. 10.** São deveres dos participantes:

I - respeitar o Regimento Interno da Consulta Pública;

II – respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;

III - tratar com respeito e civilidade os participantes da Consulta Pública e seus organizadores;

IV – assinar a lista de presença, conforme previsto no Art. 3º.

**Art. 11.** É condição para a participação, oral ou por escrito, dos presentes da Consulta Pública nos debates, a prévia inscrição.

**Parágrafo Único.** A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

Parazinho/RN, 03 de Junho de 2015.

## ANEXO 2

### APRESENTAÇÃO: PLANOS DE EDUCAÇÃO

SLIDES 01	SLIDES 02	SLIDES 03
 <p><b>PLANOS DE EDUCAÇÃO</b> (PNE, PEE, PME)</p> <p>PEDRO FERNANDES</p>	 <p>Os planos nortearão os rumos da Educação do nosso país</p>	 <p><b>O que é um Plano ?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O plano é um documento que define metas educacionais por um período de 10 anos;</li> <li>Elaborar o plano passa a ser uma exigência de todo ente federado (Estados, distritos, municípios):             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001;</li> </ul> </li> <li>A lei 13005 de 24 de junho de 2014 institui o Plano Nacional de Educação - PNE.</li> </ul>
SLIDES 04	SLIDES 05	SLIDES 06
 <p><b>CARACTERÍSTICAS DO PNE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE);</li> <li>Passa de uma disposição transitória da lei da LDB para uma exigência constitucional com periodicidade decenal.</li> <li>Passa a ser o articulador do Sistema Nacional de Educação - SNE</li> <li>Foi instituído com garantia financeira com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB)</li> <li>Será tomado como base para elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais - fortalecerá a construção do SNE.</li> </ul>	 <p><b>CARACTERÍSTICAS DO PNE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilitará acordos nacionais que diminuirão as lacunas de articulação federativa no campo da política pública educacional.</li> <li>A base desse documento (metas) nortearão os rumos da Educação no Brasil.</li> </ul>	 <p><b>PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foi elaborado alinhado com o PNE</li> <li>Contemplou as 20 metas do PNE</li> <li>Várias estratégias do PEE foram tomadas como base as estratégias nacionais.</li> <li>Várias metas assim como as nacionais são também desafiadoras.</li> <li>Foi elaborado por uma equipe que envolveu vários seguimentos da sociedade e instituições de ensino dentre outros.</li> <li>Contou com a colaboração da UNDIME, UNCMME, FEE, SINTE, dentre outros.</li> </ul>
SLIDES 07	SLIDES 08	SLIDES 09
 <p><b>PLANO MUNICIPAL DE PARAZINHO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foi elaborado em consonância com o PNE e PEE e, ao mesmo tempo, garantindo a identidade e autonomia do Município.</li> <li>Contemplou as 20 metas do PNE e o do PEE</li> <li>Várias estratégias do PME foram tomadas como base as estratégias estaduais e nacionais.</li> <li>Várias metas construídas também são desafiadoras.</li> <li>Foi elaborado por uma equipe que envolveu vários seguimentos da sociedade e instituições de ensino.</li> <li>Contou com a colaboração de vários representantes de entidades do município.</li> </ul>	 <p><b>PLANO MUNICIPAL DE PARAZINHO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Depois de aprovado em plenária pelos vereadores e sancionado pelo prefeito do município se tornará lei municipal e determinará as metas, as prioridades e o planejamento da Educação Municipal para a próxima década.</li> </ul>	 <p><b>QUAIS EXPECTATIVAS?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Contemple antigos desafios             <ul style="list-style-type: none"> <li>- A erradicação do analfabetismo</li> <li>- A ampliação do acesso à Educação Infantil ao Ensino Médio</li> <li>- A implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), que estabelece patamares mínimos de investimento e infraestrutura para garantir a qualidade em todos os níveis de ensino.</li> </ul> </li> </ul>
SLIDES 10	SLIDES 11	
 <p><b>Principais Pontos que devem integrar os planos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O regime de cooperação e não de competição             <ul style="list-style-type: none"> <li>- A colaboração entre a União, os estados e os municípios na Educação - prevista no artigo 211 da Constituição Federal fortalecerá os planos e põe o fim das atribuições restritivas. Dessa forma, todos os segmentos sejam responsáveis pelo acesso e pela qualidade da Educação, da creche à pós-graduação.</li> </ul> </li> </ul>	 <p>Muito Obrigado a um bom trabalho!</p>	

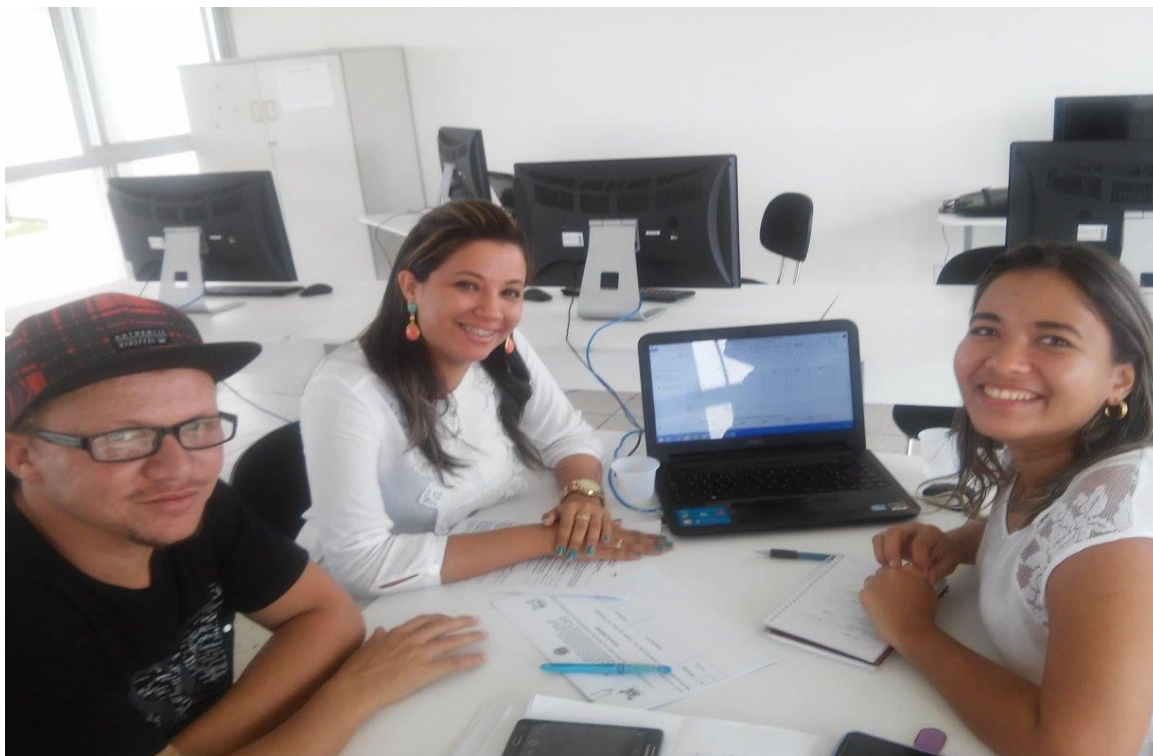


## **ANEXO 3**

### **REGISTRO FOTOGRÁFICO – ELABORANDO O PLANO MUNICIPAL DE PARAZINHO**

#### **Portfólio PME Parazinho-RN**

##### **Reunião com a Orientador do Município:**



##### **Equipe Técnica da Secretaria Municipal – Fase Levantamento dos dados para o Diagnostico:**



**Fase de Elaboração das metas e estratégias do PME:**



**Encontro com os Diretores e Coordenadores para elaboração do PME:**



Momento de legitimação das propostas do PME:



Grupo de

Trabalho PME – Consulta Pública:



**Mesa de Abertura Consulta Pública:**



**Consulta Pública Municipal de Parazinho – PME**





**Fase de Elaboração das metas e estratégias do PME:**



## GLOSSÁRIO

---

### **PME**

O Plano Municipal de Educação é um documento que estabelece diretrizes, metas e prioridades para a educação municipal e tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino oferecido pelo município. Quando aprovado pela Câmara Municipal torna-se uma lei que dará condições de continuidade nas políticas educacionais municipais.

Como instrumento de operação do Sistema Municipal de Ensino, o PME estabelece as políticas, diretrizes e define os objetivos e metas educacionais do município para um **período decenal**. A elaboração do plano, por meio da participação conjunta entre o Governo e a Sociedade Civil organizada, deve constituir-se em processo de formação, de aprendizagem sobre a realidade educacional do município, da concepção de educação inspiradora da ação, dos objetivos da ação e da própria razão de ser e de agir de cada participante.

O Plano Municipal de Educação será encaminhado à Secretaria Municipal de Educação que, juntamente com a Procuradoria Geral do Município, o tornará projeto de minuta de lei que será encaminhado à Câmara Municipal para aprovação e publicação.

### **PNAE**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

## **PDDE**

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

## **PNATE**

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

## **PARFOR**

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR, uma ação conjunta do MEC, por intermédio da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e as Instituições Públicas de Educação Superior – IPES.

O PARFOR é destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais, sem formação adequada à LDB, oferecendo cursos superiores públicos, gratuitos e de qualidade, além de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, com a oferta cobrindo todos os estados da Federação, por meio de Instituições Públicas de Educação Superior, Federais e Estaduais, com a colaboração de universidades comunitárias.

## **PAR**

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um programa estratégico do PDE, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, inaugurou um novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federados sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais.

### **Atleta na Escola**

O Atleta na Escola, criado para incentivar a prática esportiva nas escolas públicas e detectar talentos, bateu recorde de adesão em 2014 e superou a expectativa. Cerca de 44 mil escolas públicas (federais, estaduais e municipais) já aderiram aos programa. Em 2015, o Atleta na Escola receberá atenção especial, segundo afirmou em seu discurso de posse o ministro do Esporte, George Hilton, que pretende intensificar e ampliar as parcerias nas áreas social e educacional.

### **Programa Mais Educação**

O Programa Mais Educação, criado pela [Portaria Interministerial nº 17/2007](#) e regulamentado pelo [Decreto 7.083/10](#), constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.



De acordo com o projeto educativo em curso na escola, são escolhidas seis atividades, a cada ano, no universo de possibilidades ofertadas. Uma destas atividades obrigatoriamente deve compor o macrocampo acompanhamento pedagógico.

## **PNAIC**

Criado em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) tem como principal desafio garantir que todas as crianças brasileiras até oito anos sejam alfabetizadas plenamente. Para isso, ele contempla a participação da União, estados, municípios e instituições de todo o país.

Garantir o direito à alfabetização plena a todas as crianças até os oito anos de idade. Esse é o desafio colocado pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), acordo implementado em 2012 entre governo federal, estados, municípios e instituições.

## **PSE**

O Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral.

A articulação inter-setorial das redes públicas de saúde e de educação e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do PSE implica mais do que ofertas de serviços num mesmo território, pois deve propiciar a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade.

A articulação entre Escola e Rede Básica de Saúde é à base do Programa Saúde na Escola. O PSE é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. Sua sustentabilidade e qualidade dependem de todos nós!

## **FREQUÊNCIA ESCOLAR**

O Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar é um sistema de acompanhamento bimestral da frequência escolar de cada integrante da família beneficiária

com idade entre 6 e 17 anos. O acompanhamento da educação é realizado pelo Ministério da Educação (MEC) cinco vezes por ano.

## **PDDE-INTERATIVO**

O PDDE Interativo é a ferramenta de planejamento da gestão escolar disponível para todas as escolas públicas. Ele foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais e sua principal característica é a natureza auto instrucional e interativa de cada tela.

O sistema tem a característica de ser auto instrutivo e interativo. Ou seja, além das escolas e secretarias não precisarem realizar formações presenciais para conhecer a metodologia e utilizar o sistema, este interage permanentemente com o usuário, estimulando a reflexão sobre os temas abordados.

## **SE LIGA**

O programa de correção de fluxo "Se Liga" é destinado a alunos com distorção idade série não-alfabetizados, das quatro primeiras séries do ensino fundamental. O Acelera Brasil é destinado a alunos de 1ª a 3ª séries com, no mínimo dois anos de defasagem idade-série, devidamente alfabetizados, objetivando promoção, preferencialmente, para a 5ª série.

## **ACELERA BRASIL**

O Acelera Brasil é um programa de alfabetização que tem como meta regularizar o fluxo escolar, de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, da rede estadual de ensino, em um prazo máximo ideal de quatro anos, possibilitando ao aluno a correção da sua defasagem idade-série no período de um ano letivo.

O Programa se destina prioritariamente a alunos das 3 primeiras séries do Ensino Fundamental, que estejam realmente alfabetizados, e que tenham dois anos ou mais de defasagem, ou seja, dois anos mais velhos do que a idade regular para a série na qual se encontram.

## **CULTURA NA PRAÇA**

## **NAS ONDAS DA LEITURA**

Nas ondas da leitura é um projeto visa à aquisição de livros e a implantação do projeto este que ajudar na formação dos alunos e desperta o gosto pela leitura e o prazer pela escrita.

O projeto Nas Ondas da Leitura, concebido pela editora IMEPH, possibilita aos professores, alunos e suas famílias, o acesso a livros em diversos gêneros textuais, com temáticas identificadas com a cultura brasileira, apresentando primoroso padrão gráfico e textos com ilustrações capazes de encarar e motivar os leitores, contribuindo para a formação do hábito de ler por prazer.

O projeto foi implantado no município de Parazinho em julho de 2014, por meio de uma parceria firmada entre a Secretaria Municipal de Educação e a editora IMEPH.

### **O que é razão de dependência?**

Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

### **O que é taxa de envelhecimento?**

Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

### **O que é Índice de Gini?**

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura realizou na manhã do dia 03 de junho de 2015, uma consulta pública para apresentação do Plano Municipal de Educação.